

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE BELAS-ARTES



**O Núcleo Museológico *Mortui Vivos Docent***  
**Uma proposta para o Cemitério do Alto de São João**

Jéssica Vicente Tomaz

Mestrado em Museologia e Museografia  
Trabalho de Projeto orientado pelo Prof. Doutor Eduardo Duarte

2022

## **Resumo**

O presente trabalho de projeto, para obtenção do grau de mestre em Museologia e Museografia, propõe a criação de um núcleo museológico num espaço existente no Cemitério do Alto de São João, na cidade de Lisboa. A sala na qual existem oito mesas de pedra, inspira a criação de um percurso expográfico, onde se possam insinuar as crónicas da Medicina Legal em Portugal, ligada à história e estruturação dos cemitérios. Em locais como este foram muitas vezes realizadas autópsias, sobretudo em caso de exumações requisitadas pelos órgãos de justiça, tendo por isso este sítio um papel bastante relevante na evolução histórica em contexto médico-legal. Contemplando a criação do cemitério de Lisboa podemos depreender o privilégio que seria conceber a existência de um local onde se pudesse aprender sobre a morte, alertando ao mesmo tempo para a necessidade imprescindível de proteção e salvaguarda do património cemiterial, assim como a sua apresentação ao público.

A essência desta investigação representa, por um lado, o trabalho prático realizado ao longo de um estágio curricular na Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa, na inventariação da coleção fotográfica numa tentativa de perpetuar o processo de salvaguarda do património cemiterial. Em contrapartida, o desenvolvimento teórico da proposta museológica divide-se em fases distintas, nas quais se apresenta a evolução médico-legal em Portugal e no mundo, a criação dos espaços funerários e por fim, a apresentação do projeto curatorial concebido.

Considerando que o papel dos museus e dos espaços museológicos, cada vez mais preponderante numa sociedade onde cresce o desafio que é a preservação da história e da memória do ser humano, a criação de um espaço que possa resguardar esta narrativa, exibindo a sua presença é, além de um dos objetivos fundamentais deste espaço museológico, uma mais-valia para o património e para a cidade de Lisboa.

**Palavras-Chave:** Museologia, Cemitérios de Lisboa, Medicina-legal, Autópsias

## **Abstract**

This project work, in order to obtain a master's degree in Museology and Museography, proposes the creation of a museological nucleus in an existing space in the Alto de São João Cemetery (CASJ), in the city of Lisbon. The room used for depositing coffins, where there are eight stone tables, inspired the creation of an exhibition route, where one can insinuate the chronicles of legal medicine in Portugal, linked to the history and design of cemeteries. In places like this, autopsies were often carried out, especially in the case of exhumations requested by the judicial bodies, which is why this area has a very relevant role in the historical evolution in the medical-legal context. Contemplating the creation of Lisbon's cemetery, we can infer the privilege of conceiving the existence of a place where one could learn about death, while alerting to the essential need of protecting and safeguarding this heritage, as well as its presentation to the public.

The essence of this investigation represents, on the one hand, the practical work carried out during the internship at the Divisão de Gestão Cemiterial (Cemetery Management Division of the Municipality of Lisbon), in the execution of the inventory of the photographic collection and in an attempt to perpetuate the safeguard process in the most varied aspects of the cemetery heritage. On the other hand, the theoretical development added to the museological proposal, is divided in distinct phases, where it's presented the medical-legal evolution in Portugal and in the world, the design of the funerary spaces and, finally, the presentation of the curatorial project conceived.

Considering the role of museums and museological spaces, increasingly prevalent in a society where the challenge of preserving the history and memory of human beings is growing, the creation of this space that can protect this narrative, displaying its presence is, in addition to being one of the fundamental objectives of a museum space, an asset for the heritage and for the city of Lisbon.

**Keywords:** Museology, Cemeteries of Lisbon, Forensic Medicine, Autopsies

## Agradecimentos

O poeta John Donne<sup>1</sup> (1572-1631) escreveu no século XVII que “No man is an island entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main<sup>2</sup>”. Significa isto que na vida ninguém é verdadeiramente independente e o auxílio e o conforto dos outros são um fator decisivo no progresso humano. Deixo por isso o meu agradecimento a todos aqueles que ao longo desta etapa foram para mim uma verdadeira fonte de companheirismo.

Ao Prof. Doutor Eduardo Duarte, pela orientação e disponibilidade, por me guiar ao longo deste caminho e o tornar menos sinuoso.

À Dra. Sara Gonçalves, por me conceder a oportunidade de poder desenvolver o estágio curricular na DGC e pela confiança depositada em mim e no meu trabalho. À Dra. Gisela Monteiro por ter sempre uma palavra encorajadora e por estar disponível para ajudar em todos os momentos. Por fim, à Dra. Manuela Marques, do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, pela preciosa ajuda e disponibilidade.

Ao Luís, por ser uma verdadeira fonte de inspiração e me acompanhar no que a vida tem de melhor.

À Ana e ao Vítor por me acolherem em todos os momentos e me mostrarem o verdadeiro significado de bondade e altruísmo.

À avó Carolina por ter sido um verdadeiro exemplo de perseverança e à minha irmã Érica, que torna todos os momentos mais bonitos.

Aos meus pais e amigos, que são para sempre um dos pilares da minha formação.

E a todos os outros que de alguma forma acompanharam esta fase, participaram do seu desenvolvimento e partilharam das minhas vitórias como vossas, o meu mais sincero obrigada.

---

<sup>1</sup> John Donne (1572-1631) foi um poeta jacobita inglês. Escreveu em 1624 um livro chamado *Devotions Upon Emergent Occasions*.

<sup>2</sup> Nenhum homem é uma ilha; cada homem é um pedaço do continente, uma parte do principal. [Tradução Livre]

*“A Morte quando o viu, perfeito e raro, disse à vida:*

*- Confia-m’o! Morrer, ser-lhe-há poupar-se à dor  
de envelhecer lentamente, h’um lento desamparo...*

*- Entregue da saudade ao culto imenso e ardente,  
fica perenne à sua mocidade... Eterno o sonho seu.*

*E a vida deu-o à morte e docemente ele perdura agora, como  
a lembrança etherea d’uma aurora que nunca anoiteceu...”*

Branca de Gonta Colaço, outubro de 1920.

## **Índice**

Resumo .....	4
Abstract.....	5
Agradecimentos.....	6
Abreviaturas.....	10
Introdução.....	12
Revisão Bibliográfica .....	16

### **Capítulo I: Estágio na Divisão de Gestão Cemiterial**

1. Identificação do Local de Estágio: Divisão de Gestão Cemiterial .....	20
1.1. Atividades Desenvolvidas.....	22

### **Capítulo II: Medicina-Legal**

2. Evolução Histórica da Medicina Legal.....	26
2.1. Evolução Histórica da Legal em Portugal .....	31

### **Capítulo III: Uma Viagem pelo Cemitério**

3. A Conceção do Espaço Físico da Morte .....	36
3.1. Cemitérios de Portugal.....	47
3.2. Cemitério do Alto de São João.....	53
3.2.1. Crematório do Cemitério do Alto de São João.....	57
3.2.2. A Capela do Cemitério do Alto de São João .....	58

## Capítulo IV: Proposta Museológica

4.	Programa Museológico .....	60
4.1.	Objetivos.....	60
4.2.	Missão.....	61
5.	O Núcleo Museológico: <i>Mortui Vivos Docent</i> .....	62
5.1.	Núcleo I – Antes das Morgues.....	63
5.2.	Núcleo II – Da Criação da Morgue até ao Instituto de Medicina Legal ....	64
5.3.	Núcleo III - Personalidades da Medicina Legal Portuguesa.....	65
5.3.1.	Abel Jordão .....	66
5.3.2.	Miguel Bombarda .....	66
5.3.3.	Azevedo Neves .....	67
5.3.4.	Curry Cabral .....	67
5.3.5.	Sousa Martins .....	67
6.	A Escolha das Peças e a sua Relação com o Discurso Narrativo .....	69
7.	Programa Museográfico. ....	71
	Conclusão.....	77
	Bibliografia.....	82
	Apêndices .....	90
	Anexos.....	96

## Índice de Imagens

1. **Figura 1:** Processo de inventariação do espólio fotográfico realizado durante o Estágio Curricular, de Jéssica Tomaz, 2020..... 26
2. **Figura 2:** Linha temporal demonstrativa do desenvolvimento cemiterial em Portugal e na Europa, de Jéssica Tomaz, 2021. .... 50
3. **Figura 3:** Planta do CASJ, de Endless Smile: Guides for the Curious Traveler. Disponível em: <http://www.endlessmile.com/lisboa-cemiterio-de-alto-do-sao-joao/> [consultado a 13/02/2021] .....54
4. **Figura 4:** Carta Topográfica da Cidade de Lisboa por Filipe Folque em 1856/1858 (2015) de Património Cultural: Departamento de Bens Culturais. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio\\_imovel/classificacao\\_do\\_patrimonio/despachosdeaberturaarquivamento/2016/er\\_2.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/despachosdeaberturaarquivamento/2016/er_2.pdf) [consultado a 2/03/2021]..... 56
5. **Figura 5:** Planta da Capela do CASJ de Lisboa com destaque no núcleo museográfico, de Divisão de Gestão Cemiterial da CML .....60
6. **Figura 6:** Planta do espaço destinado ao núcleo museológico na Capela Cemitério do Alto de São João de Lisboa, de Divisão de Gestão Cemiterial da CML 60
7. **Figura 7:** Vista de cima do Núcleo Museológico *Mortui Vivos Docent*. Esquema 3D de Jéssica Tomaz, 2021 ..... 72
8. **Figura 8:** Entrada do Núcleo *Mortui Vivos Docent*, com vista em 3D de Jéssica Tomaz, 2021 ..... 74
9. **Figura 9:** Idealização da exposição dos *Instrumentos de Dissecção*. Esquema em 3D de Jéssica Tomaz, 2021... .....75
10. **Figura 10:** Idealização da exposição dos inventários de dissecção. Esquema 3D de Jéssica Tomaz, 2021 .....76
11. **Figura 11:** Exposição criada em 3D para o II módulo do Núcleo Museológico. De Jéssica Tomaz, 2021... .....76
12. **Figura 12:** As Personalidades da Medicina-Legal: O III subnúcleo em 3D de Jéssica Tomaz, 2021 .....77
13. **Figura 13:** Processo de inventariação do espólio fotográfico realizado durante o Estágio Curricular, de Jéssica Tomaz, 2020 .....93

14. <b>Figura 14:</b> Fotografias do Túmulo de Abel Jordão, de Jéssica Tomaz, 2021.....	94
15. <b>Figura 15:</b> Percorso Expositivo de Jéssica Tomaz, 2021 .....	95
16. <b>Figura 16:</b> <i>Instrumental de Dissecação</i> , de <i>Os Cemitérios de Lisboa: Entre o Real e o Imaginário</i> de Francisco Moita, 1999 Flores.....	97
17. <b>Figura 17:</b> Diário de Notícias, 20 de Fevereiro de 1889, de Biblioteca Nacional de Portugal.....	98
18. <b>Figura 18:</b> Diário de Notícias, 21 de Fevereiro de 1889, de Biblioteca Nacional de Portugal.....	99
19. <b>Figura 19:</b> Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, 1891, de INMLCF 100	
20. <b>Figura 20:</b> <i>Inventário do Cemitério do Alto de São João</i> , 1890, de Divisão de Gestão Cemiterial da CML.....	101
21. <b>Figura 21:</b> <i>Inventário do Cemitério do Alto de São João</i> , 1893, de Divisão de Gestão Cemiterial da CML.....	102
22. <b>Figura 22:</b> <i>Inventário do Cemitério do Alto de São João</i> , 1893, de Divisão de Gestão Cemiterial da CML.....	103
23. <b>Figura 23:</b> <i>Inventário do Cemitério do Alto de São João</i> , 1895, de Divisão de Gestão Cemiterial da CML.....	104
24. <b>Figura 24:</b> Instituto de Medicina Legal: Antigo Edifício da Morgue de Lisboa, de Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico. Disponível em: <a href="https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/">https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/</a> [consultado a 29/10/2021] .....	105
25. <b>Figura 25:</b> Sala de Morgue (entre 1890 e 192-). Fotografia da autoria de Eduardo Portugal, de Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico. Disponível em: <a href="https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/">https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/</a> [consultado a 29/10/2021] .....	106

## **Abreviaturas**

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DGC – Divisão de Gestão Cemiterial

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CIP – Conjunto de Interesse Público

CASJ – Cemitério do Alto de São João

FMUC – Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

INMLCF – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciência Forense

IEM – Instituto de Estudos Medievais

## **Introdução**

O presente trabalho de projeto centra-se no estudo e apresentação da evolução histórica da Medicina Legal em Portugal e no mundo. Consistindo, por um lado, num relatório de estágio curricular, desenvolvido na Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa com o intento de inventariar e preservar o espólio fotográfico proveniente dos cemitérios de Lisboa, é, por outro lado, uma proposta de trabalho de projeto, onde se apresenta uma ideia para a criação de um espaço expositivo no cemitério. Promovendo a utilização do património cultural como recurso educacional e turístico, contribuindo, por conseguinte, para o sentido de valorização e salvaguarda do espaço. A ideia de desenvolvimento de uma proposta para a criação de um núcleo museológico no Cemitério do Alto de São João surge resultante da orientação por parte da DGC, tendo em conta o espaço disponível e o potencial existente para transformar o local conferindo-lhe identidade própria, alterando a sua função atual e abrindo as suas portas a interessados visitantes. Tendo como base a lei-quadros dos museus em Portugal, distingue-se um espaço museológico como todo aquele que pretende contribuir para o conhecimento geral, afirmando-se que:

“um museu é uma instituição de carácter permanente (...) com objetivos científicos, educativos e lúdicos e facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura (...)” (Lei n.º 47/2004, p. 5379).

O desenvolvimento deste trabalho pode, por conseguinte, ser dividido em três etapas distintas: a inventariação da coleção fotográfica, efetuada na sede da Divisão; a investigação individual no sentido de entender o processo de realização de autópsias em cemitérios; e por fim, a concretização da proposta de um projeto para uma exposição a realizar. Na primeira fase, referente ao período de estágio, o propósito era o de inventariar, estudar e acondicionar fotografias. Posteriormente, realizava-se a investigação da qual resultaria toda a informação. E embora as duas tenham sido feitas em simultâneo, a investigação é a base fundamental do trabalho de projeto, enquanto a inventariação corresponde ao trabalho realizado enquanto aluna frequentadora de um estágio curricular e, portanto, uma vertente prática. Da investigação, ressalta-se o apoio imprescindível do Instituto Nacional de Medicina e Ciências Forenses, do qual adveio uma parte basilar dos resultados conseguidos. Culminou este processo de investigação na realização de uma proposta que pudesse ter tanto de autêntica quanto de efetiva, procurando uma adequação

com a realidade da Divisão de Gestão Cemiterial, acentuando por isso a necessidade de adequar os objetivos existentes com a narrativa histórica.

O primeiro capítulo tem como finalidade percorrer o período de Estágio Curricular na DGC. Esta fase ficou marcada por dois aspetos muito importantes: o primeiro, foi a ajuda na montagem de uma exposição, organizada pela Divisão, *Flores de Pedra* em exibição no Cemitério dos Prazeres de dezembro de 2020 a outubro de 2021, o que me permitiu ver em primeira mão como se montava uma exposição e todos os passos ela inerentes. Outro, foi a inventariação e acomodação da coleção fotográfica da DGC, que, além de ser um trabalho fascinante, tornou-se excepcionalmente educativo. O tratamento desta coleção fotográfica permite também chamar a atenção para a necessidade de investigar e salvaguardar estes bens, consciencializando para a riqueza patrimonial que existe nos cemitérios e a forma como pode ser preservada.

A segunda fase, caracteriza-se pela definição de conceitos ligada ao estudo dos campos-santos, desde o período clássico até aos dias que correm, clarificando o leque de noções apresentadas na base desta investigação, compreendendo-se de que modo surgiram as primeiras concepções de cemitérios como hoje são reconhecidos e como cada período histórico foi lidando com a questão da mortalidade. Subsequentemente, depura-se o contexto histórico da medicina forense em Portugal e enquadrado neste conteúdo, o ensaio deste projeto tem como questão de investigação prevalecte, a realização de autópsias nos cemitérios e o seu papel na evolução da medicina legal portuguesa. Surgem aqui algumas questões bastante pertinentes: Como se originou a criação dos cemitérios municipais? Quando é que a medicina legal se tornou notável em Portugal? Quando foram criadas as morgues portuguesas e como surgiram os Institutos de Medicina Legal? Qual é o papel dos cemitérios na evolução da medicina legal em Portugal? Por fim, umas das questões mais pertinentes que se colocava era a seguinte: teriam de facto sido realizadas autópsias em recinto cemiterial?

Por último, reunido todo o material que se julgou necessário, foi crucial a construção narrativa e desconstrução da ideia trágica de autópsias em cemitérios. Nesta etapa, a falta de uma prova física que pudesse ser apresentada como fundamento para a criação deste espaço museológico, e que fosse também em si a prova da realização de autópsias em cemitérios, era como a falta de uma peça indispensável. Portanto, a descoberta de um registo de autópsia no Cemitério do Alto de São João e no Cemitério dos Prazeres, foi um elemento decisivo na construção de um percurso expositivo no núcleo do CASJ.

Os materiais e métodos a utilizar são uma parte crucial de qualquer investigação. De modo a conduzir este projeto num caminho de sucesso, pretende-se utilizar manuais sobre as questões cemiteriais, centrados naturalmente para os cemitérios de Lisboa, compêndios sobre autópsias e jornais da época. Deste conjunto, destaca-se o trabalho de Francisco Moita Flores, um dos autores portugueses que estudou o património cemiterial e o relacionou com a existência da Medicina Legal. Ainda assim, e sendo necessário estudar a criação da morgue lisboeta e de que forma é que os cemitérios foram efetivamente um benefício para a existência da Medicina Legal, salienta-se o estudo de ensaios acerca da higiene pública, jornais com referências a autópsias, relatórios e notícias sobre o surto de *colera morbus* e como essa foi uma condição que incentivou a criação de cemitérios públicos. Evidenciam-se dois que se consideram basilares para a suporte da investigação, *O Jornal da Sociedade de Ciências Médicas* e o *Correio Médico de Lisboa*, aliados a outros mais generalistas. Todos eles tiveram um papel de extrema relevância tendo em conta o desconhecimento total, numa fase inicial, acerca do tema proposto a análise. Tanto o património cemiterial quanto a medicina legal eram temas por mim nunca antes estudados, o que, por um lado, tornou mais difícil o processo de investigação, mas, ao mesmo tempo, suscitou uma maior curiosidade e gosto pelo tema da morte e cemitérios. Ainda assim, uma das maiores dificuldades sentidas foi a falta de material que existe e retrata a realidade cemiterial aquando da sua construção, da mesma forma que são escassos os relatos de autópsias nestes espaços.

Esta investigação tem uma enorme importância, uma vez que urgia criar para a sala do CASJ, um local tão rico, uma exposição que lhe coubesse da mesma forma. Compreende-se que, nos dias de hoje, e num mundo cada vez mais interligado, a história ganha um papel ainda mais relevante, devendo, por isso, estar cada vez mais presente. Por essa razão, e tendo em conta a temática que aqui se propõe abordar, considerou-se que esta exposição pudesse ter tanto de simples quanto de dinâmica e marcante, podendo viajar com o visitante, até à próxima etapa, a sua casa. Foi neste sentido que surgiu a ideia da criação de um *website* dedicado ao núcleo museológico, que pudesse ter também os túmulos das personalidades da medicina legal, criando uma oportunidade de viajar no tempo.

Conclui-se, refletindo acerca dos objetivos preponderantes desta investigação, que apresenta com um cariz teórico-prático. De modo geral, estuda-se o património cemiterial de Lisboa, examinando a criação dos cemitérios do mesmo modo que se analisa o desenvolvimento histórico da medicina legal em Portugal. Propõem-se descobrir e

documentar por isso as provas e conclusões alcançadas, através da construção de uma narrativa para a criação de um núcleo museológico, com um circuito expositivo que tem como principal intento, conceder o mérito devido a uma atual sala de depósitos, dando, por isso, um novo aproveitamento ao património e às visitas ao cemitério oriental de Lisboa, como fundamentos para o desenvolvimento de um espaço musealizado. Consequentemente, torna-se também este local acessível à sociedade que, desta forma, testemunha a sua história, ficando a conhecer as coleções que nele se expõem e que foram pensadas para serem uma composição permanente ligada à arte da morte e medicina legal, conquanto pudesse também ser usado para acolher novos artistas e criar um diálogo com a arte contemporânea, num ambiente ímpar e admirável. Desta forma, a salvaguarda e preservação deste local, através da criação de um núcleo que o permitisse prosperar, apresentando-o ao público, consiste numa das principais missões de todos os museus, e é também, uma das principais missões deste trabalho. Saliendo a promoção da compreensão pública e pensamento crítico sobre a existência do corpo humano e da medicina enquanto ciência, aproximando a morte da vida, sua parte constituinte.

## Revisão Bibliográfica

A morte sempre foi um tema com uma certa dualidade. Aquilo que tem de tenebroso tem também de fascinante. Portanto, não é de surpreender que exista uma vasta bibliografia sobre o assunto, procurando ora desmistificar este acontecimento traçado no desígnio de todos nós, ora analisando todas as suas implicações a nível social e psicológico. No campo da morte, existem autores que se destacam como Edgar Morin (1921-1982) que, num plano mais filosófico da morte, exprime em *O Homem e a Morte*, que “É nos cemitérios que os vivos expressam o que a vida tem de mais fundamental” (Morin, 1970, p. 17). Nesta sua obra, o escritor anuncia a existência de uma crise contemporânea de morte e expõe várias perspetivas de diferentes filósofos sobre essa questão. Um dos autores também consultado foi Davies Douglas, que através da sua composição *Death, Ritual, and Belief: The Rhetoric of Funerary Rites*, vai esclarecendo a interpretação de alguns dos rituais associados à morte e ao luto. Como o próprio escreve, “(...) mortuary ritual is viewed as the human adaptive response to death (...)”<sup>3</sup> (2017, p. 4). O autor trata, de um ponto de vista teórico, o ser humano, como um ser com total consciência do seu destino, que é o que exatamente o que nos distingue dos outros seres vivos.

O conhecimento da morte é a única forma de nos aproximarmos do conhecimento da vida. Numa primeira instância, explorou-se o tema da morte e dos rituais fúnebres nas múltiplas civilizações conhecidas. Desde a Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média até à contemporaneidade, consultaram-se autores, das mais diversas áreas do saber. No que diz respeito à Antiguidade, a primeira referência é o poeta grego Homero, que nos descreve o tema da morte na vida da *pólis* grega e os seus rituais fúnebres. Outro autor examinado foi Jocelyn Toynbee, em *Death and Burial in the Roman World* de modo a entender as práticas funerárias nesta época. De um ponto de vista analítico da morte medieval, existem muitos autores que estudaram o tema da morte e sepulcro *ad sanctos*<sup>4</sup>, o costume de realizar os enterramentos perto de santos e figuras divinizadas na esperança de conseguir bênçãos espirituais após a morte. Um adicional contacto de bastante importância para o estudo do tema da morte foi Philippe Ariés (1914-1984), com o seu livro *O homem perante a morte*, “descreve o percurso histórico da morte, procurando perceber o modo como o homem se tem relacionado com ela ao longo dos tempos.”

---

<sup>3</sup> O ritual fúnebre é visto como a resposta humana de adaptação à morte (...). [Tradução Livre].

<sup>4</sup> Refere-se às inumações no interior das igrejas. A expressão mais utilizada é *ad sanctos apud ecclesiam*.

(Cabaço, 2009, p. 4). O autor conceituado tem várias outras obras dedicadas igualmente à temática da morte e afirma que “a morte não é precisamente um tema de reflexão, é uma linguagem, um meio de dizer outra coisa.” (Ariès, 1988, p. 41).

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, historiador português, foi uns dos primeiros a investigar os cemitérios portugueses de um ponto de vista artístico com o seu artigo *Cemitérios Portuenses: História e Arte* em 1994. A ele, lhe seguiram alguns outros como Vítor Lopes Dias e o livro *Cemitérios, Jazigos e Sepulturas*, onde o autor apresenta numa monografia, um estudo histórico, artístico, sanitário e jurídico, “marcado pela diversidade de realidades que abarca sobre o mesmo tema, especialmente pela reflexão minuciosa sobre as questões jurídicas.” (Cabaço, 2009, p. 5). A obra de Fernando Catroga, *O Céu da Memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos em Portugal* é uma das mais relevantes para o estudo cemiterial porque se centra no espaço do campo-santo como complexo legal, urbanístico e sanitário, abordando a questão dos enterramentos nos adros das igrejas e a oposição dos estudiosos iluministas a esta prática secular. Por outro lado, Paula Vieira com a sua dissertação de mestrado, *Os Cemitérios de Lisboa no Século XIX. Pensar e Construir o Novo Palco da Memória* proporcionou também uma boa base de estudo uma vez que analisam com um olhar crítico os cemitérios, neste caso de Lisboa, mas também oferece através da sua pesquisa informações novas e relevantes para que este tema continue em desenvolvimento. Em Portugal o tema dos cemitérios tem sido cadavez mais explorado. Embora a pesquisa sobre o assunto ainda não se tenha desenvolvido completamente, poderá começar-se pela obra *Cemitérios de Lisboa: Entre o Real e o Imaginário* de Francisco Moita Flores, em colaboração com Anabela Valente, Fernando Catroga, Troufa Real e Felícia Costa. Publicado pela primeira vez em 1993, este livro fala dos espaços funerários da capital de Portugal aliado a outros temas importante para o estudo da morte, tais como a construção e o valor da memória através da morte. O autor menciona na nota introdutória que a preservação e conservação deste pedaço tão característico da história é cada vez mais eminente e relevante, até porque é a leitura da paisagem cemiterial que nos deixa mais perto de nós mesmo e de entender o poder ubíquo da morte, relacionado com o desejo de conquistar a imortalidade (Flores et al., 1999, p. 11). Por outro lado, o Professor Doutor Francisco Queiroz, especializado em História da Arte pela Universidade do Porto, é um outro autor que aborda este tema. A sua tese de doutoramento em História da Arte intitulada *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal* funciona também como uma base para o estudo do património cemiterial de Portugal.

Num terceiro momento foi necessário explorar um outro tema, a questão da necropsia e da higiene pública. Em virtude da sala que existe no espaço funerário do Cemitério do Alto de São João, é necessária a exploração desta temática para a realização da proposta do núcleo, que iria em grande parte focar-se na morte de uma maneira mais anatómica. Posto isto, é necessário compreender esta prática, como surgiu e como foi evoluindo, chegando assim aos dias de hoje. Os autores encontrados para estudar este tema foram primeiramente o Professor Ricardo Jorge (1858-1939) e o seu manual de *Hygiene Social Aplicada à Nação Portuguesa*, num nível de saúde pública e Jacek Gulczyński, Ewa Iżycka-Świeszewska e Marek Grzybiak, autores polacos que descrevem a história das autópsias de um modo geral e de fácil compreensão, para quem não pertence a esta área de estudo, em *Short Story of the Autopsy*. Funciona muito bem como forma de introdução ao estudo do tema, sendo que tem de ser complementado com outros autores, tais como Julian M. Burton e a sua publicação, *A Bite Into the History of the Autopsy: From Ancient Roots to Modern Decay*. Acrescenta-se, um outro artigo de Kaitlin D. Weaver, denominado *Religions and the Autopsy* onde se investiga as objeções religiosas a este procedimento forense, em que “a intrusão corporal viola a santidade de manter o corpo humano completo, apesar de essas doutrinas religiosas não a proibirem estritamente.” (Weaver, 2020, p. 1). Benjamín García Espinosa, especialista espanhol em Medicina Legal e Forense, escreveu também um artigo com um ponto de vista generalista acerca das autópsias, onde não só esclarece os conceitos básicos relacionados com o tema, essenciais para a pesquisa e desenvolvimento da presente investigação. Também esclarece ainda as diferenças entre os dois tipos de autópsia existentes que são mais utilizadas, a anatomopatológica e a médico-legal, que é ordenada por despacho da autoridade judicial.

Para analisar no caso português a história e evolução da autópsia, um dos literatos estrutural é o Professor Doutor J. Pinto da Costa, especialista em Medicina Legal com o livro *Curso Básico de Medicina Legal* no qual esclarece os conhecimentos básicos sobre semiologia médico-legal. É de enaltecer também o artigo de João Pinheiro, médico especialista em Medicina Legal e vice-presidente do INMLCF, *Introduction to Forensic Medicine and Pathology*. Ainda dentro do mesmo panorama, Paulo Roberto Silveira e a obra *Fundamentos da Medicina Legal* onde o autor defende que “nos casos de mortes inesperadas, de causa desconhecida, mas presumidamente de causa natural, o potencial de informações úteis que a autópsia pode trazer é suficientemente grande para que ela seja realizada.” (2015, p. 180). De Duarte Nuno Vieira, professor catedrático de Medicina

Forense (FMUC), foi consultado o artigo *Forensic Medicine And Forensic Sciences in Portugal* em que explica o funcionamento do Instituto de Medicina Legal português, esclarecendo que:

“The INML has the legal status of public institute, working under the indirect administration of the Government (that is to say, it is supervised by the Minister for Justice), while it enjoys administrative and financial autonomy and has its own patrimony.”<sup>5</sup> (2009, p. 40).

Foram ainda consultados jornais da época compreendida entre 1830 e 1900, como o *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa* e o *Diário de Notícias*.

Consequentemente, o suporte teórico deste trabalho vai centrar-se nestes autores aqui consignados, embora não exclusivamente. Salientam-se ainda muitas outras dissertações, estudos e artigos e que foram consultados para pesquisa e conhecimento do tema. De forma a concluir, o estudo dos rituais funerários e do espaço cemiterial permitiu uma consolidação de todos os conhecimentos adquiridos e necessários para a realização da proposta do núcleo expositivo e de novas maneiras de apresentação museológicas, podendo estes espaços conter vários temas em si, várias tipologias atraindo também um maior número diferenciado de visitantes. Destaca-se, portanto, através desta pesquisa, uma proposta que funcionaria a partir de diversas, mas semelhantes temáticas, que se podem conectar de uma forma única e simbólica.

---

<sup>5</sup> O INML tem o estatuto jurídico de instituição pública em regime de administração indireta do Governo (ou seja, tutela do Ministro da Justiça), goza de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. [Tradução Livre].

# Capítulo I

## 1. Identificação do Local de Estágio Curricular: Divisão de Gestão Cemiterial

A Câmara Municipal de Lisboa é o órgão executivo representativo do município de Lisboa, tendo por missão definir e executar políticas que promovam o desenvolvimento do concelho. A organização, estrutura, e funcionamento dos serviços do concelho de Lisboa estão assentes numa disposição essencial constituída por direções municipais e departamentos, e numa estrutura mais flexível, constituída por divisões. No Departamento de Desenvolvimento e Formação - Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima, Energia, está incluída a Divisão de Gestão Cemiterial que tem como principal objetivo garantir a administração e manutenção dos espaços verdes municipais, procurando garantir os mesmos de uma forma sustentável, visando assim melhorar o aproveitamento do espaço público e da qualidade de vida no município de Lisboa. A Divisão de Gestão Cemiterial foi criada devido às necessidades relacionadas com o património, cemiterial e urbano e desde então tem sido um pilar importantíssimo, quer nasalvaguada, através da preservação e conservação, quer na valorização dos bens ao seu resguardo, expondo-os à comunidade e promovendo atividades culturais em redor dos mesmos.

A esta repartição compete gerir técnica e administrativamente os sete cemitérios municipais da cidade de Lisboa, sendo eles o Cemitério da Ajuda, o Cemitério do Alto de São João, o Cemitério de Benfica, o Cemitério de Carnide, o Cemitério do Lumiar, o Cemitério dos Olivais e por fim, o Cemitério dos Prazeres. De maneira a certificar-se que todo o movimento fúnebre, nos seus aspetos mais singulares, técnicos, económicos e legislativos, seja realizado de acordo com os definidos procedimentos, naturais e constantes. Desta forma, existe também a preocupação do desenvolvimento de ações que pretendam a modernização administrativa e que promovam a qualidade do serviço fúnebre, consistindo numa parte substancial da vida. Cabe ainda à Divisão de Gestão Cemiterial da CML decidir processos relativos ao movimento mortuário, nos termos da legislação e regulamentação em vigor<sup>6</sup>, bem como atualização e manutenção do registo funerário. Segundo o Ministério Público, através da Procuradoria-Geral Distrital de

---

<sup>6</sup> A legislação e regulamentação em vigor está presente em DL n.º 411/98, de 30 de dezembro.

Lisboa em DL n.º 411/98, de 30 de dezembro, a inumação não pode ter lugar fora de cemitério público, devendo ser efetuada em sepultura, jazigo ou local de consumpção aeróbia de cadáveres, com exceção para o depósito em panteão nacional, ou em panteão privativo. Tendo em conta o seu papel na sociedade urbana, o objetivo primordial da DGC é a gestão de cemitérios e crematórios, proporcionando um serviço de qualidade e garantindo que as tradições culturais existentes se mantêm em acordo com as diretrizes em vigor no decreto-lei n.º 109/2010 de 14 de outubro que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício à atividade funerária. Por sua vez, a lei n.º 13/2011 de 29 de abril confere ainda o papel de definição e execução de medidas incrementadoras da cremação bem como propor a ampliação e/ou construção de outras infraestruturas cemiteriais. Assim, tem um papel decisivo nos assuntos da vida e da morte da cidade de Lisboa.

O estágio curricular, uma colaboração da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa com a Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa, surge com o intuito de promover junto dos alunos de mestrado, a prática profissional, o desenvolvimento de competências técnicas e científicas que lhes permitam uma intervenção adequada no âmbito da Museologia e Museografia, contribuindo para uma progressão académica e profissional através da reflexividade suscitada pela prática de estágio de cariz profissional. Uma vez que os estágios permitem que se fortaleçam competências, desenvolvendo também a natural experiência prática. Durante o período de estágio, foram desenvolvidas muitas atividades diferentes considerando a área de estudo e investigação. Tendo a CML na divisão de Cemitérios, um grande e inexplorado património, o trabalho realizado foi naturalmente inerente a este tópico, destacando-se o inventário realizado em conjunto com a colega de estágio. Foi realizado o inventário de cerca de 200 peças, dentro da categoria da fotografia, no período compreendido entre dezembro de 2020 e novembro de 2021, com pausa obrigatória derivada ao confinamento que se fez sentir em Portugal, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021. Como já foi referido anteriormente, os principais objetivos da Divisão Cemiterial são o apoio funerário à comunidade e a preservação do seu património artístico, através da exposição do mesmo, com recurso à museologia. Em Portugal, a valorização dos cemitérios enquanto produtos turísticos tem ainda poucas manifestações, ainda que detenha um património cemiterial significativo e “ao nível dos mais importantes do mundo” (Coutinho, 2012, p. 5 apud Diogo, 2017, p. 3). A mesma autora refere ainda que “apesar do potencial turístico dos vários cemitérios portugueses, de raiz oitocentista, é apenas verificado um aproveitamento do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, e dos

Cemitérios da Lapa, Agramonte e Prado do Repouso, no Porto – através do *Núcleo Museológico dos Cemitérios Municipais de Lisboa e do Ciclo Cultural nos Cemitérios, promovido pela Câmara Municipal do Porto*” (Diogo, 2017, p. 3). Embora existam visitas também no Cemitério do Alto de São João, não está presente ainda um espaço onde se possa explorar o tema dos exames forenses nestes locais.

### 1.1. Atividades Desenvolvidas

Inventariar é criar uma identidade. O ato do inventário dá nomes às coisas, divulga os objetos quando os regista, preserva-lhes a memória material (...). (Carvalho, 2004, p. 13)

Durante o período de estágio, de dezembro de 2020 até novembro de 2021, foram diversas as funções realizadas, com o propósito de tratar e inventariar a coleção fotográfica disponível, conferindo-lhe uma identidade. Ainda assim, mais atividades foram desenvolvidas, como é o caso:

1. Ajuda na montagem e escolha das peças para a exposição *Flores de Pedra*<sup>7</sup> no Cemitério dos Prazeres;
2. Visitas guiadas ao Cemitério dos Prazeres e ao Cemitério do Alto de São João, com o propósito da exploração dos temas do património cemiterial;
3. Elaboração de uma ficha modelo para a póstuma inventariação (cf. Apêndice I e II);
4. Inventariação, limpeza e acomodação da coleção fotográfica como consta na **Figura 1** (cf. Apêndice III);
5. Investigação em revistas e livros e autores da época estudada, com vista a explorar o tema das autópsias nos espaços cemiteriais;
6. Investigação, junto do INMLCF para a determinação da evolução histórica da medicina legal em Portugal.

Durante a atividade de estágio realizada na Divisão de Gestão Cemiterial foi preparado um modelo de ficha de inventariação cujo modelo segue em anexo (cf. Apêndice I), de modo a se conseguir proteger o máximo de conhecimentos

---

<sup>7</sup> A exposição *Flores de Pedra* inaugurou a 4 de dezembro de 2020 na Galeria de Exposições da Capela do Cemitério dos Prazeres, organizada pela CML. Comissariada por Gisela Monteiro, Sandra Mesquita e Sara Gonçalves.

compreendidos nas fotografias estudadas. No entanto, existia já um ficheiro com um conjunto de informações de inventário de outras peças, realizado por uma empresa externa, datado de outubro de 2018, e embora não existissem fichas individuais para cada uma das peças, esse formulário foi mantido e apenas foram realizadas as fichas singulares para cada um dos objetos estudados e acomodados.

Atentando na proximidade para a inauguração da exposição *Flores de Pedra*, aquando do início do período de estágio, realizada no núcleo museológico do Cemitério dos Prazeres, o trabalho iniciou-se pontualmente com a ajuda à programação desta exposição, que permitiu não só auxiliar na limpeza e acondicionamento das peças, mas também perceber de forma realista como funciona a museografia e a sua póstuma montagem, aliada sempre à museologia, essencial na criação destes espaços.

De acordo com os objetivos estabelecidos aquando da reunião de início do estágio curricular a 2 de dezembro de 2020, ficou determinada a existência de três etapas de trabalho diversificadas a realizar separadamente. A primeira etapa coincidiria com a observação, estudo e análise da coleção a tratar, que corresponderia no caso à coleção fotográfica existente. Nesta etapa de trabalho estaria incluída a inventariação e acondicionamento dessa mesma coleção, realizada ao longo de dez meses, sendo analisadas cerca de 200 fotografias, com a realização das suas correspondentes fichas de inventário em colaboração com a colega Lubianca Weber.

Para a segunda fase de trabalho, ficou patente a necessidade de uma investigação aprofundada acerca do tema da realização de autópsias, em terreno cemiterial em conjunto com o INMLCF, que permitiu acesso a uma enorme variedade de informação presente na sua biblioteca, explorando o tema da medicina legal. Os encargos desenvolvidos no estágio durante este momento consistiram, sobretudo na investigação em jornais e revistas científicas da época, assim como conferências e compêndios, que pudessem conter vestígios de autópsias efetivamente realizadas na sala cemiterial. Esta fase ficou também pautada por visitas regulares à Biblioteca do INMLCF, que permitiram o desenvolvimento da pesquisa relacionada com a medicina legal portuguesa.

Por último, sucedeu-se a redação da proposta para a exposição, pensando no seu conjunto, para que se pudesse tornar um espaço harmonioso e informativo. Com o acompanhamento e supervisão da Dra. Sara Gonçalves, Chefe da Divisão de Gestão

Cemiterial na Câmara Municipal de Lisboa, durante o período de estágio o desenvolvimento da proposta funcionou como a primeira experiência no mundo do trabalho na área de Museologia e Museografia, e a realização do estágio possibilitou o

desenvolvimento de novas competências, através o contacto com pessoas experientes para a formação do perfil profissional que aqui se procurou fortalecer.

Nesta última fase foi essencial a idealização de um percurso expositivo que fizesse sentido no espaço concebido e na sua interpretação e comunicação, de forma que todos os objetos artísticos dialogassem entre si. Assim, iniciou-se uma parte mais prática no trabalho de projeto de mestrado, na qual as peças a constar no núcleo museológico foram cuidadosamente escolhidas, para a criação da exposição. Nesta fase que foi pensada ao pormenor, a narrativa do espaço e da exposição elaborada com o objetivo de contar a história da medicina legal em Portugal, as personalidades que dela fizeram parte e que, de alguma forma, contribuíram significativamente para a conquista de notáveis marcos no progresso da higiene pública portuguesa. Reuniram-se cinco personalidades que marcaram esta evolução histórica sendo elas Abel Jordão (1833-1874), Miguel Bombarda (1851-1910), João Alberto de Azevedo Neves (1877-1955), José Tomás de Sousa Martins (1843-1897) e José Curry da Câmara Cabral (1844-1920). Percebendo-se depois que, muitos estavam sepultados nos cemitérios de Lisboa, estando, por isso, as suas moradas eternas disponíveis para visita, tendo em conta a magnificência do túmulo do Professor Abel Jordão (cf. Anexo II). Considerou-se essencial, por esse motivo, dar o destaque a estes rostos ilustres da medicina legal, num local onde se preza a evolução, alcançada ao longos de vários anos.

De forma a concluir, a oportunidade de poder realizar um estágio num local que permite o desenvolvimento do espírito crítico e criativo e o sentido de responsabilidade, é sempre uma mais-valia no crescimento pessoal e profissional, principalmente enquanto estudante de mestrado. Se, por um lado, pude presenciar de que forma se organiza uma exposição temporária, por outro, tive o privilégio de poder conduzir a minha investigação a sítios que de outra forma seria inimaginável, acompanhada de pessoas que me permitiram fazer e aprender, crescer enquanto futura profissional. Assim, o estágio curricular representou para mim o culminar de um ano letivo de desenvolvimento e aprendizagens do campo teórico, que puderam ser postas em prática, testadas e progressivamente evoluídas. Presenciar o crescimento de planos, idealizando um núcleo museológico num espaço tão grandioso e com tanta história é uma das melhores e mais gratificantes formas de ver culminados o meu trabalho ao longo do Mestrado em Museologia e Museografia.



Fig. 1 – Processo de inventariação do espólio fotográfico realizada durante o Estágio Curricular.  
Fotografia de Jéssica Tomaz, 2020

## Capítulo II

### 2. Evolução Histórica da Medicina Legal

No *Dicionário - Crime, Justiça e Sociedade* (Maia et al., 2016, p. 335) aparece referenciada a palavra autópsia, conhecida já na Grécia Antiga como *αυτοψία*, um “composto de *auto* e *ópsis*”, referindo-se essencialmente àquele que vê por si próprio. Significando o exame que se faz a um corpo após a sua finitude, trata-se nos dias de hoje de um procedimento integrado na medicina legal, o único ramo da medicina cujo objetivo não é a cura de doentes. Maria Adriana Sousa escreveu sobre a arte da medicina na Roma Antiga, dizendo que, no sentido mais global do termo, esta existe desde sempre (Sousa, 2005, p. 81). Apesar do naturalmente moroso desenvolvimento desta área, existiam, já na altura conhecimentos médicos e instrumentos que permitiam uma análise minuciosa do corpo humano.

Todavia, o termo autópsia, como é conhecido nos dias de hoje, remonta ao século XX. Isto porque enquanto atualmente as autópsias têm como propósito determinar as causas da morte, nem sempre assim foi por inteiro, servindo muitas vezes também para o conhecimento da fisionomia no interior do corpo humano. Efetivamente, sempre se manifestou no ser humano uma curiosidade relativamente ao corpo, sendo, portanto, natural que com a existência da vida e da morte, existisse também uma enorme vontade de explorar o físico humano. Nos dias de hoje, uma autópsia é um processo *post mortem* que se caracteriza por uma examinação médica para determinar as causas da morte, investigando, da mesma forma, possíveis doenças. Geralmente, é efetuada por um profissional especializado, chamado médico legista, num local apropriado, denominado necrotério. Existe, no entanto, diferentes tipos de autópsias dos quais se podem destacar a autópsia clínica e a autópsia médico-legal. Ainda assim, apesar da sua importância, existem vários estudos que apontam para um cada vez mais forte declínio desta prática milenar principalmente devido a predisposições religiosas, culturais e emocionais.

A curiosidade e fascínio acerca da exploração do corpo humano levaram a que desde muito cedo se procurassem respostas para tantas perguntas existentes. A história das autópsias surge, assim, bastante conturbada e controversa ao longo dos séculos, desenvolvendo-se a um ritmo lento e inconstante. Nos tempos mais longínquos, “prehistoric men performed some particular rituals (...) which indicates general

knowledge of gross anatomy.”<sup>8</sup> (Gulczynki et al., 2009, p. 109). É na Grécia Antiga que cresce o fascínio do Homem pela anatomia, o que vai fazer com que surjam enormes avanços na Medicina, resultantes da ligação entre o conhecimento teórico e estudioso e as conclusões empíricas resultantes das observações realizadas, que eram só por si imensamente essenciais.

“The Greeks, who contributed so much to medical science, built their doctrine on the study of nature - the *physis*. "Physiology" for them was the science of nature, the description and explanation of natural occurrences, of what happens. It embraced what we today would call "natural science," such as physics, anatomy or physiology (in its modern narrow sense).”<sup>9</sup> (King & Meehan, Marjorie, 1973, p. 573)

Posto isto, facilmente se entende a razão do surgimento de vários estudos sobre o assunto, salientando o *Corpus Hippocraticum*, uma antologia acerca do corpo humano, na antiga pátria dos helénicos. Hipócrates<sup>10</sup>, uma das mais importantes personalidades no desenvolvimento da Medicina, e o grande protagonista desta antologia, colocou neste tratado o que seria o princípio da teoria humoral, o sustento teórico e conceptual do seu pensamento médico. Sobre Hipócrates e o seu legado, escreveu Manuel López Martínez, médico especialista em neurologia e historiador de medicina:

“La colección hipocrática no sólo reunió, sistematizó y contempló los conocimientos médicos de aquellos tiempos; su gran mérito consiste en analizar los fenómenos de salud-enfermedad, aplicando los progresos de la filosofía griega que les eran contemporáneos. Con esa influencia logró soluciones a las interrogantes de la

---

<sup>8</sup> O Homem pré-histórico já realizava alguns rituais particulares (...) que indicam conhecimento da anatomia humana de forma geral. [Tradução Livre].

<sup>9</sup> Os gregos, que tanto contribuíram para a ciência médica, construíram a sua ideologia no estudo da natureza - a *physis*. «Fisiologia» era para eles a ciência da natureza, a descrição e explicação das ocorrências naturais e daquilo que naturalmente acontece. O que hoje chamaríamos de «ciência natural», como a física, a anatomia ou a fisiologia (no sentido moderno que hoje lhe conhecemos), surgiu da Grécia Antiga. [Tradução Livre].

<sup>10</sup> Hipócrates, muitas vezes considerado o pai da Medicina antiga, escreveu ensaios sobre as doenças que havia tratado e o que havia aprendido, enquanto membro de uma família que já praticava os cuidados de saúdes básicos há largos anos. Ainda hoje é reconhecido através do juramento de Hipócrates, efetuado pelos médicos, no qual juram uma prática honesta da ciência.

medicina en cuanto a orígenes, causas, naturaleza, tratamiento y prevención de las enfermedades”<sup>11</sup> (Martínez, 2004, p. 8)

No Egito, terra dos faraós, já se realizavam procedimentos que eram em alguns aspetos semelhantes às primeiras necropsias conhecidas. Diferenciavam-se, no entanto, pela falta de rigor analítico aliado à idealização de feitiçaria e crença em deuses com poderes curativos ou malignos. Sobre este povo de costumes particulares, surge referido no *Jornal de Patologia da Polónia* que “the ancient Egyptians got the knowledge about particular areas of human anatomy mainly in accordance with preparation of the cadavers for the burial ceremony.”<sup>12</sup> (Gulczynki et al., 2009, p. 109), mas, na verdade, a parte científica e médica aliada à prática das *autopsía* fica perdida para ser redescoberta anos mais tarde. No entanto, o povo do Egito devido à sua prática religiosa, não só tratava do embalsamento dos corpos, o que naturalmente envolvia uma primitiva autópsia, mas também realizava já alguns procedimentos cirúrgicos, embora sem grande rigor. Como acontece com os textos gregos, nos quais são tratados assuntos referentes à Medicina, (tome-se como exemplo o *Corpus Hippocraticum*), existem também registos relativos à Medicina egípcia. É o caso dos papiros *Ebers*, provenientes da mesma região, e com cerca de 700 fórmulas mágicas e remédios populares, além de uma descrição precisa do sistema circulatório. Desta forma, percebe-se que este povo demonstrava um exímio grau de compreensão da anatomia humana, do corpo e da sua estrutura. Estes manuscritos foram essenciais para o desenvolvimento da Medicina ao longo dos séculos que se sucederam, diferenciando a Medicina empírica da Medicina mágica, recorrentemente utilizada por esta altura.

Na Roma Antiga, fortemente influenciada pelas anteriores mencionadas, também se procurou desvendar os mistérios que rodeavam o corpo humano, a vida e a morte. Embora sempre muito associada à Medicina grega, foi na época dos imperadores romanos que se estabeleceram muitas afirmações que eram até então apenas suposições, da mesma forma que foi nesta altura que surgiram tratados de Medicina e o próprio Plínio, naturalista romano, afirmou que existiu um período de tempo, de “seiscentos anos nos quais Roma vivera sem médicos, mas não sem Medicina” (Plínio, 79, p. 11 apud Mundry,

---

<sup>11</sup> O *Corpus Hippocraticum* não só reuniu, sistematizou e contemplou o saber médico da época, mas o grande mérito do autor consiste em descortinar soluções para as questões da Medicina em termos de orígenes, causas, natureza, tratamento e prevenção de doenças. [Tradução Livre].

<sup>12</sup> Os antigos egípcios detinham inúmeros conhecimentos sobre áreas particulares da anatomia humana o que se devia principalmente à preparação dos cadáveres para o ritual do enterro. [Tradução Livre].

2016, p. 181 )<sup>13</sup>. Isto comprova que o desenvolvimento da anatomia no povo do Lácio, não ficou parada no tempo, apesar de nos “parecer difícil, de facto, compreender a medicina romana de uma forma diferente daquela com que se compreende a medicina grega ou como se compreenderia, por exemplo, a medicina egípcia ou chinesa”. (Mundry, 2016, p. 179). Posto isto, é natural que tenham resistido até aos dias de hoje algumas partes do manuscrito *De Medicina* de Aulo Cornélio Celso (Celso, 1814)<sup>14</sup>. É a primeira obra em latim sobre Medicina apesar de muito se questionar sobre se Celso seria médico ou apenas enciclopedista. Além da sua experiência partilhada nos textos, o autor romano tece duras críticas à vivisseção, que era efetuada geralmente em prisioneiros de guerra. Além de Celso, existem muitos outros cuja referenciação é necessária. Entre esses autores, destaca-se Galeno, um médico romano que viveu entre 129 d.C. e 200 d.C., deixou textos relevantes que influenciariam os estudos e o desenvolvimento de anatomia mundial até ao século XV, nos quais algumas das afirmações foram posteriormente identificadas como erradas ou incompletas. A partir da Lei das Doze Tábuas<sup>15</sup> (Carrilho, 2009), torna-se evidente que tanto a prática da inumação como da incineração eram repudiadas dentro dos muros citadinos, o que se comprova pela décima tábua de Roma, correspondente ao *de jure sacro* – o direito sagrado, que assevera que nenhum homem deve ser enterrado dentro da cidade.

Com a queda do Império Romano, marcando o fim da Antiguidade, chegaram também tempos de maior incerteza e escuridão. Isto significou igualmente que muitos dos conhecimentos previamente adquiridos ficaram perdidos e não registados, alguns de forma irrecuperável representando ainda nos dias de hoje um malefício. Na sociedade medieval da época, dentro da qual imperava a veneração da magia e superstição, rica em mutações de carácter político-geográfico, cultural, social e económico era também “uma idade de encontros e contaminações entre diferentes culturas, um caldeirão de experiências contrastantes chamado por Giovanni Tobacco «idade da experimentação»” (Montanari. 2002, 276 apud Rinaldi, 2018, p. 15). Por isso, muitas vezes o natural e o

---

<sup>13</sup> “A grande preocupação e suspeição romana é em relação aos charlatões, falsos curandeiros, segundo diversos autores latinos, dentre eles Séneca. Portanto, a implicância dos romanos não é contra a medicina, mas contra esse tipo de médicos. É por esse motivo que Plínio acusa, sobretudo no livro XXX, aqueles a quem chama de magos de aplicar falsas curas e tratamentos absurdos aos doentes.” (Vieira, 2017, p.14).

<sup>14</sup> “Aulo Cornélio Celso nasceu provavelmente no ano 25 a.c. e viveu durante o reinado de Tibério (14-37 d.C.)” (Trancas & Santos, 2007, p. 432)

<sup>15</sup> A Lei das Doze Tábuas são um conjunto de antigas legislações, que estão na origem do que conhecemos hoje em dia como direito romano. Formava o cerne da constituição da República Romana e do *mos maiorum*.

sobrenatural caminhavam de mão dada. Acreditava-se nas pragas e doenças como castigos divinos e magias demoníacas como comprovam os autores Julian Burton e Guy Ruty na sua obra *The Autopsy: The Manual of Fundamental Autopsy Practice*. Aí relatam a evolução desta parte da Medicina e fundamentam a junção do divino e do pagão: “(...) the tutonic pagan belief that disease was caused by «the worms», «onfliers», «elf-shot» and contagious magic, meant that further investigation of the body was not only fruitless but might also be positively dangerous.”<sup>16</sup> (Burton & Ruty, 2010, p. 3). Por conseguinte, existe uma ténue linha entre a devoção e o paganismo, que, muitas vezes, se cruza, e fazendo com que fossem árduas as conquistas e os avanços científicos intrínsecos à evolução natural dos tempos. Acerca deste período da Idade Média, tão relacionado com o sortilégio anteriormente mencionado, existe ainda um estigma muito grande. Pensa-se, muitas vezes, neste vínculo como uma interrupção do desenvolvimento da Medicina. E apesar da instituição católica se opor veemente às dissecações, realizadas para permitir que as pessoas que morriam em cruzadas católicas pudessem ser transportadas e enterradas na Europa, levou erroneamente alguns autores a interpretar que havia uma proibição (Guarisch, 2020, p. 2)<sup>17</sup>. A Medicina, enquanto disciplina, continuou de forma progressiva, como o reafirma um artigo recente, composto por vários autores e publicado no *Jornal Internacional de Medicina Legal*: “As regards the vexed question of the lawfulness of autopsies in the Middle Ages, the alleged illegality of the dissections tends to distort our vision of the evolution of a science such as anatomy and its derivations.”<sup>18</sup> (Cecchetto et al., 2017, p. 1069). Segundo a autora Maria Salomé, ao longo do século XIV as autópsias e dissecações humanas eram muito comuns em várias cidades do norte da Itália, conhecendo-se até o caso de Mondino de’ Liuzzi<sup>19</sup> ao longo da sua vida realizou várias dissecações em humanos e em animais. Em 1315, realizou a primeira dissecação humana pública, com quatro dias de exibição, na Escola Médica de Bolonha. (Santos, 2017, p. 16).

---

<sup>16</sup> “(...) a crença pagã de que as doenças eram causadas por «vermes», insetos, «tiros de elfo» e a magia contagiosa significava que uma investigação mais aprofundada do corpo não era apenas infrutífera, mas também positivamente perigosa.” [Tradução Livre].

<sup>17</sup> Durante o Concílio de Tours, em França, a Igreja Católica Romana proibiu a mutilação de cadáveres, porém o objetivo era evitar que se eviscerassem partes do corpo dos cruzados para o transporte de volta à sua terra, mas teve também implicações negativas para os anatomistas.

<sup>18</sup> “No que diz respeito à controversa questão da legalidade das autópsias na Idade Média, a sua alegada ilegalidade tende a distorcer a nossa visão acerca da evolução de ciências como a anatomia e as suas derivações.” [Tradução Livre].

<sup>19</sup> Mondino de’ Liuzzi nasceu a 1275 em Itália. Foi um dos precursores da anatomia como disciplina, sendo também médico e professor de cirurgia na Universidade de Bolonha.

Da Idade Média à Idade Moderna, a questão das autópsias foi sendo paulatinamente trabalhada. Tal como essa, a higiene pública foi sendo cada vez mais debatida, a despeito da criação de espaços próprios destinados aos enterramentos, ao invés das igrejas como era até então costume. Maria Salomé afirma que se considera que o período moderno, propriamente científico da Medicina Legal, dá-se a partir de 1602, com a publicação da obra de Fortunato Fidelis, *De Relatoribus Libri Quator in Quibus ea Omnia quae in Forensibus ae Publicis Causis Medici Preferre Solent Plenissime Traduntur*<sup>20</sup>. (Santos, 2017, p. 12).

Em matéria de saúde pública portuguesa, escreve Ricardo Jorge em *Hygiene Social Aplicada à Nação Portuguesa*: “Onde estão os mortos? Dizia Schopenhauer. Aqui, ao pé de nós. Apesar da morte, a despeito da putrefação, nós ele unidos.” (Jorge, 1885, p. 61). Numa altura em que as morgues ainda eram encaradas na consciência coletiva como uma demonstração pública de uma cidade malfadada, “A morgue assume no imaginário social a forma de imenso panteão de cadáveres anónimos, e em certa medida, a qualidade do purgatório da cidade. (...) é, num certo sentido, o negativo da cidade é a má consciência do cidadão”. (Santos, 1988, p. 492). Ainda assim, a criação das morgues é uma conquista que surge do desenvolvimento da Medicina Legal, enquanto disciplina fundamental à existência humana, uma vez que só com a criação de locais destinados à investigação da morte, se passaram a requisitar autópsias com os médicos especialistas da área, ao invés dos “peritos ocasionais”, como lhes chama Jorge Costa Santos, médico especialista em Medicina Legal e membro designado pelo INMLCF (Santos, 1988, p. 493).

## **2.1. Evolução Histórica da Medicina Legal em Portugal**

Como se desenvolveu a questão da Medicina Legal enquanto disciplina e especialidade médica em Portugal? O autor Francisco Flores, na sua obra *Os Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário*, escreveu que foram as “teorias de Charles Darwin, o método experimental de Claude Bernard, a filosofia positiva de Comte, o evolucionismo de Spencer e o monismo de Haeckel que provocaram profundas alterações no pensamento médico da segunda metade do século XIX” (Flores et al., 1999, p. 116). A verdade é que muitas destas filosofias colocaram em causa alguns dos mais antigos e basilares princípios da Medicina e da vida. “A teoria de Darwin, mais ou menos alterada pelos evolucionismos

---

<sup>20</sup> A obra de Fortunato Fidélis, publicada em Palermo em 1602 estava dividida em quatro volumes, destinados a debater os temas da saúde pública, ferimentos, erros médicos, virgindade, gravidez e sobre a morte.

de Spencer e Haeckel (...) foi usada por intelectuais progressistas, de vários quadrantes ideológicos, como estratégia de justificação científica das suas propostas políticas e sociais” (Martins, 2009, p. 401). O estudo de Darwin contribuiu para o apartamento da conexão já por si agitada entre Deus e Homem: o homem separava-se da ideia de criação à imagem e semelhança de Deus, para se tornar apenas mais um sucessor na linhagem das espécies. De um modo geral, estas teorias influenciaram o mundo e a cultura portuguesa, promovendo o desenvolvimento de novas posturas, entre elas médicas, e afastando a ideias das “resistências decorrentes da mundividência religiosa do Antigo Regime que perspetivavam a sacralização do corpo do finado, elemento material que esperaria o reencontro com a alma no Dia da Ressurreição, obstavam a uma intervenção rotineira do médico sobre o cadáver” (Flores et al., 1999, p. 117).

Neste contexto, a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa teve um papel basilar enquanto estabelecimento de ensino superior na área da Medicina geral. Surgida pela transmutação da Real Escola de Cirurgia, em 1836, fundada no Hospital de São José, a escola lisboeta é inaugurada em 1906. Foi neste local que grandes nomes da Medicina Legal portuguesa estudaram e exerceram estas disciplinas, fundamentais para a evolução médica. Antes dos necrotérios, os exames cadavéricos eram realizados pelos médicos solicitados em hospitais nas zonas urbanas ao passo que, em áreas mais rurais, as autópsias eram normalmente realizadas nos espaços cemiteriais, por falta de outros mais adequados. Ainda assim, nas grandes cidades podiam realizar-se nas salas disponíveis para o efeito nos cemitérios, embora isso acontecesse com mais regularidade em casos de exumações, como se comprova pela notícia de jornal *Diário de Notícias* de 20 de fevereiro de 1889 (cf. Anexo IV e V) sobre uma criança, vítima de negligência segundo conta do relatório da Sociedade de Ciências Médicas (cf. Anexo IV), cuja morte se suspeitava ter sido infligida pela senhora encarregue de tomar conta dela em Lisboa:

“Demos ante-hontem notícia de uma participação que a polícia remeteu aos juizes do 2º districto criminal, por haver suspeita de que a menor Albertina for a vítima dos maus-tratos que lhe infligir a mulher a quem fora dado a crear, na rua de Duque nº 4 5º andar devendo proceder-se à exumação e autópsia do cadáver, para verificar da verdade d’esse facto. Esse exame deve effectuar-se amanhã pelo meio-dia no cemitério oriental, assistindo o sr. juiz ordinário do julgamento dos Martyres, o seu escrivão e dois facultativos (...).” (DN, 1889, p.1)

Ao passo que, no *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa* pode ler-se os resultados do exame forense realizado na menor Albertina, onde consta que:

“Em 21 de fevereiro, treze dias depois do óbito, procedeu-se à exumação e autópsia do cadáver e os peritos António Ferreira Moutinho e José Maria Galvão e Mello declararam textualmente o seguinte, conforme consta dos autos:

«Que não notaram na superfície externa do corpo outros symptomas que não fossem o da decomposição cadavérica, isto na parede anterior; porque na posterior, porém, e sobre a região média do sacro, estendendo-se um pouco para o lado esquerdo uma profunda ecchymose, denotando violento traumatismo sobre esta porção. E, porque feita minuciosa autópsia sobre os órgãos das tres cavidades, craneana, thoraxica e abdominal, não sendo encontrado nada de notável que lhes pudesse dar a razão da morte, (...). E porque não encontraram outra causa que satisfatoriamente explicasse a morte, concluíram por supor ter sido esta. E por esta forma deram eles peritos médicos facultativos o seu exame por fim.» (Jones G. M. S. & Burnay R., 1891, p. 350)

Por sua vez, o inventário do CASJ, propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, remete para a existência de uma mesa destinada a autópsias em 1890, o que nos comprova a existência de casas de autópsias conquanto exista também referências no mesmo inventário a uma casa de depósitos com “oito mesas de pedra p<sup>a</sup> descanso de caixões”. (DGC, 1890) Com a evolução das mentalidades, surgiu inevitavelmente a necessidade de progresso médico, há muito necessário, “o próprio conceito de morte tem sofrido alterações que visam adequá-lo aos progressos da ciência médica e à utilização de novas tecnologias” (Santos, 1988, p. 503). Foi com a criação da morgue portuguesa, em 1899, através da lei régia promulgada pelo rei D. Carlos (Legislação Régia, 1899, p. 358) e, mais uma vez, sob influência direta da afamada morgue parisiense, que se lançaram as bases para o desenvolvimento do que hoje conhecemos como Instituto de Medicina Legal. Todavia, segundo Jorge Costa, a reação das massas não foi positiva à criação desta nova infraestrutura em Portugal. Existia ainda a ideia bastante presente das morgues como espaço de infâmias e vitupérios, provocações à vontade da religião e um claro pecado numa cidade desonrada.

“Mas as morgues nasceram sob o signo do barbarismo, que haveria de alimentar acesa polémica nos jornais de então. «Criou-se o necrotério - clamava o purista C. de Figueiredo - mas a redação da lei que o criou houve por bem servir-se da palavra

«morgue» ou por ignorância de outra que em português exprimisse ideia (...)» ou ainda, noutro texto, «um estabelecimento português com o nome francês, para o olfato dos que prezam a sua língua tresanda aos esgôtos de Paris e faz náuseas.» (Santos, 1988, p. 494).

A morgue portuguesa foi então instalada numa edificação pertencente ao hospital de São José, perto da escola médica pela “inexistência de qualquer outra alternativa mais satisfatória” (Santos, 1988, p. 495). Foram criados três necrotérios: no Porto, em Coimbra e em Lisboa, ligados naturalmente ao ensino da Medicina Legal nas universidades, e que tinham como principal desígnio a realização de autópsias e de exames médico-legais (Decreto-Lei nº 11/98 de 24 de janeiro, 1998, 274). Aquando da direção de Azevedo Neves<sup>21</sup>, em 1911, a morgue lisboeta estava reduzida ao essencial daquilo que se achava então ser a sua denominação, um depositário de cadáveres. Foi reconstruída por fim, passando a ser denominada por Instituto de Medicina Legal em 1918. (Decreto-Lei Nº 4/807; Nº 4/808, 1918). Volta a ser novamente reestruturada, brotando o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, no ano 2013.

Hoje em dia, o INMLCF é, segundo o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 123/2011 de 29 de setembro de 2011, uma organização que presta serviços de ciência forense às forças policiais e agências governamentais de Portugal. O instituto detém as mais diversas funções nos dias que correm, salientando-se atividades periciais, científicas e pedagógicas que definem a política nacional na área da Medicina Legal, assegurando a prestação de serviços periciais médico-legais e forenses, cooperando com os tribunais e demais entidades que intervêm na administração da justiça. Paulo Sousa Silva diz-nos que o INMLCF realiza no âmbito das referidas atribuições, autópsias médico-legais, tendo como objetivo esclarecer a causa e as circunstâncias da morte, exames para avaliação dos danos provocados no corpo ou na saúde; perícias e exames laboratoriais químicos e toxicológicos; perícias e exames de anatomia patológica forense (Silva, 2014, p. 21). Assim sendo, o atual Instituto de Medicina Legal, com sede em Coimbra, e outras duas delegações, em Lisboa e Porto, continua a desempenhar um importantíssimo papel no que concerne à prestação de serviços estatais e o apoio à comunidade que o rodeia, passando pelas mais conhecidas tarefas que lhe estão atribuídas: as autópsias. Desta forma, deixou também de ser visto com um antro de provocações urbanas, embora seja ainda encarado

---

<sup>21</sup> João Alberto de Azevedo Neves, natural de Angra do Heroísmo e mais conhecido por Dr. Azevedo Neves, foi médico, professor e político. Entre muitos outros cargos, ocupou o de diretor da morgue.

com alguma desconfiança. No entanto, é unânime o valor que a instituição tem e o papel que desempenha na busca utópica de uma sociedade mais justa e com conhecimento sobre si e sobre o que a rodeia. Para concluir, a evolução histórica da Medicina em Portugal, com especial foco na Medicina Legal, foi um processo conjunto de várias décadas. Embora o seu grande período de prosperidade tenha sido no século XIX, aliado também ao desenvolvimento da malha cemiterial e conseqüentemente do próprio urbanismo. Face ao exposto, a Medicina Legal e o seu legado continuam em constante desenvolvimento, adaptando-se às necessidades subsistentes.

## Capítulo III

### 3. Uma Viagem pelo Cemitério: A Conceção do Espaço Físico da Morte

A palavra portuguesa “cemitério” tal como nos dias de hoje é utilizada, deriva da sua origem latina *coemeterium*, que advém, por sua vez, da palavra grega *κοιμητήριον* [kimitírion], que, de acordo com o Greek English Lexicon<sup>22</sup>, seria um *sleeping room* ou *burial place*, representando assim o ato de pôr a jazer ou de fazer deitar os mortos. É possível analisar uma evolução semântica bastante significativa que a palavra cemitério experienciou, existindo de forma permanente na língua francesa a partir do século XVI, enquanto na língua britânica, o uso do vocábulo *cemetery* correntemente surgiu mais tarde. Segundo o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Morais Silva<sup>23</sup>, cemitério é um nome masculino do latim *coemeteriu* que significa um “lugar em que a morte faz muitas vítimas. (...) Um terreno descoberto, em que se enterram ou guardam defuntos. Terreno reservado para os cadáveres dos irracionais” (Silva, 1949, p. 1081) Ao longo dos anos, foram vários os nomes que foram sendo atribuídos a estes locais, cada um com a suas características distintas. Desde necrópoles a sepulcrários chegando por fim ao termo cemitério, todos eles são locais de entrega e veneração, ligados normalmente a praticas e cultos religiosos e à ideia de descanso eterno. E, se por um lado, se percebe uma componente religiosa, uma vez que o local aonde é deixado o morto adquire um significado fortíssimo para os que com ele não partem, tornando-se assim um local sagrado e profunda ligação emocional, por outro lado, os cemitérios assumem cada vez mais um recorrente e fundamental papel como legados culturais e artísticos, o que nos leva a repensar o seu ofício exclusivamente concedido à homenagem do morto.

Os primeiros vestígios de funerais e cemitérios surgem no Paleolítico, uma das fases mais relevantes para o desenvolvimento da espécie humana. A sedentarização de algumas tribos que se inicia nesta fase prossegue no Neolítico, o que faz com que exista um desenvolvimento agrícola, que dará origem à formação das primeiras aldeias. Na primeira Idade da Pedra, existem testemunhos da crença numa vida após a morte, assim

---

<sup>22</sup> Persus Digital Library. A Greek English Lexicon. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0057%3Aentry%3Dkoiimhth%2Frio>.

<sup>23</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cemit%C3%A9rio>.

como as implicações da mesma já existiriam, com maior ou menor intensidade. Surgem, por isso, o que podemos designar com os primeiros cemitérios, arquétipos daquilo que ainda subsiste atualmente. Observa-se que estes primitivos espaços funerários são, um pouco à semelhança do que acontece nos dias que correm, tendencialmente próximos dos aglomerados habitacionais, mesmo que se tenham tentado distanciar aquando da sua construção. Criando um diálogo entre a arquitetura da morte e a arquitetura da vida, os primeiros monumentos dedicados ao enterro e à morte foram as antas ou dólmenes, que se caracterizam por serem monumentos megalíticos, com câmaras de forma circular, onde os mortos eram depositados.

“Os primeiros enterramentos, supõe-se, surgiram da problemática da decomposição, ainda que se possa sugerir outras relações. Era preciso resguardar os cadáveres em locais seguros, a salvo das intempéries, animais famintos, e aos olhos dos vivos. Não é possível, porém, estabelecer com precisão as relações do homem com a morte e seus fenómenos.” (Nogueira, 2013, p. 23)

Em Portugal, perdura um local pré-histórico, o Abrigo do Lagar Velho. Situado no Vale do Lapedo em Leiria, é segundo a DGCP:

“um sítio arqueológico de inegável valor nacional e internacional (...). Em termos arqueológicos, o sítio é conhecido por integrar uma sequência estratigráfica representativa de boa parte das ocupações humanas do paleolítico (...). Destaca-se, porém, a descoberta de uma sepultura infantil que data de há 29000 anos – identificada num dos níveis de ocupação mais antigos – a qual não apenas representa a única sepultura humana do Paleolítico superior conhecida em toda a Península Ibérica (...)”. (Araújo et al., 2009)

No Mesolítico e Neolítico, os períodos que sucederam ao anterior, existem dados de antropologia de campo que verificam que os corpos não eram deixados ao abandono natural, mas eram sim depositados por vezes em posição fetal, com armas ou objetos queridos que lhe pudessem conceder uma certa proteção além-vida. Como é natural, à medida que se avança na história, mais complexos se vão descobrindo os rituais fúnebres, uma vez que aumenta também a consciência da vida e da morte. Verificam-se, portanto, mais pinturas em cavernas que denotam a ideia de santificação dos mortos.

Na Grécia Antiga, não existe a representação de um espaço público da morte, da forma como se conhece hoje. Os ritos sagrados, segundo a autora Renata Nogueira na sua dissertação de mestrado, transmitiam que “aquele que não fosse inumado sofreria com a não destinação de sua alma ao Hades<sup>24</sup>, e seu espírito errante vagaria pelo mundo dos vivos, perturbando a alma dos encarnados.” (Nogueira, 2013, p. 23). Isto comprova a existência de um ritual de passagem fúnebre, até porque de acordo com Sally Humphreys é essencial a existência da individualidade própria mesmo após a morte, conquistada pelos cultos funerários:

“Tomb monuments in western culture - and in the Indian hero-stones discussed by Romila Thapar - individualise those they commemorate, and most contributions here betray traces of the greek attitude sharply delineated by Vernant, in which life is associated with individuality; and death threatens to put an end to differentiation unless the death person is rescued from the finality of death by preservation of the memory of him or her as an individual.”<sup>25</sup> (Humphreys & King, 1982, p. 5)

Alguns dos exemplos desses rituais surgem em detalhadas descrições que Homero faz, tanto na *Ilíada* como na *Odisseia*. De facto, no poema épico que narra os acontecimentos da Guerra de Tróia, um dos temas mais tratados refere as diligências que devem ser prestadas aos mortos, o que legitima o medo que os gregos tinham de verem os seus cadáveres ultrajados, esquecidos e por homenagear.

“Quando surgiu a que cedo desponta, a Aurora de róseos dedos, foi então que o povo se reuniu em torno da pira do famoso Heitor. Quando estavam já reunidos, todos em conjunto, primeiro apagaram a pira fúnebre com vinho frisante, tanto quanto sobre ela sobreviera a força do fogo; mas depois os irmãos e os companheiros recolheram os brancos ossos, carpindo, e abundantes lhes escorreram nas faces as lágrimas. Colocaram os ossos numa arca dourada, pondo por cima finas mantas de púrpura. Depuseram-na depressa numa sepultura e por cima amontoaram grandes pedras, bem cerradas. Depressa ergueram o túmulo, com sentinelas por toda a parte, não fossem

---

<sup>24</sup> Na mitologia grega, Hades é o deus do mundo subterrâneo, reino dos mortos. Filho de Cronos e Reia, fazia parte da tríade divina composta ainda por Zeus e Posídon.

<sup>25</sup> “Os monumentos da tumba na cultura ocidental - e nas pedras-herói indianas discutidas por *Romila Thapar* - individualizam aqueles que eles comemoram, e a maioria das contribuições aqui traem os traços da atitude grega nitidamente delineada por *Vernant*, onde a vida está associada à individualidade; e a morte ameaça pôr fim à diferenciação, a menos que a pessoa falecida seja resgatada da finalidade da morte pela preservação de sua memória como indivíduo.” [Tradução Livre].

antes do tempo atacar os Aqueus de belas cnêmides. Após terem erguido o túmulo, voltaram; e em seguida, reunidos festejaram segundo o rito com um banquete no palácio de Príamo, rei criado por Zeus. E assim foi o funeral de Heitor, domador de cavalos.” (Homero, XI, p. 547-548)

Para o antropólogo Clifford Geertz, os símbolos sagrados, configurados nos rituais, funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo – o tom, o caráter e a qualidade de vida, o seu estilo e disposições morais e estéticas – a sua visão do mundo. (Geertz, 2008, p. 66). Posto isto, os funerais na Grécia Antiga têm, como para todas as épocas históricas, diferentes fases. Primeiramente, eram feitos no subsolo das casas, enquanto depois, por razões higiénicas, passou-se a sepultar os mortos fora das cidades, em locais com esse mesmo propósito, que se começaram por a intitular de necrópoles – *necropolis* ou *νεκρόπολη*.

Em contrapartida ao exemplo da idealização grega da morte e os seus rituais, temos por outro lado o exemplo do Antigo Egito, com um conceito completamente dissemelhante. O Egito, tão correntemente distinguido nos dias de hoje pelos seus grandiosos monumentos funerários, as pirâmides, tinha primitivamente “(...) necrópoles eram compostas por sepulturas singelas sem grandes distinções nem monumentalidade (...)” (Carvalho, 2012, p. 5) que, com o passar dos tempos, das gerações e dinastias, começaram a surgir mais “pirâmides, mastabas, necrópoles, faraós, sacerdotes, fórmulas mágicas, múmias, estátuas, templos, pinturas, amuletos, rituais com a participação do povo ou somente de alguns familiares e sacerdotes. Um enorme aparato cultural que circunda um facto capital na vida egípcia: a morte.” (Durkheim, 1996 apud por Corona, 2016, p. 44). Efetivamente, a mudança de atitude relativamente à morte deve-se ao surgimento de cultos politeístas numa sociedade que funcionava de forma complexamente hierarquizada, acreditando na preservação do corpo físico para que a alma pudesse ser também preservada no pós-morte, “daí a importância concedida à sepultura e à sua arquitetura, que originou as imensas necrópoles, as grandiosas mastabas (...) além de todo o complexo tratamento do corpo, visando impedir a corrupção e assegurar o acesso à imortalidade.” (Ferreira, 2009, 30). Este fenómeno ficou conhecido como a “democratização da imortalidade”, termo empregue pelo egiptólogo John Wilson (João, 2011, p. 1)<sup>26</sup>. Assim, os ritos funerários consistiam na mumificação num túmulo com tudo

---

<sup>26</sup> John Albert Wilson nascido em 1899 foi um reconhecido historiador e egiptólogo dos Estados Unidos da América, professor na Universidade de Chicago.

aquilo que o falecido precisaria para a vida na morte, que variavam consoante a posição hierárquica que cada pessoa tinha na sociedade. A mumificação, ritual sagrado, que se compunha através do embalsamento, era essencialmente um procedimento médico que tinha como objetivo evitar a putrefação do corpo. Para isto, os órgãos eram retirados e colocados em vasos canópicos, depois ungidos com óleos perfumados e totalmente envoltas em tecido. Ainda assim, os rituais não terminavam. Segundo Maria Thereza David João, doutoranda em História Social, “os egípcios esperavam que seus mortos pudessem desfrutar, no outro mundo, de uma vida similar àquela terrena, e era necessário que se fizessem os rituais adequados que permitissem restaurar as suas faculdades físicas e mentais. O banquete funerário era parte essencial dos ritos fúnebres no Egito – para que o falecido pudesse absorver a energia vital dos alimentos inseriu-se o *uep-rá*, o Ritual de Abertura da Boca<sup>27</sup>”. (João, 2011, p. 7).

Comparando estas informações com as que se podem depreender relativamente ao Império Romano, é facilmente perceptível que os rituais romanos, antes do Cristianismo, são uma perfeita amálgama entre os anteriores mencionados. Antes da conversão à religião cristã, a sociedade romana era excepcionalmente estruturada e sendo que acreditavam em várias entidades divinas, criam também nas diferentes fases da vida após o seu fim, sendo profundamente religiosos, ao ponto de Políbio<sup>28</sup> (Bustamente, 2011, p. 1) os adjetivar “como mais religiosos que os próprios deuses”. Consequentemente, nesta fase histórica do Império Romano, coexistiam a cremação e a inumação, predominando uma ou outra, tendo em conta as diferentes regiões, segundo o autor Toynbee (1971, 39-40). Existindo a noção de *pietas* – virtude ou misericórdia na sua tradução - o culto doméstico operava como um vínculo afetivo, um sentimento de devoção para com os falecidos, que funcionava nas casas particulares, onde se guardavam as cinzas dos mortos, sendo a cremação do corpo, sempre realizada fora dos limites da cidade. Até porque para os romanos:

“o morto é como uma sombra, um fantasma ou mesmo espírito (no sentido material do termo) que pode manifestar-se aos vivos de forma perturbadora e horrível, sobretudo quando... não pode beneficiar da sepultura e de outros rituais fúnebres...”

---

<sup>27</sup> O ritual da abertura da boca é um ritual religioso praticado no antigo Egito que tinha como propósito poder devolver os sentidos a uma múmia ou fazer de uma estátua um objeto detentor de vida. Consistia basicamente em colocar alguns objetos na boca e os olhos com o objetivo de permitir que o morto pudesse desfrutar de alguns prazeres terrenos.

<sup>28</sup> Políbio foi um escritor grego do século II a.C. que viveu vários anos em Roma.

O morto pode também, pelo contrário, proteger invisivelmente os vivos, sobretudo os seus parentes e amigos que recordam piedosamente o seu nome e por ele oferecem preces, sacrifícios e até esmolas nos tempos e lugares prescritos...” (Mattoso, 1992, p. 14)

A homenagem ao falecido, mesmo após a sua morte, era vista como um sinal de respeito e veneração (Toynbee, 1971, pp. 51–52). Uma boa aura para os mortos, mas principalmente para os vivos. Por sua vez, com o crescimento e difusão da religião cristã, tornaram-se também cada vez mais triviais os cemitérios, embora em subterrâneos que ficaram conhecidos como catacumbas. É possível entender então que os rituais fúnebres tipicamente romanos, e de influência etrusca e helénica, se vão perdendo lentamente para os ideais cristãos, ainda que ambos continuem a coexistir durante longos anos, como se pode entender na obra *Death and Burial in the Roman World* de Arnold J. Toynbee, “These mosaics belong to the period of the tomb’s reconditioning about the middle of the third century, either when the Julii embraced Christianity or when a new, Christian family took over the burial place”<sup>29</sup> (Toynbee, 1971, p. 141). Esta opinião é corroborada pelo autor Desiderio Vaquerizo Gil, salientando ainda assim a visão do historiador sobre a influência de outros ritos, que vai ser continua ao longo do Império Romano.

“La influencia del mundo funerari judío y, sobre todo, el triunfo del Cristianismo, aspectos ambos que son rechazados por Toynbee, en cuya opinión el cambio se produce demasiado pronto para haber sido influenciado por la religión cristiana, a la vez que «el hecho de que por un cierto periodo, en la Roma de época imperial, coexistan los dos ritos en el ámbito de un mismo monumento sepulcral parece indicar que la modificación del uso funerario no implica un cambio en los fundamentos de la doctrina religiosa.”<sup>30</sup> (Toynbee, 1971, p. 25-26 apud Vaquerizo, 2001, p. 79).

Além do sepulcro do corpo, existe ainda “outro exemplo desta mudança após a inserção e influência do Cristianismo. É que agora na sepultura junto ao morto, não se

---

<sup>29</sup> “Esses mosaicos pertencem ao período de recondicionamento do sepulcro, em meados do século III, quando os *Julii* abraçaram o Cristianismo ou quando uma nova família cristã assumiu o local do cemitério.” [Tradução Livre].

<sup>30</sup> “A influência do mundo fúnebre judaico e, sobretudo, o triunfo do Cristianismo, ambos aspetos rejeitados por Toynbee, cuja opinião reflete sobre a mudança que ocorre demasiado cedo para ter sido influenciada pela religião cristã, bem como - o facto de que durante um certo período, na Roma da era imperial, os dois ritos coexistem na área do mesmo monumento sepulcral parece indicar que a modificação do uso fúnebre não implica uma mudança nos fundamentos da doutrina religiosa.” [Tradução Livre].

enterra mais nada vivo ou de valor para o morto, como se fazia segundo os costumes dos pagãos, prática esta que remonta à época etrusca e às suas influências indo-europeias, pois os cristãos agora acreditam que o morto não tem nenhuma necessidade na sua vida pós-morte.” (Loureiro, 1977, p. 27). Surgem ainda aliadas aos cemitérios tradicionalmente etruscos, as catacumbas judaicas e cristãs, evento que o autor afirma surgir em Roma a partir do ano 200 d.C. (Toynbee, 1971, p. 236).

É na Idade Média que a concepção da morte surge com diversas representações legadas pela Antiguidade Clássica. A primeira delas, aliada à reverência ao Cristianismo, surge também o medo histórico de uma morte súbita pois existia a ideia de que antes da morte, era necessário confessar todos os pecados, para prosseguir à vida no paraíso. Preliminarmente, os corpos eram enfaixados em sudários, mortalhas que envolviam o defunto (Caputo, 2008, p. 76), uma vez que um caixão não era algo que fosse acessível a todos. Enquanto uns eram sepultados no interior das igrejas e no pátio das mesmas, dada a ideia que estando perto dos santos da igreja, lhes seria concedida uma espécie de proteção divina que impedia os inumados de ir para o inferno, os outros ficavam em valas comuns, segundo o mesmo autor. Isto criou para a Igreja Católica um negócio rentável que lhe permitia vender pedaços de terra como verdadeiros pedaços de céu e ainda fazer parte do testamento vital dos seus devotos, “Os defuntos previam no seu testamento serviços religiosos perpétuos para a salvação da sua alma. (Ariès, 1988, p. 64). Como esclarece Rodrigo Caputo (2008, p. 76), a partir do século XII, ao invés da certeza, passa a reinar a incerteza, uma vez que agora cabia à Igreja intermediar o acesso da alma ao paraíso, numa sociedade nitidamente hierárquica, na qual tudo se resume à posição social. Os mais afortunados tinham um lugar pago e por isso, marcado, enquanto os outros sofriam o medo da obscuridade que a morte lhes traria. Isto aliado à preocupação do esquecimento e abandono após a morte, provoca a falta de uma morte democrática. Assim, “sob essa influência, os funerais tomaram então um caráter solene e clerical que não possuíam na primeira fase da Idade Média.” (Ariès, 1988, p. 122).

Todavia, é possível observar na época que corresponde ao Renascimento, um período onde os ideais mais clássicos deram lugar a um decréscimo da influência do misticismo e dogmatismo religioso sobre a cultura e a sociedade de um modo geral, que originou também uma mudança significativa na forma de olhar e compreender a morte. O Renascimento ficou bastante assinalado por uma série de valores humanísticos onde perdura a racionalidade do pensamento. Da mesma forma, o valor do ser humano altera-se, afirmando-se perante a figura de Deus, que deixa de ser o centro da vida e do

pensamento coletivo. Ainda assim, as convicções religiosas que já existiam não se extinguem e estas duas linhas de pensamento e ação convergem. Como prova deste processo, existe a obra de Dante Alighieri, *Divina Comédia*<sup>31</sup> (Alighieri, 2017), que exalta a religião e o papel de Deus através da sua obra mais perfeita, o Homem. Portanto, é natural que nesta era, “os progressos evidentes nos domínios da anatomia e da Medicina na época renascentista sejam responsáveis por uma mudança sensível nas relações do indivíduo com o seu corpo, e também com a sua morte.” (Goulão, 2015, p. 83), o que se refletiu na forma de celebrar e homenagear os mortos.

No período que corresponde ao Século das Luzes e sendo a proposta primordial do Iluminismo, o traçar um caminho até à razão e à luz, surgem vozes que clamam por um local digno para os mortos. Segundo Marta Espírito Santo, “o Iluminismo motivou uma série de mudanças que, em adição à Revolução Industrial, resultou numa melhoria das condições de higiene, da alimentação, dos serviços públicos, das construções, e dos progressos tecnológicos e científicos, como foram os da Medicina.” (Santo, 2020, p. 39). A revolução trouxe avanços significativos que nem sempre puderam ser postos em prática, como afirma Maria Manuel Oliveira, “sem condições para realizar grandes obras, a Revolução foi fértil em criar programas institucionais, os seus *emblemas da Razão*” (Oliveira, 2007, p. 81). Até porque sabemos que nas vésperas da Revolução Francesa, Paris não tinha ainda os seus cemitérios públicos embora existissem já as ideais necessárias para a criação dos mesmos (Oliveira, 2007, p. 79). Com isto se comprova que estavam lançadas em Paris e na Europa, as sementes necessárias para a criação de estruturas de higiene pública, onde se salientam os espaços funerários. São as mentes iluministas que plantam a ideia dos cemitérios, algo que também se denota em Portugal, através da figura do intendente Pina Manique<sup>32</sup> que se notabilizou pelos primeiros planos para a construção de cemitérios públicos. Ainda assim, estes planos não seriam concretizados até 1833, data das construções dos primeiros cemitérios românicos da cidade de Lisboa.

É, por isso, que na década de 1800 se denota um desenvolvimento a nível europeu do pensamento em relação à higiene pública e malha cemiterial como nunca antes

---

<sup>31</sup> A *Divina Comédia* é um poema épico e teológico da literatura italiana escrito por Dante Alighieri no século XIV. Está dividido em três partes que correspondem ao Inferno, Purgatório e Paraíso.

<sup>32</sup> Diogo Inácio de Pina Manique, mais conhecido como apenas Pina Manique foi um magistrado português e homem da confiança de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, nascido em Lisboa em 1733.

imaginado na Europa. Embora já na década anterior se tivessem elevado vozes iluministas que defendiam um enterro que não prejudicasse a salubridade das cidades, só mais tarde se deu realmente início aos projetos que levaram a cabo a construção de alguns dos mais reconhecidos cemitérios. Foi em 1776 que se promulgou em França, a primeira lei nacional conhecida como *Déclaration du Roi concernant les Inhumations*, que proibia o enterro de eclesiásticos no interior dos templos e afirmando que a maioria dos corpos deve ser enterrada num cemitério (*Déclaration Du Roi Concernant Les Inhumations*, 1776) conquanto só o *Décret Impérial sur les Sépultures*, emitido por Napoleão Bonaparte, em 1804, e estendido até Itália em 1806, visou enterrar os mortos em cemitérios públicos e distantes das cidades, por questões higiénicas. Antes disso, existiam apenas portarias e ideias de como funcionariam os cemitérios públicos.

Por sua vez, em Espanha, a *Real Cédula de Carlos III de 1787*, foi o documento que alterou a história cemiterial do país; enquanto na capital do Reino Unido, procede-se em 1847 à promulgação de uma lei que visa autorizar a construção de cemitérios, a *Cemeteries Clauses Act 1847*.

À semelhança da norma portuguesa, os enterros eram até então realizados no interior e nos átrios das igrejas paroquiais, localizadas no núcleo urbano. Ainda assim, o cemitério mais antigo de Madrid surge apenas em 1811. Em Portugal, por sua vez, surge o primeiro cemitério na Ajuda, ordenado por D. Maria I, em 1786 (Sanches, 1940, p. 174), embora se destinasse às gentes mais pobres que viviam naquele local e aos criados da Casa Real (Carvalho, 2012, p. 11). Só mais tarde surgem os cemitérios Municipais em Lisboa e no Porto, no ano de 1833, ao qual lhe seguem o decreto-lei de 1835, que veio reforçar a necessidade da existência destes espaços insalubres e a proibição de enterramentos no interior de igrejas.

Ainda na contemporaneidade, surgiram alguns tipos diferentes de espaços cemiteriais, com os mais diversos objetivos. Como explica Hugo Monteiro na sua dissertação, os enterramentos nestes espaços aconteceram porque “a constituição dos solos, as condições que reúnem e o seu conteúdo microbiológico permitem que a matéria orgânica enterrada se degrade, sendo estas várias das muitas razões para a utilização dos solos como cemitério.” (Monteiro, 2015, p. 8). Tendo em conta o impacto ambiental que invariavelmente estes espaços têm, surgiram alguns estudos e dissertações como *Geologia Ambiental Associada a Cemitérios: Estudo de Caso na Região Centro de*

*Portugal*<sup>33</sup> e *Cemitérios: Impacto nas Águas Subterrâneas*<sup>34</sup> de forma a perceber como é que se pode melhorar o nível de vida cidadão. Sabe-se que os locais de sepulcro têm efetivamente repercussões que podem inclusive interferir com a qualidade de vida das populações, porquanto “alguns estudos que refletem mudanças na composição química do solo, devido ao efeito da decomposição de cadáveres focando-se no potencial de contaminação dos solos do cemitério, através de valores de concentrações de determinados elementos” (Amuno, 2013 *apud* Monteiro, 2015, p. 17), sendo essa também uma das razões para serem inicialmente edificados nas periferias das cidades e não no centro. Por conseguinte, é necessário avaliar as alterações e impactos ambientais dos corpos dos mortos na saúde dos vivos tentando encontrar formas mais eficientes e com um menor impacto ambiental.

Os cemitérios tradicionais e mais comuns são chamados também de cemitérios horizontais, têm as ruas pavimentadas à semelhança das cidades onde estão inseridos e englobam normalmente sepulturas e cremação, embora o enterramento seja predominante. São também considerados locais muitas vezes históricos e inclusive turísticos, tornando-se por sua vez em pontos de melancolia comum. Este tipo de unidade cemiterial, embora seja a mais adotada tem:

“no entanto, como desvantagem o elevado custo de manutenção, o risco de libertação de odores, a possível contaminação do solo e das águas subterrâneas e superficiais, ocupação de grandes áreas, custos elevados devido à ostentação, necessidade de solo adequado, ambiente que afeta a estética urbana (...).” (Campos, 2007 *apud* Oliveira, 2009, p. 9)

Outro tipo de fossários são os cemitérios-parque, que são cobertos por relva e árvores e sem qualquer tipo de construções tumulares. “As inumações são feitas por tumulação e as sepulturas são identificadas por pequenas lápides de bronze ao nível do chão.” (Oliveira, 2009, p. 10). Ana Campos na sua dissertação, apresenta as desvantagens deste género de local apresentado, que, entre outras, são a falta de tratamento dos gases, o que contribui para a influência na qualidade dos solos e das águas subterrâneas (Campos,

---

<sup>33</sup> Para mais informações procurar *Geologia Ambiental Associada a Cemitérios: Estudo de Caso na Região Centro de Portugal* de A. Pedrosa, F. P. O. Figueiredo, J. M. M. Azevedo, A. O. Tavares. 2014 LNEG – Laboratório Nacional de Geologia e Energia IP (Pedrosa et al., 2014).

<sup>34</sup> Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre de Bruna Oliveira, *Cemitérios: Impacte nas Águas Subterrâneas* (B. R. F. Oliveira, 2009).

2007, p. 24). Existe, por último, um tipo de cemitério que tem sido cada vez mais adotado nos dias que se nos apresentam. Bruna Oliveira, apresentou uma dissertação de mestrado, onde refere os tipos de cemitérios e o seu impacto ambiental. Indica ainda unidades cemiteriais verticais, construídas acima do nível do solo, sem contacto com o mesmo e os cadáveres são depositados em gavetas individuais (Oliveira, 2009, p. 11).

Certamente que existem outros tipos de unidades destinadas a inumações sendo que estas não foram apresentadas uma vez que são ainda uma minoria. É o caso dos cemitérios naturais, uma ideia cada vez mais em voga uma vez que oferecem o conceito de “ambiente rural sem lápides, vedações nem portões no qual as inumações são mais amigas do ambiente.” (Oliveira, 2009, p. 11). São bastante reconhecidos por facilitarem o processo natural de decomposição do corpo e utilizarem apenas materiais biodegradáveis de origem sustentável. Geralmente, com cada corpo enterrado é também uma árvore que é plantada, marcando o ponto da sepultura. Nesta lista inserem-se ainda como unidades cemiteriais, os crematórios, embora sejam principalmente encontrados dentro dos cemitérios em si, no que diz respeito ao território continental de Portugal, não se justificasse a sua abordagem enquanto unidade que subsiste singularmente.

Nos dias que correm, a diversidade de rituais fúnebres ainda se mantém. Além de ser um elemento de avaliação e ponderação religiosa, são parte integrante de uma cultura, através da construção de uma narrativa histórica. As práticas do velório realizadas pelos povos de tradição cristã são semelhantes em vários países. Em Portugal, por sua vez, os costumes vêm-se mantendo, seguindo tradições de gerações longínquas. Nesse sentido, os espaços cemiteriais podem ser vistos como uma extensão lógica da vida. Contam uma história daqueles que outrora viveram, de quem eram e de como gostariam de ser recordados. Isto, aliando-se ao facto de espelharem as mais diversas manifestações de crenças religiosas, apesar da laicização dos cemitérios públicos “o cemitério, assume grande importância no fortalecimento das relações interpessoais e nos dinamismos sociais porque é um local de encontro e de partilha, de socialização, mas também de reflexão e retiro.” (Carvalho, 2012, p. 4). Isto porque uma ida ao cemitério serve também para criar laços posteriores, significando que o espaço cemiterial faz parte da vida social, económica e até política. Em todas as épocas analisadas, o cemitério funciona como um reflexo espelhado da própria cidade onde está inserido. Posto isto, enquanto na Idade Média a visão e ideia da morte é misteriosa, provocando o medo e o sobressalto, à medida que se avança na cronologia da História, manifesta-se também uma diminuição do medo e uma maior compreensão, aliada muitas vezes, aos ritos que tanto contribuem para o

apaziguamento, transmitindo uma sensação de pertença e de morada eterna, assim como possibilitam uma visita regular, estando, os mortos de certo modo, sempre presentes.

### 3.1. Cemitérios de Portugal

Os cemitérios são autênticos museus da morte a céu aberto, como tantas se ouve dizer e se vê escrito na comunicação social, em jornais e revistas e como o reafirmou Francisco Queiroz, num artigo que escreveu para a revista *Museu* (Queiroz, 1998). Inegavelmente, têm uma grande importância de um ponto de vista urbano e cultural, tendo em conta que são um “objeto de visita, [e] lugar de meditação” (Ariès & Duby, 1990, p. 226 apud Diogo, 2017, p. 2), a “cidade-museu, pólo de atração turística” (Sousa, 2009, p. 103 apud Diogo, 2017, p. 2). São lugares de reflexão, interior e exterior, da cidade e da vida que a rodeia, tornando-se num elemento essencial aquando de uma avaliação antropológica.

Estes espaços constituem uma parte tão considerável da existência que alguns cemitérios são pontos de referência nacional e mundial, como se apresenta o já mencionado *Cimetière du Père Lachaise* em França ou o *Cemitério de Nossa Senhora da Almudena* em Espanha. E enquanto o cemitério francês surgiu em 1804 e o espanhol em 1884, em Portugal, só em 1833 é que são criados o Cemitérios dos Prazeres, o Cemitério do Alto de São João, ambos em Lisboa, e mais tarde o Cemitério do Prado do Repouso (1839), no Porto, o Cemitério Central de Aveiro (1835) e o Cemitério da Conchada (1855) em Coimbra e ainda o mais tardio Cemitério de Benfica (1869). Muitos outros não têm na verdade este nível de magnitude, não sendo por isso menos importantes, até porque de uma visita a um cemitério é sempre possível retirar conhecimento histórico coletivo daqueles que ali jazem e dos outros, os vivos que os rodeiam. Isto porque na visão das autoras Belmira Coutinho e Maria Manuel Baptista, da Universidade de Aveiro, “visitar um cemitério proporciona não só um encontro com a morte, mas também com a vida dos que já morreram. Em que outro sítio está de tal forma concentrada a história de um local?” (Coutinho & Batista, 2014, p. 1).

Em Portugal, a evolução da malha cemiterial começou a desenvolver-se de forma morosa, como demonstra a **Figura 2**, numa comparação entre a evolução portuguesa e o progresso na restante Europa. Esta progressão foi-se prolongando principalmente após a obrigatoriedade da realização dos enterramentos em cemitérios, que eram municipais. A figura mencionada demonstra o aumento da malha cemiterial em Portugal e no mundo, comparando as datas e transmitindo uma ideia da sua evolução. Antes disso, o mais

próximo que existiam de locais de sepulcro, eram as igrejas para aqueles que as podiam pagar e os locais de “(...) inumações em contextos habitacionais, silos, fossas ou outros locais onde não seria expectável identificar enterramentos humanos” (Fontes et al., 2016, p. 38) tendo em conta a obra *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes* publicados pelo IEM da Universidade Nova de Lisboa. Acerca da morte em Lisboa, escreve a professora Ana Cristina Araújo em *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações 1700-1830*:

“Lisboa e arredores dispõem, no século XVIII, e até à criação do primeiro cemitério público (1835), de cerca de 130 necrópoles, de acordo com dados expressos e retirados por sucessivas gerações de testadores. Estas ilhas subterrâneas, que existem e sobrevivem na dependência de estabelecimentos religiosos ou hospitalares, parecem corresponder às necessidades da população”. (Araújo, 1997, p. 367)

Já em 1756 escrevia António Ribeiro Sanches no seu *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* que:

“Nos séculos IX e X introduziu-se sem distinção enterrarem-se todos os fiéis nas Igrejas: portanto percebendo-se em Itália e em França ou do abuso ou dos danos que causava este costume, já inveterado, lembrando-se do que muitos Concílios ponderaram, e proibiram nesta matéria, começaram nestas partes da Cristandade a destruí-los e a remediá-los. Na Itália depois de alguns Séculos a esta parte depositam os cadáveres nos lugares subterrâneos das Igrejas; e depois de algum tempo os transportam a certos cemitérios, que chamam Campo-Santo fora das cidades.” (A. R. Sanches, 1756, p. 32)

Depreende-se que “se o movimento higienista pró-cemitérios extramuros terá sido iniciado precisamente em França em finais da década de 1730 ou inícios da década de 1740, só podemos concluir que Ribeiro Sanches esteve, de facto, avançado para a época”. (Borges, 2018, p. 43). Embora existam menções anteriores a cemitérios de valas comuns, note-se o “cemitério dos pobres do Hospital ou da Santa Casa foi fundado em terrenos da colina da Pena sagrados para adro em 1566. E (...) o cemitério da Graça serviu pela Peste Grande de 1569” (Rijo, 2017, p. 105), é no reinado de D. Maria I, em 1786 que surge o primeiro cemitério, como hoje é conhecido, que, embora fosse apenas para os criados da casa real e os pobres que ali moravam, delineia o primeiro esboço de um cemitério fora dos templos sagrados. Existe, ainda assim, menção a vários outros cemitérios,

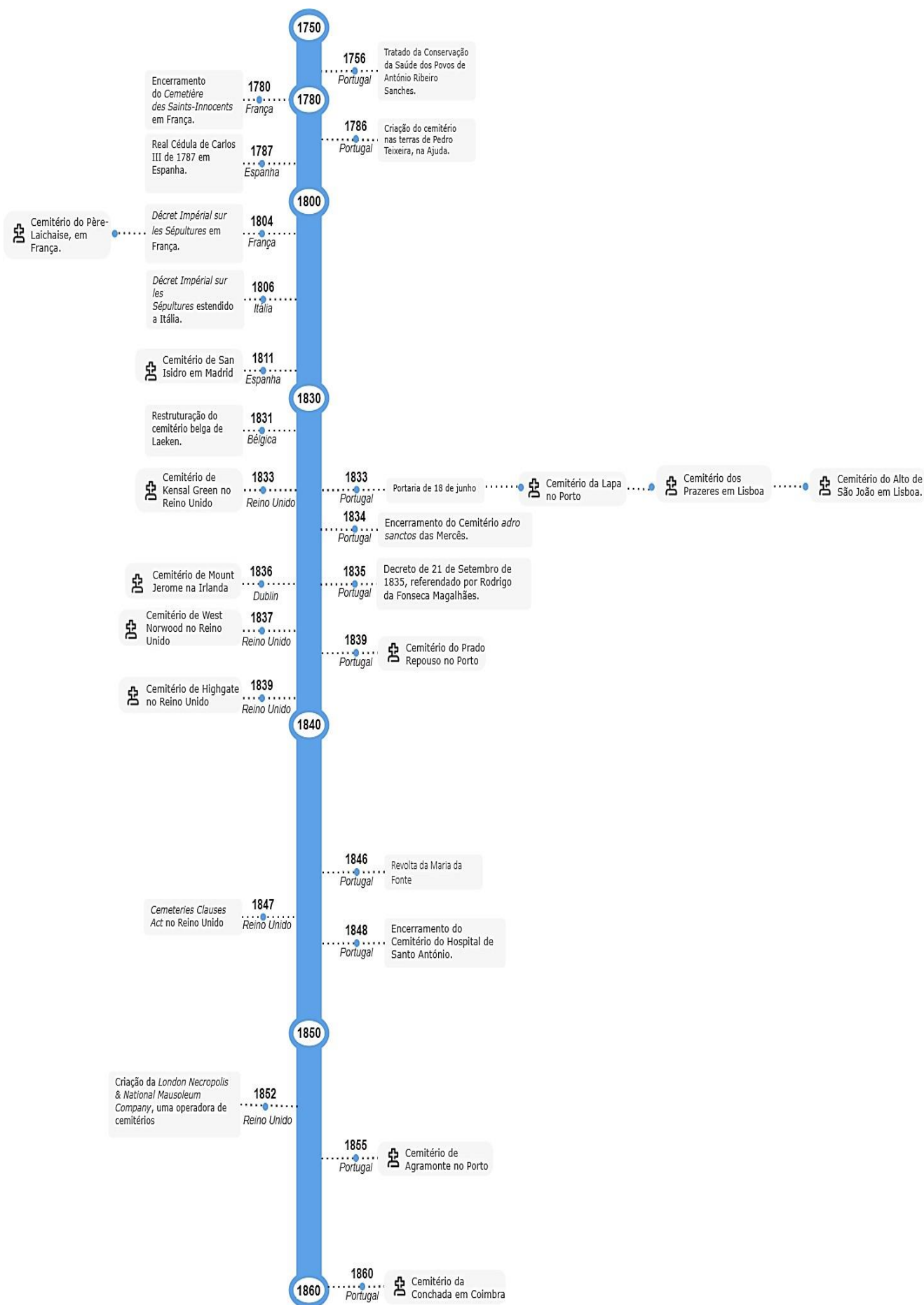


Fig.2 – Linha temporal demonstrativa do desenvolvimento cemiterial em Portugal e na Europa de Jéssica Tomaz, 2020

Ciências Médicas de Lisboa<sup>35</sup> de 1880, como o “*Cemitério das Mercês, do Hospital, da Graça ou dos Padecentes, das Terras de Campo de Ourique, mais conhecido como Cemitério dos Soldados e o das Terras de Pedro Teixeira, em Ajuda que foi mandado estabelecer pela rainha D. Maria I.*” (Jornal Das Ciências Médicas, 1880, 291). O primeiro, encerrado em 1834 e o do hospital de Santo António oficialmente findado apenas em 1848 segundo a obra *Cemitérios: Jazigos e Sepulturas* (Dias, 1963, p. 101) embora só o Decreto-Lei referendado por Rodrigo da Fonseca Magalhães e publicado a 21 de setembro de 1835 (Diário da República, 1962), venha expor algumas disposições sobre espaços funerários, apresentando instruções dirigidas às entidades encarregadas da edificação e manutenção. Este decreto veio estabelecer as normas para a construção de cemitérios e a proibição de enterramentos no interior das igrejas, como era costume.

Ainda assim, antes do decreto mencionado, tinha sido já publicada a portaria de 18 de junho de 1833, que proibia os enterramentos nas igrejas e claustros dos conventos segundo (Rijo, 2017, p. 111). A **Figura 2** mostra o desenvolvimento da malha cemiterial na Europa e em Portugal e assim se pode constatar que o movimento que proibia enterramentos em igrejas tinha começado há já largos anos atrás, em países como Espanha, França e Itália. Ainda assim, a verdade é que já no século XVIII tinham existido um conjunto de intelectuais do movimento iluminista que tinham defendido a tese de forma veemente contra o enterramento em igrejas e espaços seculares, como uma prevenção de patologias do foro higienista. “Ribeiro Sanches, no seu *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1756) vencida a relutância e mostrava «os danos que causa à saúde de enterrar nos Templos»” (Flores et al., 1999, p. 25). Não obstante, estas inumações *ad sanctos* continuaram a realizar-se, indiferentes aos argumentos defendidos e à municipalização dos cemitérios. É imaginável estudar estes acontecimentos em Portugal uma vez que existia um profundo enraizamento da religião católica, que detinha o monopólio do tratamento da morte, cobrando por isso, a seu bel-prazer. Conquistados pelo medo, o povo português era crente e temente a Deus e à ideia de uma vida após a morte, repleta de castigos e tormentas. Na sua tese de mestrado, Maria Manuela Lima menciona que:

“Os homens estão na terra para glorificar a Deus e qualquer atitude que os desvie disso incorre em pecado, tendo como garantia o inferno, após a morte. Viver assim

---

<sup>35</sup> O *Jornal das Ciências Médicas*, existe desde 1835 e foi o primeiro jornal português de índole exclusivamente médica. Mantem-se como uma das revistas médicas mais antigas do mundo.

devia ser aterrorizante. Não bastavam as condições reais, marcadas pela insegurança, a desinformação, a rudimentaridade tecnológica e a submissão, ainda havia a impotência diante de um juiz imaginário que não podia ser enfrentado.” (2009, p. 34)

Posto isto, apreende-se o modo de vida numa sociedade arcaica, onde reinava o medo e a falta de meios, o que se conclui ser também um fator decisivo para a desinformação e conseqüentemente, para a dificuldade em aceitar uma morte que não estivesse intrinsecamente ligada à religião.

Pairava sobre a nação portuguesa na altura uma aura de guerra civil entre os dois irmãos aspirantes ao trono, entre o absolutismo e o liberalismo e os problemas funerários só começaram a ser tidos em conta com a vitória dos liberais, encabeçados por D. Pedro em 1834. Compreende-se então que a criação de espaços funerários que não pertenciam ao domínio da igreja, não foi uma decisão ausente de polémica e revoltas. Tendo em conta que em Portugal o aparecimento da paisagem cemiterial se sucedeu com intervalos de tempo bastante afastados entre si e com vários conflitos tumultuosos, apenas com a extinção de sepulturas em igrejas se iniciou a decadência do domínio da Igreja sobre os rituais fúnebres, o que sugere também, segundo um dos autores essenciais à pesquisa desta dissertação, “um ótimo indicador da evolução da mentalidade coletiva é o desfazamento que existiu entre a defesa teórica da «revolução dos cemitérios», feita por *élites* esclarecidas, e a sua aceitação popular.” (Flores et al., 1999, p. 25). Aliando essas questões, a um povo intensamente devoto, surge a revolta da Maria da Fonte, que assumiu um grande destaque no Minho em 1846. Encabeçada por um grupo de mulheres, lideradas pela mítica Maria da Fonte, protestaram contra as leis que obrigavam, entre outras coisas, à inumação nos cemitérios ao invés de se realizar no interior ou nos adros da igreja como até então. Sobre os cemitérios escreve em 1885 Ricardo Jorge:

“Permanecem cemitérios privativos de corporações religiosas, fóra da administração municipal, em condições deploráveis por vezes de salubridade. Persiste o monturo de cadáveres empilhados, porque embora o decreto de 35 mandasse abrir para cada corpo coval separado, a valla *commum* escancara-se ainda em toda a sua hediedade para os miseráveis párias (...). Mas o que é lastimoso e condenável, o que desafia a indignação é a ausência de cemitérios em povoados até de certa importância, continuando a servir de sepultura, já não direi o adro, mas a própria igreja parochial. É o cúmulo do escândalo do desrespeito e da barbaie supersticiosa, esse espetáculo nojento dado ainda pelo nosso povo” (1885, p. 125)

Francisco Moita Flores, na sua obra *Cemitérios de Lisboa: Entre o Real e o Imaginário* transmite esclarecimentos sobre o crescimento de Lisboa equiparada ao crescimento da sua malha cemiterial, isto porque “a história e a sociologia do cemitério é a réplica da história e da configuração sociológica da cidade” (1999, 65). Os cemitérios crescem ao ritmo das cidades, ao ritmo das pessoas e das suas vivências ou falta delas. E “Lisboa no movimento interativo, simultaneamente centrípeto e centrífugo, que gera núcleos e periferias reproduziu-se nos cemitérios. (Flores et al., 1999, p. 65). Assim, complementa-se a informação referida com a ideia da construção do homem e de uma identidade coletiva, que surge principalmente em meios urbanos como as grandes cidades e que representa um caminho para a formação do conceito de cultura e perpetuidade e por “esta via devemos entender que as políticas urbanas é que são responsáveis pelo discurso iconográfico que as identifica e as diferencia no interior de um conjunto maior de cidades” (Flores et al., 1999, p. 64). Na verdade, a criação de áreas dedicadas aos ritos funerários teve uma forte influência francesa, que tinha decretado a 12 de junho de 1804 e a 7 de março de 1808, as leis napoleónicas que serviriam de base à advertência dos perigos das inumações no interior das igrejas para a saúde pública. Segundo ainda o mesmo escritor, foi ao ver a promulgação destas leis sanitárias urbanas e coletivas, que a rainha portuguesa, D. Maria I, solicitaria a médicos iluministas como F. Ignácio Tamagnini e Manuel Luís Álvares de Carvalho um parecer para a seleção dos terrenos onde se edificariam os novos cemitérios da cidade de Lisboa, que deram origem em grande parte à malha cemiterial que ainda se mantém.

Nos dias que correm, os cemitérios da cidade de Lisboa estão ao encargo da Divisão de Gestão Cemeterial da CML, inserida no Departamento de Desenvolvimento e Formação - Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima, Energia. A par da regulamentação ao nível nacional, a versão com as alterações introduzidas pelas Deliberações n.ºs 34/AM/90, 315/AM/92 e 39/AM/2000 do edital de Regulamento dos Cemitérios Municipais Edital n.º 60/84 surge o propósito dos cemitérios municipais, neste caso da cidade das sete colinas, que se “destinam à inumação dos restos mortais dos indivíduos falecidos na área do Concelho de Lisboa e bem assim de pessoas falecidas fora do mesmo concelho, nas condições referidas no artigo 3º do presente Regulamento.”

(CML, 2000, 1). São sete os cemitérios municipais da capital portuguesa<sup>36</sup>. Enquanto uns são mais antigos, reportando ao século XIX, existe também pelo menos um bem mais recente, como o Cemitério de Carnide, tendo sido inaugurado em 1996.

Ainda que não se distingam significativamente, ao nível, quer da sua localização na cidade, quer da própria grandiosidade, excetuando-se o Cemitérios dos Prazeres que funciona também como roteiro turístico de grande atratividade, os componentes que compõem estes lugares são diversificados, tornando-os casos únicos, dignos de estudo individual. É fundamental que a autêntica importância histórica e arquitetónica destes lugares, aliado à sua sacralidade, nunca se perca.

## 2.1. Cemitério do Alto de São João

Esta investigação foca-se essencialmente no cemitério oriental lisboeta, uma vez que é a ele que diz respeito o projeto em vigor. Assim, o cemitério oitocentista do Alto de São João [Figura 3], o maior de Lisboa e um dos primeiros cemitérios públicos a serem construídos em 1833, fica localizado na parte oriental da cidade capital portuguesa, na freguesia de Penha de França. Sendo o maior da capital, foi construído no que era à época “um antigo território de pequenas quintas e extensas propriedades de grandes casas nobres e religiosas” (DGPC, 2015, 6).



Fig. 3 – Planta do Cemitério do Alto de São João, no lado oriental de Lisboa

<sup>36</sup> Os sete cemitérios municipais da cidade de Lisboa são: o Cemitério dos Prazeres (1833), o Cemitério do Alto de São João (1833), o Cemitério da Ajuda (1835), o Cemitério de Benfica (1869), o Cemitério do Lumiar (1893), o Cemitério dos Olivais (1897) e o Cemitério de Carnide (1996).

Como cemitério tipicamente romântico que é, a sua construção foi inspirada no cemitério Père-Lachaise <sup>37</sup>, o mais famoso cemitério francês, onde se procura a consolidação do romantismo na perpetuação da memória coletiva e individual. O espaço funerário surgiu de um devastador contágio de *colera morbus* que deflagrou em Lisboa em 1833 e da conseqüente necessidade de criar espaços que cumprissem as regras higiénicas e sanitárias e que permitissem um enterramento digno para todos os cidadãos e não apenas para os mais ricos, como era costume até então. Numa altura em que “Lisboa era tida como bela de longe, mas muitíssimo suja, e até perigosa, quando vista de perto” (Carreira, 2012, p. 11), afirmaram-se os cemitérios oitocentistas de Lisboa e vieram trazer à cidade uma espécie de democratização da morte, além de um ambiente mais higiénico. O direito de todos a um espaço digno após a vida era uma forma de acentuar as diferenças sociais, muitas vezes arrebatadoras. A verdade é que mesmo apesar de se poder diferenciar as camadas sociais num cemitério, agora existia a mesma possibilidade de uma morada eterna acessível a todos.

Segundo o Decreto de Lei nº 44220 de 3 de março de 1962, “(...) referendado por Rodrigo da Fonseca Magalhães, que mandou que se estabelecessem cemitérios públicos em todas as povoações do País e cominou penas graves ao pároco ou qualquer eclesiástico beneficiado que consentisse enterramentos dentro dos templos (...)” (Diário da República, 1962), os enterros dentro do espaço destinado a celebrações religiosas como igrejas e demais edifícios, ficaram interditados, o que obrigou à construção de cemitérios públicos, não só em Lisboa mas também nos mais pequenos municípios. “Em 1835, na sequência o decreto-lei de Rodrigo da Fonseca Magalhães <sup>38</sup>, a reforçar a imposição governamental de cemitérios públicos no âmbito da saúde pública, são inaugurados os dois maiores espaços sepulcrais em Lisboa: Nossa Senhora dos Prazeres e Alto de São João.” (Gomes, 2019, p. 2). Francisco Moita Flores afirma:

“Mas não foi assim tão simples e com tanta facilidade que os cemitérios públicos passaram a ser vistos e usados pelo povo comum. Isto porque a maior parte deles não os queriam, não queriam o afastamento dos terrenos sagrados da Igreja que lhes

---

<sup>37</sup> O *Cimetière du Père-Lachaise* é o maior e um dos mais conhecidos no mundo. A sua origem remonta ao século XII e é um sítio natural classificado.

<sup>38</sup> Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858) foi um político liberal português e a primeira figura do movimento da Monarquia Constitucional.

concediam proteção no pós-vida. Era lá que estavam os seus ancestrais e era por lá que muitos deles queriam ficar” (1999, p. 30).

Foram inúmeras as manifestações contra estes novos espaços funerários até serem definitivamente obrigatórios e mesmo assim, ainda se “notava a «ausência de cemitérios em povoados até de certa importância, continuando a servir de sepultura, já não o adro, mas a própria igreja»”. (Jorge, 1885 apud Flores et *al.*, 1999, p. 31). Embora sempre com alguma resistência e achando-se este processo lento e demorado até que se atingisse a plenitude do uso dos espaços mencionados, os sepulcros ganharam a conotação que nos dias de hoje lhe damos, como locais de descanso eterno e continuaram a seguir inerentemente uma doutrina religiosa, repletos de santidade e devoção aos ente-queridos que já partiram.

Construiu-se então o cemitério do Alto de São João, que ficava na época, nas periferias da cidade. Ao longo dos anos, o espaço foi sofrendo as mais diversas modificações, o que incluiu também uma ampliação do espaço anteriormente pensado. “Na Planta de Lisboa de 1911<sup>39</sup> de Silva Pinto já é evidente a ampliação do cemitério então em curso, feita à custa de terrenos conquistados às quintas limítrofes” (DGPC, 2015b, 21). Contudo, este não foi o único desenvolvimento no sentido de expandir o território cemiterial pelo que é composto nos dias de hoje por 22 hectares e cerca de 19,000 sepulturas, das mais variadas tipologias, tendo aumentado substancialmente o seu território como consta na **Figura 4**.



Fig. 4 – Carta Topográfica da Cidade de Lisboa por Filipe Folque em 1856/1858. A delimitação interior era a de então, a exterior é a atual (2015)

<sup>39</sup> O Levantamento da Planta de Lisboa foi materializado por Júlio António Vieira da Silva Pinto Alberto Sá Correia entre 1904 e 1911. Deste levantamento surgiram 249 cartas da cidade capital que se encontram disponíveis para consulta no Arquivo Municipal de Lisboa.

Além dos sepulcros, existe uma capela, que foi uma das primeiras salas de autópsias fora do INML, o que era comum antes da criação deste. Nesse local foram realizados os primórdios dos exames cadavéricos, que hoje se conhecem por autópsias, antes de serem criadas em 1899 as morgues em Portugal. Este espaço é o único, e demonstra os passos do ritual da autópsia, com uma evolução bastante conturbada, através de um espólio composto por livros antigos que relatam os registos de cemitérios e oito grandiosas mesas de pedra, onde eram colocados os cadáveres. Tudo isto faz do espaço um local de extrema importância que nos mostra a passagem do tempo por esta prática medicinal. Estes ambientes “são por natureza lugares de memória e os cemitérios recuperariam a mais autêntica noção de monumento (*monumentum*, recordação, lembrança, construção evocadora, jazigo, mausoléu) funcionando como galerias de personalidade ilustres, panteões de família, arquivos de pedra.” (DGPC, 2015, 13). Mantêm nos dias de hoje uma grande parte deste estatuto, estando por um lado associados ao lado mais negro da vida, a morte, enquanto, por outro lado, representam a paz e passividade das recordações que nos demonstram a efemeridade da vida. Em jeito de conclusão, diz Francisco Moita Flores, “Atravessar os cemitérios de Lisboa torna-se pois nessa viagem mágica e fabulosa sobre o que pensamos e sentimos sobre esse momento tão íntimo, natural e inevitável e simultaneamente, descobrir que «olhando» a morte, escrita nos epitáfios, construída na monumentalidade dos jazigos, estamos a «olhar» para a vida (...)” (Flores et al., 1999, p. 157).

### **2.1.1. Crematório do Cemitério do Alto de São João**

Para esclarecer a história do CASJ, é necessário mencionar o crematório, inerentemente ligado ao crescimento da malha fúnebre em Lisboa. A prática da cremação já era executada na Antiguidade, mas “foi preciso o decorrer do tempo e o esforço da Higiene, obreira incansável e sempre cuidadosa da Civilização e do Progresso” (Fanzeres, 1910, p. 40) para que se insurgisse de novo.

“Cremation has been practised regularly and by many very different societies, for at least the past four millennia”<sup>40</sup> (Musgrave, 1990, p. 273). Na Antiguidade Clássica, “durante a época romana, mais concretamente entre os séculos II a.C. ao III d.C., a cremação e a inumação coexistem ainda que com predomínio de um ou de outro rito

---

<sup>40</sup> A cremação tem sido uma prática regular em muitas sociedades diferentes, pelo menos nos últimos quatro mil anos. [Tradução Livre]

segundo o período histórico e a região geográfica, como o atestam as evidências recolhidas nas inúmeras áreas funerárias romanas intervencionadas. (Silva, 2018, p. 33). Com o tempo e a difusão da religião cristã no império, grande parte destas práticas foram abandonadas.

O cemitério oriental de Lisboa foi o primeiro a incluir um forno crematório, que data de 1925. Antes disso, a história da cremação em Portugal pode ser resumida, segundo Brenda Xisto na sua análise perante a cremação e a morte em Lisboa, em três períodos sucessivos, sendo eles 1870-1936, 1936-1985 e 1985-2011 (Xisto, 2012, p. 9). Sendo uma questão maioritariamente de higiene e saúde pública, a questão da cremação foi defendida por muitos entendidos, médicos e filósofos iluministas, após o estudo extensivo acerca dos problemas causados pela malha cemiterial dentro dos recintos urbanos.

Na obra de Vítor Manuel Lopes Dias, *Cemitérios, Jazigos e Sepulturas*, é mencionado que o encerramento do local não teve explicações a ele associadas sendo que apenas “não está presentemente em condições de funcionar.” (Dias, 1963, p. 321). Sobre ele diz Francisco Flores, “Hoje a queima de cadáveres, deixou de ser um debate entre cremacionistas e inumistas, mas uma necessidade decorrente de estratégias urbanas da apropriação dos solos. (Flores et al., 1999, pp. 124–125). A incineração tem sido uma prática bastante recorrente, apontada “como uma inevitabilidade, tanto pela falta de espaço, como pela menor pegada ecológica que deixa (...) (Flores et al., 1999, p. 128). O recurso à cremação tem vindo a aumentar por uma questão de escolha, mas na maior parte dos casos tal sucede por falta de dinheiro devido ao custo cada vez maior das campas.” (Oliveira, 2009, p. 11).

### **2.1.2. A Capela do Cemitério do Alto de São João**

A capela do cemitério do Alto de São João, visível desde a entrada principal do recinto cemiterial viu a sua construção iniciada entre 1841 tendo em conta os esclarecimentos encontrados em *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa em 1841*:

“Em 28 de Julho deste anno, foi a Câmara Municipal colocar a pedra fundamental d'uma Ermida, que se está edificando no Cemitério do Alto de S. João, tendoprecedido este acto a necessária licença do Ex. mº Arcebispo Patriarcha Eleito, comotudo consta do Documento N.º 17.” (CML, 1842, p. 45).

Considerando que a igreja funciona como espaço expositivo, é importante analisar-se detalhadamente o esboço arquitetônico da mesma. Assim, observa-se uma planta em cruz latina conforme a **Figura 5**. A planta da capela do cemitério oriental de Lisboa mede aproximadamente 29,50 metros de comprimento desde a sua porta principal até ao retábulo onde existe uma escultura de Cristo crucificado, que fica no altar principal. Tem cerca de 23,30 metros de largura na sua parte maior, o que não se mantém uma vez que a capela não é uniforme e a sua largura não é a mesma. A parte correspondente à nave mede 10,90 metros de comprimentos. O projeto da pequena igreja organiza-se de forma muito simples, com planta longitudinal e de nave única coberta por um teto ligeiramente abobadado, com motivos ornamentais e um afresco no teto. Do ponto de vista compositivo e funcional, a sala de depósitos onde se apresenta a proposta museológica está intimamente ligada à capela matriz, através de duas portas que comunicam com o espaço consagrado. No interior da sala de depósitos existem duas portas iguais com portadas em madeira, a do lado nascente permite o acesso à rua.

As igrejas e capelas das necrópoles são um elemento essencial à existência cemiterial, porquanto são elas que permitem a continuação das etiquetas cerimoniais, dos rituais e das vivências religiosas, geralmente católicas, servindo também de espaço funéreo, onde se velam e se realizam as custosas despedidas. Perpetuam-se, através do serviço à comunidade, de apoio às práticas fúnebres, servindo-se de capela mortuária. Na altura da sua construção era muito comum que os corpos fossem velados em casas, já de si com pouco espaço e com muita gente, como o comprova o jornal da época, com um artigo sobre a importância das casas mortuárias: (...) além de ser penível para os membros da família habitarem ao lado do morto, há ainda um perigo real, porque muitas vezes o corpo não é tirado senão 50 horas depois do falecimento. (Amado & Machado, 1883, p. 129).

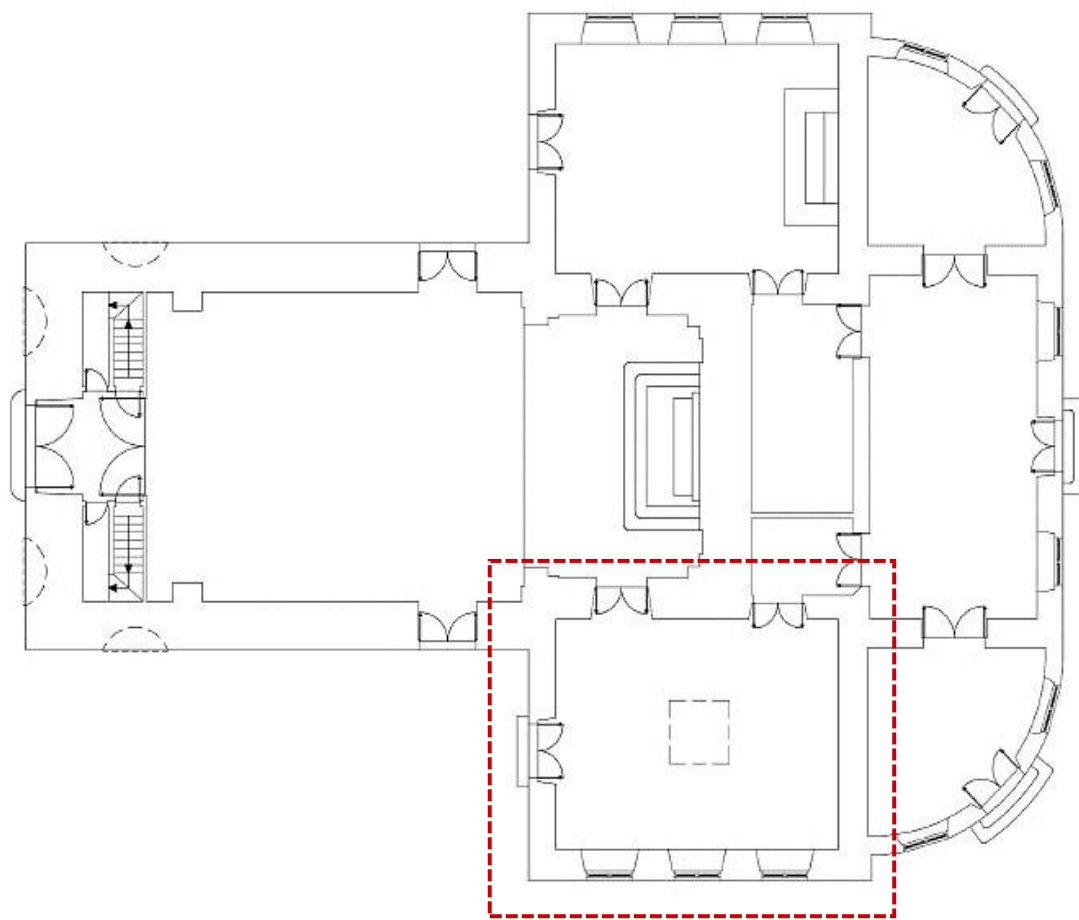


Fig. 5 – Planta da Capela do Cemitério do Alto de São João de Lisboa com destaque no núcleo museográfico

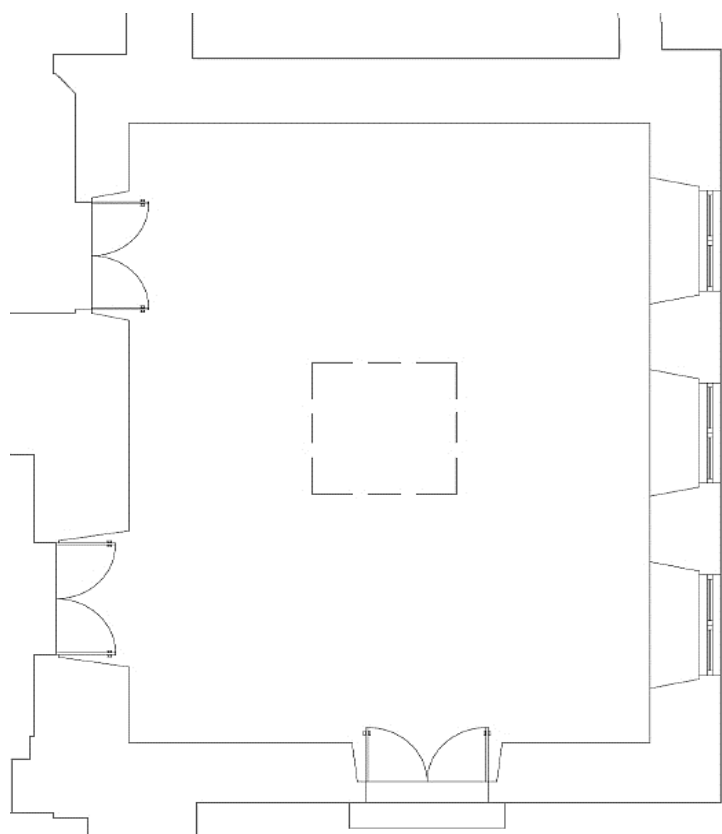


Fig. 6 – Planta do espaço destinado ao núcleo museológico na Capela Cemitério do Alto de São João de Lisboa

## Capítulo IV.

### 3. Programa Museológico - O Núcleo do Cemitério do Alto de São João

O projeto da criação de um Núcleo Museológico no Cemitério do Alto de São João surge como proposta inicial da própria Divisão, na pessoa da Dra. Sara Gonçalves, Chefe da DGC na Câmara Municipal de Lisboa. Numa tentativa de manter vivo o património ligado à narrativa da morte, nasce a ideia de dar a conhecer a história das autópsias em Portugal ligada aos sepulcrários, bastante conturbada, como no resto do mundo. Sendo as dissecações concretizadas em hospitais e em espaços cemiteriais oitocentistas, desde a sua criação em 1833 até ao início do século XX, e existindo uma zona dedicada exclusivamente a essa prática, com oito exemplares mesas de pedra maciças na capela do cemitério do Alto de São João, é por isto essencial a criação de um local musealizado, que ali se ache de forma permanente, e satisfaça cultural e emocionalmente a tipologia de público que o visita, procurando ao mesmo tempo ter um papel impactante na preservação do património.

#### 3.1. Objetivos

Os objetivos para este projeto têm início com a criação de um espaço consonante, que se possa enquadrar na visita inconfundível ao cemitério, que é, por norma, um encontro de carácter saudoso e lúgubre. Visando a integração contínua do espaço cemiterial, através de projetos de desenvolvimento e mediação cultural, em especial relacionados o património existente, como já tem acontecido através de exposições temporárias realizadas e promovidas pela DGC. Além da proposta incentivar a conservação do acervo cultural da Divisão, referindo-se neste caso as mesas de pedra onde se costumavam fazer autópsias até 1900, sensibiliza ainda para o estudo do património cemiterial presente na cidade de Lisboa e em Portugal, cujo tópico tem ainda muito por explorar. Surge também o intento de estimular a atividade turística neste setor, que se encontra cada vez mais em expansão, através de uma oferta temática e inovadora no concelho de Lisboa. Manifestando-se o setor do Turismo Negro <sup>41</sup>, em notória progressividade, este ponto construiria a ponte para uma oferta transformadora neste

---

<sup>41</sup> Turismo Negro é “o ato de viajar para locais associados com morte, sofrimento, e o aparentemente macabro” (Stone, 2006, 146 apud B. M. dos S. G. Coutinho, 2012).

campo. Por essa razão, o objetivo é criar um espaço onde se possa aprender sobre Medicina Legal, de um ponto de vista extrínseco, realçando a sua importância e mostrando de que forma se interliga com o desenvolvimento dos cemitérios, e consequentemente, urbanístico das cidades. No que se refere à pedagogia, um dos objetivos primordiais é que a informação histórica que este espaço encerra, possa ser transmitida enquanto herança do progresso português, delineando e respeitando as tipologias do espaço expositivo. Consequentemente, o propósito é recriar o ambiente envolvente de uma sala das autópsias, que permitam ao visitante contemplar a evolução da história da Medicina Legal, desde o final do século XIX até aos nossos dias. Posto isto, este núcleo não tem como seu intento ser mais um local para expor a narrativa da Medicina, mas ser o seu complemento, refletindo sobre os formatos de ação nos anos anteriores ao aparecimento das morgues e remetendo para a contemporaneidade, no papel do núcleo expositivo do Instituto Nacional de Medicina Legal em Lisboa.

### **3.2. Missão**

O conceito expositivo no núcleo está inerentemente ligado à natureza do próprio espaço de exibição. O legado do núcleo *Mortui Vivos Docent* é para com a historiografia da Medicina Legal, gerada das exigências da justiça, em permanente florescimento e adaptação, que presta ainda nos dias de hoje um relevante serviço à comunidade. A sua missão é contribuir para a narrativa museológica da Medicina portuguesa assim como inculcar no público o gosto por esta temática, tão anómala, mas tão facultosa em conhecimentos, testemunhando as práticas de trabalho na Medicina forense ao longo do tempo. O espaço acentua a perspetiva de um compromisso com todas as funções museológicas que lhe são devidas: o estudo e a investigação concretizados ao longo da realização desta dissertação, a interpretação e póstuma conservação que dão origem à exposição, contribuindo para a democratização do conhecimento científico e cultural, através da disposição do seu acervo à vista do público, o que não é, até agora, uma realidade. Apesar da já existência de museus e núcleos museológicos sobre o tema Medicina<sup>42</sup>, onde que exploram o universo do progresso medicinal português e que muito contribuem para a aprendizagem neste campo, a proposta aqui apresentada pretende distinguir-se pelo foco histórico temporal. Isto porque o espaço dentro do cemitério confere a si mesmo, grande parte do ambiente que aqui se intenciona alcançar.

---

<sup>42</sup> Ver Museu de História da Medicina Prof. Maximino Lemos e Núcleo Museológico do INMLCF.

#### 4. O Núcleo Museológico: *Mortui Vivos Docent*

Uma exposição, seja ela permanente ou não, assume-se continuamente como um instrumento de reflexão social (Oliveira, 2013), tendo um discurso cultural e educativo desde a sua idealização e concretização, até chegar à interpretação por parte do seu público. A expressão latina *Mortui Vivos Docent*<sup>43</sup> significa, na sua tradução à letra *Os Mortos Ensinam os Vivos* e surgiu justamente da necessidade de justificação da dissecação de corpos humanos em prol do conhecimento anatómico e do desenvolvimento científico. Tendo em conta os objetivos do núcleo permanente, essas expressões relembram a importância do desenvolvimento do património cultural que existe, só por si, na sala onde se pretende realizar a exibição. Posto isto, a expressão do título nasce da necessidade de explorar e mostrar o tópico da evolução da Medicina Legal e consequentemente dos exames *post-mortem*, de um ponto de vista histórico num espaço cemiterial, uma conceção diferente da temática da morgue, à qual estão comumente mais associados.

A ideia resulta da vantagem patrimonial que existe no espaço presente na capela do Cemitério do Alto de São João, a sala onde estão dispostas mesas de pedra, local onde nos anos precedentes se realizavam autópsias, com alguns dos mais ilustres pais da Medicina portuguesa, embora apenas numa das mesas se realizassem esses exames. Existem vestígios da existência destas análises forenses<sup>44</sup> pelo que estes objetos são por si só uma parte fundamental do núcleo, sendo um privilégio admirável, visto esta proposta não poderia existir da mesma forma sem elas. São também uma parte fulcral do património português que deve ser conservado e mostrado ao público que assim o desejar. Disposto o legado que existe nesse espaço, a proposta que aqui se pretende realizar para a criação do núcleo museológico de exposição permanente no CASJ idealiza-se no seu principal propósito temático: a evolução da Medicina Legal em Portugal, com foco no século XIX, antes e depois da criação das morgues e posteriormente do Instituto de Medicina Legal, terminando na descoberta das personalidades portuguesas mais marcantes nesta área. Antes da existência de espaços destinados a exames cadavéricos, estes eram realizados em hospitais ou cemitérios, por médicos muitas vezes não especializados e destacados ao serviço da justiça. A criação das morgues foi, portanto,

---

<sup>43</sup> A expressão aparece em muitas fontes atribuída originalmente ao médico e filósofo espanhol Miguel Serveto, queimado na fogueira como um herege.

<sup>44</sup> Consultar *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1899, *Diário de Notícias*, 20 de fevereiro de 1889 e *Diário de Notícias*, 9 de fevereiro de 1889.

um marco importantíssimo na história da medicina e higiene pública portuguesas, propiciado pela existência de autópsias em cemitérios públicos, que não tinham, apesar de tudo, as condições necessárias a estas intervenções. Julgando-se por isso necessário dar a conhecer ao público a história e importância destes exames e os seus locais, surge a ideia dos três núcleos expositivos, enquanto potenciadores culturais para a sensibilização pedagógica nesta área.

#### **4.1. Núcleo I – Antes das Morgues**

O universo médico-legal português pode, de forma muito simplista, dividir-se em duas fases distintas. A primeira corresponde à luta pela higienização urbana, contra a falta de rigor analítico e pelo estigma que sempre rodeou a Medicina Legal e que se mantém, ainda que menos obstinado, nos nossos dias. A Medicina Legal não era uma disciplina zelosa, nem tão pouco uma preocupação, o que se refletiu no seu progresso até à década de 1890. Segundo as palavras de Maria Rita Lino Garnel, “até aos finais do século XIX, os tribunais entendiam que qualquer médico, habilitado pela Faculdade ou pelas Escolas Médico-Cirúrgicas, podia ser chamado a depor pericialmente. O título dependia, portanto, do diploma, mas também da nomeação judicial.” (Garnel, 2003, p. 36). Um médico poderia realizar também exames cadavéricos se assim convocado pela justiça portuguesa, o que naturalmente criou situações de falta de rigor científico. A segunda fase, corresponde à criação das Morgues e, posteriormente, do Instituto de Medicina Legal e o avanço científico e social que representaram. A partir de 1880, denota-se uma multiplicação das reivindicações nas diferentes áreas da Medicina, sendo neste sentido que aparecem as morgues em Portugal.

Neste núcleo dedicado à luta pela importância e prosperidade da Medicina Legal, pretende-se expor informação relativa ao universo médico antes da Carta de Lei de 17 de agosto de 1899, que veio constituir o primeiro decreto legislativo que seriamente se dedicou ao assunto tão importante que era a realização de exames médico-legais no nosso país. Este documento demarcou Portugal em três circunscrições médico-legais, com sedes em Lisboa, Porto e Coimbra. Ainda assim, antes deste significativo avanço histórico, concretizaram-se autópsias em cemitérios. Apresenta-se por isso neste módulo expositivo manifestações de uma autópsia em recinto cemiterial realizada em 1899 através de jornais que o comprovam, na mesma medida em que apresentam os médicos que a realizaram. Através de diferentes notícias de jornais, tem-se informação de onde e quando aconteceram, assim como o resultado final que pode ser encontrado no *Jornal da*

*Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa* (1891). Salientam-se ainda os *Inventários do Cemitério do Alto de São João* como mais um fundamento para a criação deste espaço.

Nesta fase, julgou-se, portanto, imprescindível apresentar os inventários referentes ao cemitério do Alto de São João, correspondentes aos anos de 1890 até 1913, que funcionam como uma sustentação e reflexão da existência de um espaço destinado a estudos *post-mortem* dentro do recinto cemiterial. Sob a escrita à mão, se puderam obter informações valiosíssimas acerca do que realmente existe no cemitério desde 1890. Sendo este núcleo o ponto de partida, destacam-se aqui as mesas de pedra, realçando-se também que apenas uma seria para autópsias, sendo as restantes para depósito de caixões conforme consta dos inventários apresentados. A mensagem principal a passar em todo o espaço é que as autópsias já se realizavam, que os espaços cemiteriais tiveram um papel extremamente importante que culminou com as morgues, em 1899. Ainda assim, o propósito é salientar a sua importância em contexto cemiterial e patrimonial, de que modo foram essenciais e como devem ser preservadas para o futuro.

#### **4.2. Núcleo II – Da Criação da Morgue Lisboaeta ao Instituto de Medicina Legal**

O II módulo expográfico foi pensado de forma a privilegiar a criação da morgue portuguesa em 1899, através da lei promulgada pelo rei D. Carlos terminando com as informações relativas à institucionalização do INMLCF, remetendo para o núcleo museológico que existe nessa instituição e que é um complemento a este, que aqui se propõe criar. Tendo isto em conta, faz sentido expor algumas fotografias existentes no Arquivo Municipal Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa que dizem respeito ao antigo edifício da Morgue de Lisboa e a uma sala de morgue. Respeitando que o ponto principal para a realização da exibição são as mesas de pedra, das quais ainda assim, apenas uma servia para a realização de autópsias, considerou-se que quaisquer outros objetos a expor neste local, teriam de ser um complemento às mesmas, de forma a não sobrecarregar o local com informação visual que poderia não ser essencial, uma vez que estes objetos são a demonstração prática do que ali se sucedia e o excedente apenas lhe acrescenta ruído visual. Para que se entenda em toda a sua plenitude, o porquê de se realizarem exames cadavéricos em cemitérios, é necessário demonstrar o processo posterior de criação do espaço que seria a Morgue de Lisboa.

Ainda nesta fase e mesmo antes das fotografias da reestruturação da Morgue de Lisboa, faz-se alusão a algumas técnicas principais para a realização de necropsias, executadas antes da criação das três circunscrições médico-legais portuguesas, uma vez que antes se demonstram os instrumentos. Existem duas malas com instrumentos de autópsias utilizados na posse da DGC, sendo que um está no núcleo do Cemitério dos Prazeres e o outro ficaria destinado a este núcleo, no Alto de São João. Além da identificação dos instrumentos existentes, o objetivo seria também o de explicar a sua presença e qual o seu papel durante a examinação de um corpo.

Remete-se, por fim, o visitante para o núcleo do INMLCF em Lisboa, que acolhe objetos, documentos e fotografias, consequência de pesquisa no instituto. Os objetos são frutos de investigação forense e práticas de trabalho na Medicina Legal realizadas pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. Deverá ser mencionando neste II núcleo a importância do INMLCF nos dias que correm, o seu papel na sociedade, que em muito suplanta as autópsias médico-legais, realizando também, por exemplo, exames e perícias laboratoriais químicos e toxicológicos. Estes dois espaços tão distintos, comunicando apenas na sua temática, atuam como complementos, em díspares períodos históricos, construindo assim, de mãos dadas, a totalidade histórica da medicina forense.

### **4.3. Núcleo III - Personalidades da Medicina Legal Portuguesa.**

A Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa teve um papel fundamental para o estudo das questões relacionadas com a Medicina, higiene e salubridade públicas e com a evolução da Medicina Legal. Portanto, referindo pessoas que vão além das próprias instituições, pretende-se recordar a vida e o trabalho das grandes personalidades da Medicina Legal portuguesa. O terceiro subnúcleo seria composto por um painel informativo, onde se demonstrassem as figuras consideradas, remetendo depois, no caso de Abel Jordão e Miguel Bombarda, para os seus sepulcros, no próprio Cemitério do Alto de São João. O túmulo de Abel Jordão merece destaque pelo trabalho e perícia em pedra que demonstra, no qual se observam uma mesa médica e vários instrumentos (cf. Anexo II). Terminando por fim o percurso expositivo neste núcleo, pretende-se deixar na memória do visitante os rostos marcantes de uma luta pela Medicina Legal no nosso país.

## . **Abel Jordão**

Abel Maria Dias Jordão nasceu em Lisboa a 1833, ano em que nasceram também os primeiros cemitérios urbanos. “O Professor Abel Jordão teve uma vida breve de 41 anos com intenso trabalho.” (Pereira et al., 2006, p. 85). Foi médico cirurgião pela Universidade de Coimbra e pela Faculdade de Paris e um muito afamado clínico e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da Medicina Legal portuguesa, realizando autópsias e contribuindo para o estudo do corpo humano. Foi um dos médicos presentes na autópsia do Infante D. João e presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa<sup>45</sup>. Repousa no Cemitério do Alto de São João desde 1874.

A escola médica de Lisboa, acompanhando à derradeira jazida o mestre e o amigo, volta de novo aos seus trabalhos escolares, e de envolta com a saudade, leva abrigado em seu coração, como em cofre incorruptível, o último conselho da sua última carta: estudem!” (Gomes, 1874, 210)

## . **Miguel Bombarda**

Miguel Bombarda, uma figura verdadeiramente fascinante do seu tempo, nasceu a 1851 no Rio de Janeiro. Foi um médico, cientista, professor e político, formou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa onde lecionou as matérias de Fisiologia e Histologia. Enquanto isso, foi médico no Hospital de São José e diretor do Hospital de Rilhafoles, anos mais tarde. À semelhança dos seus pares, teve um papel precursor na Medicina Legal, sendo parte integrante do Conselho da mesma, examinando as doenças que levavam à morte, antes e depois da mesma. Deixou uma vasta coleção de obras que em muito contribuíram para a sapiência médica após a sua morte, “(...) assassinado no seu gabinete por um louco (...) e deixando aos seus conterrâneos a memória de um homem dotado de invulgares qualidades de animador, exemplar típico de médico com grande influência social e política, crente na superioridade da sua profissão”. (Diversos, 1936) Está sepultado no Cemitério do Alto de São João.

---

<sup>45</sup> A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa foi fundada em Lisboa em 1822 e é uma instituição científica dos profissionais da Medicina, que tem por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos conhecimentos médicos em todos os ramos, de carácter individual, coletivo e social.

### . **Azevedo Neves**

João Alberto Azevedo Neves nascido na Ilha Terceira em 1877, ficou conhecido como Dr. Azevedo Neves. Foi um arauto do progresso, médico e político, com funções educativas na área da Medicina Legal, membro do Conselho Médico-Legal e diretor da Morgue de Lisboa em 1911. Deixou diversas contribuições para o estudo da Medicina Legal como é o caso de *O ensino da medicina legal*, 1913 ou *Guia de Autópsias*, 1915. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública a 1938, tendo falecido alguns anos mais tarde, em 1955. Repousa nos Cemitério dos Prazeres em Lisboa.

### . **Curry Cabral**

José Curry da Câmara Cabral, natural de Lisboa, nasceu a 1844. O médico e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa matriculado em 1864, ficou celebrenmente conhecido por apenas Curry Cabral. À semelhança dos seus pares, foi presidente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e homenageado pelos seus feitos na designação do Hospital Curry Cabral de Lisboa. Faleceu com 76 anos, em 1920, em Lisboa, na sua residência. Encontra-se sepultado, em jazigo de família, no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa.

### . **Sousa Martins**

Nascido em Vila Franca de Xira em 1843, José Thomaz de Sousa Martins foimédico e professor catedrático da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. É um dos mais reconhecidos nomes ligados à Medicina portuguesa, pelo árduo trabalho no combate à tuberculose em Portugal. Foi diretor da Enfermaria de S. Miguel, do Hospital de S. José (1883) e nomeado perito em caso de exumação e autópsia (Repolho, 2008, p. 47). A sua influência e caridade perpetuou-se no tempo, tendo a sua figura assumido contornos de santo laico, com culto informal colocado em torno da sua estátua no Campo dos Mártires da Pátria, em Lisboa e no seu jazigo, no cemitério de Alhandra, onde está sepultado.

## 5. A Escolha das Peças e a sua Relação com o Discurso Narrativo

### 5.1.

**Autor/Proprietário:** Divisão de Gestão Cemiterial da CML

**Denominação:** *Instrumental de Dissecção*

**Datação:** 1890

**Dimensões (cm):** 57 x 40 x 10

**Materiais:** Metal

**Descrição:** Caixa com instrumentos de dissecção

O estojo de objetos destinados a necropsias (cf. Anexo I) data de, pelo menos 1890, ano em que os inventários do CASJ mencionam a sua existência. Os instrumentos de autópsias, funcionam não só como um objeto artístico, mas como uma evidência. Correlacionando a prática das autópsias com as suas técnicas, os instrumentos que inclusive pertencem ao cemitério são uma mais-valia, uma vez que comprovam a existência de Medicina Legal nestes locais através da instrumentalização do próprio espaço. Em contraste com a intenção de preservar a memória, deixada de forma simbólica no meio envolvente, existe a transformação contemplativa, visível através do património material ali deixado e que ali perdura.

### 5.2.

**Autor/Proprietário:** Vários Autores - Biblioteca Nacional de Portugal

**Denominação:** Recorte de *Jornal de Notícia* e o *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*

**Datação:** 1889-1891

**Dimensões (cm):** 29.7 x 42

**Materiais:** Papel impresso

**Descrição:** Recortes de jornais da época onde estão noticiadas a morte e autópsias de uma menor.

As notícias nos jornais da época, *Diário de Notícias*, 1889 (cf. Anexo II e III) e o *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*, 1891 (cf. Anexo IV) são o testemunho irrevogável da existência de autópsias em território cemiterial, expondo, por um lado a notícia da autópsia e, por outro, a descrição da mesma. Demonstram a natureza

do cemitério público da época, comprovam a necessidade de evolução intrinsecamente ligada à Medicina Legal e são a base de toda esta investigação.

### 5.3.

**Autor/Proprietário:** Vários Autores - Divisão de Gestão Cemiterial da CML

**Denominação:** *Inventários do Cemitério do Alto de São João*

**Datação:** 1890, 1893 e 1895

**Dimensões (cm):** 29.7 x 42

**Materiais:** Papel e tinta preta/azul

**Descrição:** Livro de registo de inventário dos bens do cemitério oriental.

Os três exemplares a partir do *Inventário dos bens moveis e immovies existentes em 31 de março de 1890* (cf. Anexo V, VI e VII) funcionam como a prova final da existência de um espaço destinado a autópsias dentro do recinto cemiterial. Da mesma forma que os recortes de jornais, os inventários do cemitério oriental apresentam a necessidade da existência de salas de autópsias em cemitérios antes da criação das morgues.

### 5.4.

**Autor/Proprietário:** Eduardo Portugal (1900-1958) no Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico

**Denominação:** Instituto de Medicina Legal: Antigo Edifício da Morgue de Lisboa

**Datação:** 1942

**Dimensões (cm):** 10 x 15

**Materiais:** Prova em papel de revelação baritado

**Descrição:** Documento simples – Fotografia

O que se vê na fotografia de Eduardo Portugal (cf. Anexo VIII), apesar de ser apenas um edifício, é fruto do trabalho de afamados médicos, numa luta pela reivindicação do papel da Medicina Legal e dos seus profissionais numa sociedade que teima em esconder a morte. Por um lado, é a prova da evolução e, por outro, opera como a desmistificação de um edifício que, ainda sem a sua construção terminada, era já visto como algo que levaria à deterioração da cidade. Porque a morte não se pode mostrar. Não se deve ver. A possibilidade que temos de ver a desconstrução desta premissa ganha uma grande importância assim que percebemos que no universo da vida, existe sempre a morte.

## 5.5.

**Autor/Proprietário:** Autor não identificado - Arquivo Municipal de Lisboa -  
Fotográfico

**Denominação:** Sala de Morgue

**Datação:** 1890-192-

**Dimensões (cm):** 18 x 24

**Materiais:** Suporte negativo de gelatina e prata em vidro

**Descrição:** Documento simples – Fotografia

A existência de uma fotografia que demonstra o ambiente de uma sala de autópsias (cf. Anexo IX) durante o período que correspondeu não só à criação das morgues como também à sua passagem para Instituto de Medicina Legal permite não só acalmar a curiosidade que naturalmente cativa o visitante como também ter uma ideia mais concreta de como poderiam ser as salas destinadas a autópsias nos cemitérios.

## 6. Programa Museográfico - O Núcleo Museológico do Cemitério do Alto de São João

A arquitetura e conceção de um espaço museológico são, por norma, um dos fatores que primeiramente prende a atenção de um visitante (Franco, 2016). Constituindo-se o espaço do núcleo museológico *Mortui Vivos Docent* como uma parte integrante e fundamental da conceção do mesmo, assume-se o sítio como algo autêntico e natural, estando o próprio anteriormente reservado para as utilizações que hoje se pretendem instruir ao público: as autópsias médico-legais em contexto cemiterial. Sendo o conhecimento destas práticas milenares um fator determinante na criação do núcleo museológico, a museografia que o envolve deve existir com o objetivo de estimular o saber cultural dos visitantes, gerando, além de curiosidade, possíveis debates sobre o tema.

A sala no Cemitério do Alto de São João é composta por oito grandes mesas de pedra, numeradas, o que por si só, tornam este espaço inédito e incomparável. O local previsto para a exposição é a sala retangular com as mesas em mármore. A sala tem 6,18m de comprimento e 6,02m de largura e fica anexa à capela do CASJ, com uma porta que une diretamente os dois espaços. Depois de obtido o levantamento, foi desenhado a planta à escala real através do programa *Blender* de forma a obter a visualização realista da exposição idealizada em 3D como demonstra a **Figura 7**.



Fig. 7 – Vista de cima do Núcleo Museológico *Mortui Vivos Docent*. Esquema 3D de Jéssica Tomaz, 2021

No capítulo anterior mencionou-se a existência de três focos de exposição, cada um com objetivo de contar uma parte da história do desenvolvimento português no campo da Medicina Legal e do papel dos cemitérios nesta evolução. Embora tratando o mesmo tema, estas três áreas abordam questões diferentes, mas ainda assim deverão ser coerentes na sua mensagem, tendo em vista um circuito expositivo contínuo e concordante. A importância do vínculo comunicativo entre os subnúcleos é indispensável para que se compreenda em termos cronológicos as informações que derivam da existência de cada um, isto uma vez que a apreensão de alguns conteúdos dependerá de um contacto prévio com outros anteriores. Ainda assim, e tendo em vista o espaço diminuído da sala museológica, entende-se como fundamental que o visitante possa circular de forma livre e espontânea, o que implica também que o percurso tenha sentido e possa ser feito pela ordem que o próprio visitante aprover, embora sob o risco de perder qualquer ordem cronológica acima mencionada.

A visita ao núcleo museológico *Mortui Vivos Docent* tem como fator indicativo a ordem temporal das informações na sua conceção, o que permite entender o antes e depois do processo de construção das morgues. Num esquema alusivo à sequência de trajeto do primitivo percurso expositivo para a criação do núcleo museológico para o Cemitério do Alto de São João (cf. Apêndice V), seria determinante a existência de um texto de antecâmara que elucidasse acerca dos objetivos desta exposição, fazendo logo também uma separação nos subnúcleos, de modo que o percurso seja o mais esclarecedor possível. Nesta fase inicial, seria também importante realçar que, embora existam no local oito mesas, apenas uma estaria destinada à prática de necropsias, segundo o inventário do cemitério. Realçando-se ainda que estas práticas em cemitérios eram mais utilizadas em casos de exumações, reafirma-se o papel da necrópole na época como um fator determinante para a compreensão e solicitação de melhores condições médico-legais, através do apelo das grandes personalidades da época. Nesta fase, destacam-se as particularidades do espaço enquanto um todo, visto que este é um dos fatores mais pertinentes tendo em conta a museografia que se pretende adotar, que interfere inevitavelmente com a mensagem que se pretende produzir.

Iniciando-se o percurso, o ponto de partida principia-se com a entrada no primeiro núcleo expositivo, tendo em vista a **Figura 8**. Aqui, o visitante depara-se com um painel

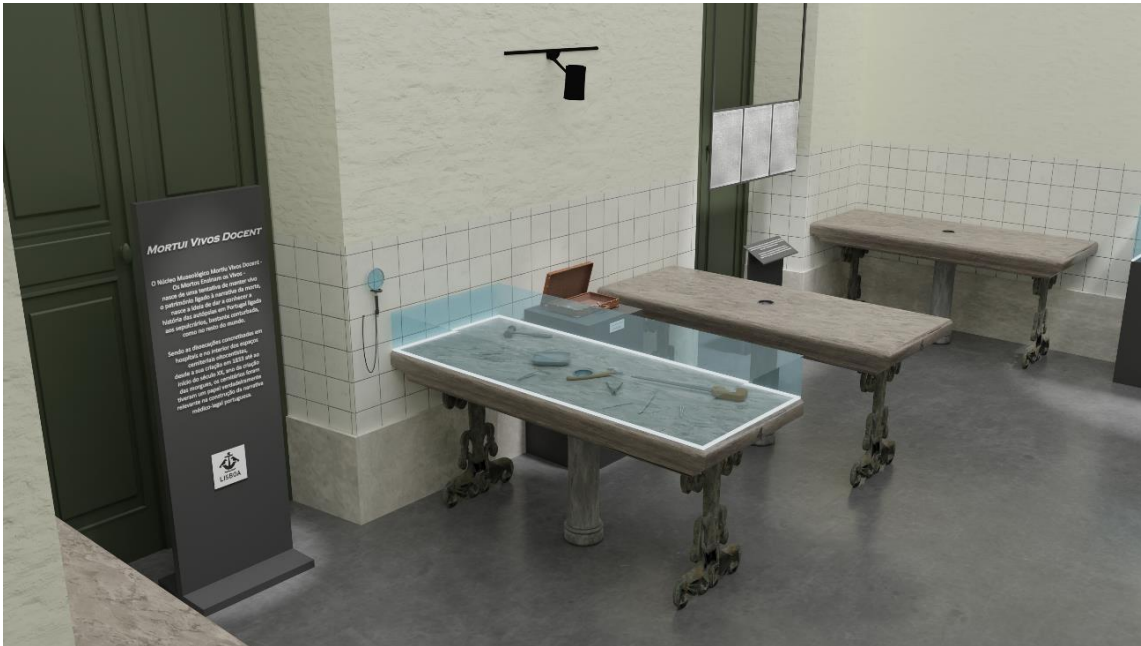


Fig. 8 – Entrada do Núcleo *Mortui Vivos Docent*, com vista em 3D de Jéssica Tomaz, 2021

informativo, que remete para a criação do núcleo expositivo no CASJ em 1833 e a importância do espaço na higiene pública da cidade de Lisboa. O painel deverá também aludir para o universo médico-legal português antes da criação das morgues, explicando por isso a necessidade de criação de recursos e mecanismos nestes locais que permitissem os exames forenses. O painel, de cor escura e contrastante, de modo a destacar as suas informações, ficaria exposto mesmo na entrada, antes do início da trajetória, funcionando como porta para a introdução para a história ali contida.

Chega-se, continuando pelo percurso, à parte relativa à exposição dos instrumentos de autópsia. Este módulo foi pensado de modo que seja também mais apelativo para o visitante. A ideia seria colocá-los expostos em cima de uma das mesas de autópsia, com vidro por cima como está idealizado na **Figura 9**, de forma a manter as peças em segurança, embora com uma lupa para que se pudesse reparar nos pormenores dos objetos expostos. Enquanto os instrumentos estariam apenas legendados, um código QR faria a ponte de conhecimentos, mostrando numa página *web* não só os instrumentos com mais detalhes, como explicando de forma minuciosa o seu propósito e a razão de serem tão importantes num exame forense.

A continuação do percurso expositivo conduz o visitante até à exibição de recortes de jornais da época, nos quais foram encontradas várias notícias de autópsias naquele local assim como o que desses primitivos exames forenses pôde ser concluído, o que traz até ao público, não só o local onde foram empreendidas, mas também por quem, os



Fig. 9 - Idealização da exposição dos instrumentos de dissecação. Esquema 3D de Jéssica Tomaz, 2021

métodos e instrumentos utilizados e qual foi a decorrência da autópsia. Segue-se a exibição dos *Inventários do Cemitério do Alto de São João*, compreendidos entre os anos 1890 e 1895. Num plinto escuro e fechado idealiza-se a apresentação dos livros, com ampliações das páginas mais importantes, que remetem para a existência das mesas e dos estojos de exames, penduradas na frente do visitante, como se vê através da criação 3D na **Figura 10**. É importante que o visitante possa ver e reter as informações contidas nos



Fig. 10 - Idealização da exposição dos inventários de dissecação. Esquema 3D de Jéssica Tomaz, 2021

inventários, pelo que as ampliações permitem também que se possa tocar, sem risco de estragar e perceber mais claramente a letra à mão, dado que os inventários funcionam como uma prova da razão da existência do módulo expositivo que se está prestes a mostrar. Trazida até aos nossos dias, estas evidências destacam a existência da Medicina Legal e Forense no espaço cemiterial.

Seguindo para a parte da exposição que diz respeito à época após as morgues e à origem do Instituto Nacional de Medicina Legal considera-se crucial a colocação de algumas fotografias da reconstrução da morgue lisboeta, com a indicação da existência de um outro núcleo museológico no edifício do INMLCF, em Lisboa (**Figura 11**), que também trata o tema dos exames médico-legais, através de objetos, documentos, fotografias e livros recolhidos ao longo de muitos anos de atuação em sociedade.

Por fim, e de modo a terminar a visita ao núcleo *Mortui Vivos Docent*, este núcleo aborda o papel das personalidades da Medicina Legal em Portugal. Idealiza-se um *tablet* informativo, totalmente interativo e tornando o local mais dinâmico na ótica do visitante. Apresenta-se uma curta biografia da pessoa, onde se possa tocar e ver as personalidades destacadas e a sua importância para o tema a tratar, não esquecendo também uma fotografia alusiva, como demonstra detalhadamente a **Figura 12**. Neste aparelho estaria disponível uma plataforma onde existam mais indicações da vida e obra dessa personalidade e com informações para uma visita ao seu túmulo. Tendo em conta que os



Fig. 11 - Exposição criada em 3D para o II módulo do Núcleo Museológico. De Jéssica Tomaz, 2021

túmulos são em si um resquício de biografia, uma visita torna-se indispensável para se entender a vida e feitos dos indivíduos mencionados.

Os núcleos estabelecem relações entre si que influenciam o discurso expositivo sendo por isso a exibição pensada para ser apreciada em sequência. Tendo em conta o tema já por si lúgubre onde a exposição é idealizada, o resto do ambiente da exposição foi pensada para ser da forma mais simples possível, de forma a não gerar sobrecarregar mais o espaço com elucidações pouco relevantes e que pudessem abundar de informação o visitante. Visando o papel de um espaço museológico na sociedade, o seu caráter educativo e a sua função social, entende-se que o propósito não é o de abundar informativamente, mas sim o de comunicar ao visitante a informação necessária. Por isso, as convicções que orientaram as escolhas museográficas foram a simplicidade e a primazia do diálogo entre as peças escolhidas e as mesas que já lá existiam, construindo um discurso coerente e cativante.

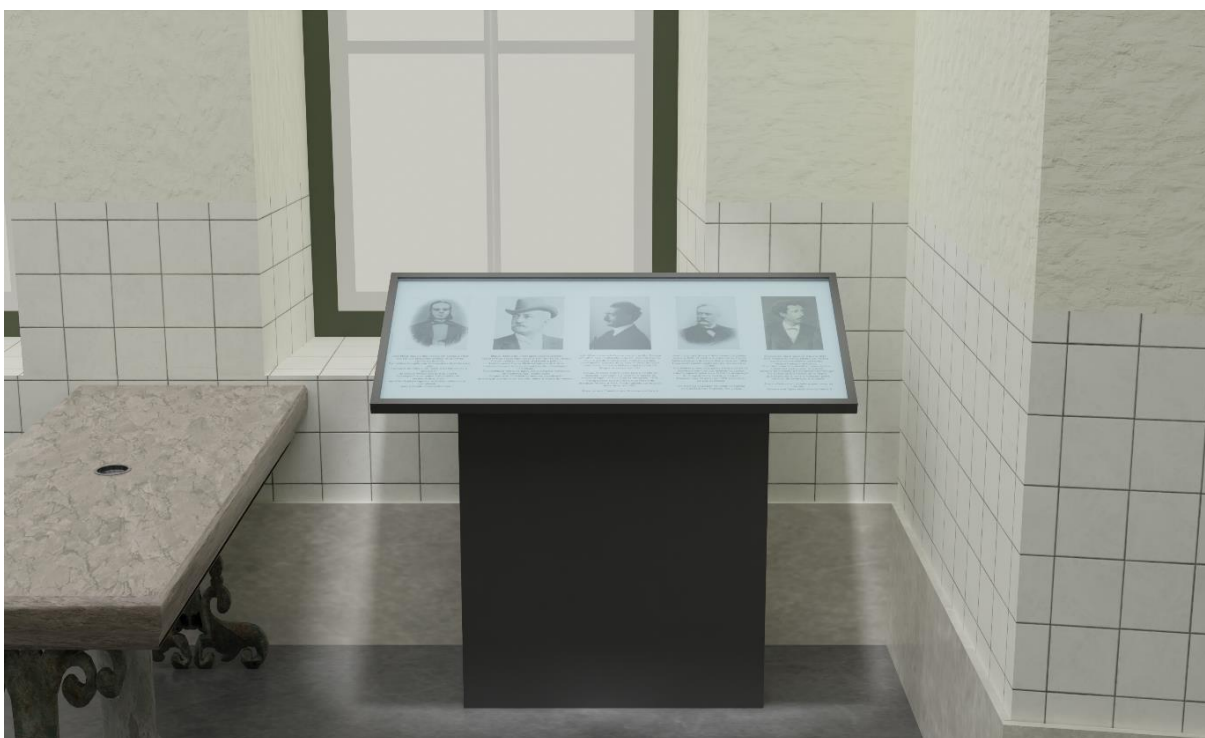


Fig. 12 - As Personalidades da Medicina-Legal: O III subnúcleo em 3D de Jéssica Tomaz, 2021

## Conclusão

A Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa tem vindo, cada vez mais, a desenvolver projetos com o objetivo de expor o seu riquíssimo património cultural. Este estágio curricular e trabalho de projeto desenvolvidos no âmbito do Mestrado de Museologia e Museografia, é fruto das ideias e esforços nesse sentido. A proposta da criação de um núcleo museológico para o cemitério oriental de Lisboa propicia para mim, enquanto aluna, a consolidação fundamental das matérias estudadas ao longo do ano letivo, integrando-as com outros assuntos a estudar, tais como a conservação e restauro, o património e a gestão cultural. O trabalho de projeto centra-se sobretudo no caso de autópsias no Cemitério do Alto de São João, relacionando a questão do desenvolvimento da Medicina Legal e da saúde pública em Portugal com o crescimento da malha cemiterial urbana. Assim sendo, o principal objetivo deste trabalho é a demonstração do património cemiterial e a história que lhe é inerente, como fundamentos para a criação de um espaço musealizado, comprovando a realização de autópsias e concebendo um projeto com o propósito de ser uma parte integrante de programas culturais ligados ao Turismo Negro, promovidos na cidade de Lisboa. A temática da morte e os seus rituais pode parecer, à primeira vista, um tanto ou quanto lúgubre. Fascinando uns, estarrecendo outros, o facto é que desperta curiosidade aliada à incerteza que igualmente carrega.

A importância da conceção de uma proposta expositiva que visasse o património cemiterial e o universo médico-legal surgiu pelo aprofundamento da investigação, reconhecendo o valor e história e por isso constatando-se a mais-valia que seria ter um local onde se pudesse aprender sobre a morte e a história da Medicina da morte na cidade de Lisboa. Refletindo na ideia da criação de um núcleo museológico vocacionado para a Medicina Legal num cemitério municipal, surgiram indubitavelmente algumas hesitações. Destaca-se preliminarmente o sentido que faria a presença de um local relacionado com a morte física num espaço onde se processa a morte espiritual, inserida num meio cultural que comumente ainda não está voltado para a visão de morte como algo objetivo. Logo, a existência deste espaço acerca de autópsias, integrado na visita ao cemitério implica que a sua existência não poderia, de modo algum, interferir com o natural processo de luto. Ainda assim, com o desenvolvimento da investigação, julgou-se claro que este núcleo não seria uma influência negativa, notando-se o contrário, uma forma de entender melhor a morte.

Inicialmente, procedeu-se então ao estudo e análise da coleção de fotografia pertencente à DGC. Nesta fase se concluiu com sucesso o inventário de um total de 200 fotografias em conjunto. Ao mesmo tempo que se realizava o inventário, procedia-se também à realização da investigação da história dos cemitérios, desde a Antiguidade Clássica até aos dias que correm.

A segunda etapa ficou caracterizada pela descoberta de respostas a todas as questões que se tinham colocado inicialmente. Os cemitérios erguem-se das reivindicações pela saúde pública, intensificadas pelos surtos epidémicos que se faziam sentir enquanto a Medicina Legal em Portugal começou a ganhar maior relevância no início do século XIX com as questões da higiene e salubridade pública. Considerando que as morgues em Portugal foram criadas em 1899, embora só em 1918 se tenham alterado para Instituto Nacional de Medicinal Legal com três circunscrições médico-legais em Portugal, foi possível traçar um percurso histórico. E revelou-se por último, a prova que faltava: a autópsia da menor, Albertina, no CASJ, realizada em 1889.

Por fim, a última parte deste trabalho de investigação incluiu a realização da proposta e do circuito expositivo depois da escolha dos objetos a constar na exibição. Aqui se realizou uma descrição completa da proposta em termos funcionais e organizativos com recurso a imagens em 3D, da nossa autoria. À medida que se avançou na materialização da proposta, foi-se também percebendo que, num mundo em que as tecnologias estão cada vez mais presentes, era essencial que o visitante levasse consigo algo da exposição, que ela não terminasse com o fechar das portas. Ocorreu coincidir este período com a descoberta de uma importante informação acerca do túmulo do Dr. Abel Jordão, com uma mesa de pedra e instrumentos médicos ali lapidados, e cujo espaço foi referenciado como uma boa forma de fazer uma mesa de autópsias (Arquivo Municipal de Lisboa, 1877, p. 127)<sup>46</sup>. Desta forma, pensou-se a exposição para que o visitante pudesse levar um resquício do que ali presenciara, tornando-se nesta altura claro que a visita aos túmulos dos pais da Medicina Legal teria indubitavelmente de fazer parte deste percurso.

Os métodos de pesquisa utilizados ao longo do desenvolvimento desta investigação consistiram em pesquisa teórica e bibliográfica, através de documentos

---

<sup>46</sup> “Emendar a mesa de autopsias, que é de pedra rasa, e que não pode servir para o fim que a destinaram, devendo ser tomada para modelo a que está no túmulo do Dr. Abel Maria Jordão” (Arquivo Municipal de Lisboa, 1877, p. 127).

sobre a cidade de Lisboa e sobre Medicina Legal, que traçaram o caminho até outros autores, sendo esse o conceito essencial do trabalho de investigação. Embora a grande dificuldade persistisse no facto de não saber onde procurar, a ajuda da Dra. Manuela Marques, do INMLCF teve uma importância desmedida, colaborando na recolha de conhecimento em falta acerca do património cemiterial em contexto médico-legal, mas, acima de tudo, acerca da história da Medicina Legal, tema que estava a gerar algumas dificuldades de análise, tendo em conta o facto de ser um assunto que me era pouco familiar. Não sendo um tema excepcionalmente controverso, a investigação bibliográfica resolveu grande parte das questões colocadas inicialmente e expostas no capítulo introdutório e conquanto se pudesse ter diminuído o tempo utilizado na pesquisa, esse processo foi benéfico para que se pudesse descobrir, quase sem planear, mais casos de autópsias, quer no cemitério oriental, quer no ocidental. Portanto, a pesquisa foi bem-sucedida tendo em conta que se encontrou a pressuposição ambicionada, porque não existiam até ao momento provas de ter acontecido um caso de um exame forense no Cemitério do Alto de São João. Assim, a investigação foi, em si, um processo de aprendizagem.

Referindo doravante algumas das dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento da proposta museológica, destaca-se a escassez de informação existente acerca do património cemiterial português, principalmente quando relacionado com a questão histórica da evolução da Medicina Legal. A Medicina, no geral, e enquanto disciplina é coletivamente estudada a nível histórico, enquanto sobre a Medicina Legal foi sendo estudada a um ritmo mais moroso. Poucas referências foram encontradas que nos permitissem comprovar a execução de exames forenses nestes locais, o que foi possível apenas devido a um artigo de jornal. Por outro lado, os trabalhos de personalidades portuguesas que efetivamente estudam o património cemiterial, foram uma contribuição crucial para a realização desta investigação, no que diz respeito a definição de conceitos e precisões técnicas ao nível da realização dos exames. Outra das dificuldades sentidas foi o parco inventário da DGC no que diz respeito à Medicina Legal, sendo por isso necessário pensar cada objeto como bastante pormenor, de modo a encaixar corretamente na construção da narrativa. Por essa mesma razão, o *Instrumental de Dissecção* destinado a este núcleo nunca pode ser visto, sendo essa a razão da carência de mais precisões sobre o mesmo.

Este era um tema totalmente desconhecido para mim aquando do início da investigação. No entanto, desenvolvi um gosto especial pela riqueza cemiterial que existe

em Portugal e espero por isso continuar a dedicar-me neste sentido. À primeira vista, o estudo da morte e de cemitérios desencadeia alguma aversão, não sendo, por isso, um tema muito preferido pelos estudantes. Ao invés de ser um fator desencorajante, funcionou como elemento impulsionador para a criação deste espaço, que pudesse também ele funcionar como um local de aprendizagem e de superação de medos e suposições, muitas vezes erradas, sobre a Medicina Legal. E o tema da morte e da Medicina Legal tem sido nas últimas décadas paulatinamente trabalhado, pelo que a existência de um núcleo acerca deste tema, funciona como o culminar de um trabalho de investigação que pretende demonstrar a morte como algo real, físico e imprescindível, valorizando os profissionais que um tão importante papel tiveram na criação de das Morgues e posteriormente do Instituto de Medicina Legal e todos os outros, que nos dias que correm, continuam a demonstrar a importância da Medicina Legal.

Destacaram-se várias metas a atingir para a criação deste núcleo museológico. A ideia principal era poder criar um local pedagógico onde a morte pudesse ser a mestre, que tanto tem para ensinar. Além de demonstrar o património cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa, poder fazer chegar esta narrativa ao público, procurando contribuir para dissolução dos estigmas persistente à volta do tema da Medicina Legal. Creio que os objetivos traçados foram cumpridos ao longo deste trabalho de projeto, tendo como base que uma exposição é um espaço de reflexão social e por isso deve poder ser apreciada no seu conjunto enquanto elemento que retrata realidade que a rodeia. No caso da Medicina Legal e da morte, urge que se mude a forma como se vê uma parte tão importante da condição humana, a morte.

Pode concluir-se que apesar de muita história da Medicina estar já estudada, muita história da Medicina Legal em Portugal está ainda por estudar. Ainda assim, a criação das morgues e posteriormente do INMLCF foi para a Medicina Legal uma conquista sem precedentes, sendo que os cemitérios tiveram um papel fundamental no reconhecimento desta ciência enquanto disciplina autónoma. Embora houvesse ainda tanto por estudar, creio que foi possível contribuir para suscitar novos olhares sobre as práticas culturais funerárias e médico-legais, que envolvem a forma como olhamos para os cemitérios e a nossa própria perpetuidade, analisando a morte de um ponto de vista mais físico, mantendo ativo o interesse quanto a este tão insólito assunto.

## Referências Bibliográficas

- Alighieri, D. (2017). *A Divina Comédia*. Lisboa. INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Anúncio n.º 11/2016 (2016). *Classificação do Núcleo Histórico do Cemitério dos Prazeres*. Diário da República, 2.ª série — N.º 12, 1875-1876
- Araújo, A. C. (1997). *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações (1700-1830)*. Lisboa. Editorial Notícias.
- Araújo, A. C., Almeida, F., & Ramalho, M. (2009). *Abrigo do Lagar Velho*. DGCP. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/155684> [consultado a 11/02/2021]
- Ariès, P. (1989). *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média* (2ª ed.). Lisboa. Editorial Teorema.
- Ariès, P., & Duby, G. (1990). *História da Vida Privada - Vol. IV*. Lisboa. Círculo de Leitores.
- Bíblia Sagrada*. (2021) Lisboa. Difusora Bíblica.
- Borges, I. da C. do C. (2018). *A Arquitetura Senhorial: Matriz da Sociabilidade, do Poder e da Cultura em Lamego nos Séculos XVII e XVIII*. (Dissertação de Doutoramento - Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/86933> [consultado a 23/10/2020]
- Brotier G. & Secundus, G. P. (79 C.E.). *História Naturalis*, Vol. 3. Charleston. Nabu Press.
- Burton, J., & Rutt, G. (2010). *The Hospital Autopsy: A Manual of Fundamental Autopsy Practice* (3ª ed.). CRC Press.
- Bustamante, R. M. da C. (2011). Festa das Lemúria: os Mortos e a Religiosidade na Roma Antiga In *Anais Do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, Vol. 53, 1689–1699. São Paulo. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312828923\\_ARQUIVO\\_ANP\\_UH\\_2011\\_ReginaBustamante\\_08ago.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312828923_ARQUIVO_ANP_UH_2011_ReginaBustamante_08ago.pdf) [consultado a 16/04/2021]
- Cabaço, P. G. (2009). *Cemitérios Municipais de Lisboa: Estratégias de Articulação entre Thanatos e Polis*. (Dissertação de Mestrado - Instituto Superior Técnico). Lisboa. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/2353642261030> [consultado a 25/10/2020]
- Campos, A. P. S. (2007). *Avaliação do Potencial de Poluição no Solo e nas Águas Subterrâneas Decorrente da Atividade Cemeterial*. (Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública). São Paulo.

- Caputo, R. F. (2008). O Homem e suas Representações Sobre a Morte e o Morrer: um Percurso Histórico. *Revista Multidisciplinar Da UNIESP*, 06, 73–80. São Paulo. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20180403124306.pdf> [consultado a 05/01/2021]
- Carreira, M. C. (2012). *Lisboa de 1731 a 1833: Da Desordem à Ordem no Espaço Urbano*. (Dissertação de Mestrado - Departamento de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/9467> [consultado a 21/11/2020]
- Carrilho, F. (2009). *A Lei das XII Tábuas*. Lisboa. Edições Almedina.
- Carvalho, H. P. (2012). *A inclusão do Cemitério no Espaço da Cidade*. (Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa). Lisboa.
- Carvalho, M. J. V. de. (2004). *Normas de Inventário - Escultura, Artes plásticas e Artes Decorativas*. Direção de Serviços de Inventário - Instituto Português de Museus. Disponível em: [http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Download/Normas/AP\\_AD\\_Escultura.pdf](http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Download/Normas/AP_AD_Escultura.pdf) [consultado a 14/09/2020]
- Cecchetto, G., Bajanowski, T., Cecchi, R., Favaretto, D., Silke, G., Ishikawa, T., Toshikazu, K., Montisci, M., Pfeiffer, H., Bonati, M. R., Shokry, D., Vennemann, M., & Ferrara, S. D. (2017). Back to the Future I - The medico-legal autopsy from Ancient Civilization to The Post-Genomic Era In *International Journal of Legal Medicine*, 131, 1069-1083. DOI: 10.1007/0041401715848
- Celsus (2000) *On Medicine*, Vo. 1. Cambridge. Loeb Classical Library - University Press, 1935.
- CML (1842). *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa em 1841*. Lisboa: Typographia Lisbonense.
- CML (1877) 31ª Sessão Extraordinária de 23 de junho de 1877 In *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. Arquivo Municipal de Lisboa.
- CML. *Regulamento dos Cemitérios Municipais - Edital n.º 60/84 - Versão. 84*, 1–76. Lisboa. Disponível em: [https://www.lisboa.pt/fileadmin/agenda/municipio/recursos\\_humanos/Regulamento\\_Cemiterios\\_Municipais.pdf](https://www.lisboa.pt/fileadmin/agenda/municipio/recursos_humanos/Regulamento_Cemiterios_Municipais.pdf) [consultado a 23/10/2020]
- Corona, G. F. (2016). O Mundo Dos Mortos No Antigo Egito: Interpretação Sociológica Dos Funerais Egípcios Em Perspetiva Durkheimiana In *Revista Eletrónica de Teologia e Ciências Das Religiões*, Vol. 4, nº1, 43–56. Colatina.
- Coutinho, B., & Batista, M. M. (2014). Cemitério Central de Aveiro: Entre a Vida e a Morte In *Europa das Nacionalidades- Imaginários, identidades e metamorfoses políticas*, 710-728. Coimbra. Grácio Editor - Programa Doutoral em Estudos Culturais. Disponível em: [https://mariamanuelbaptista.com/pdf/063\\_CemiterioCentral.pdf](https://mariamanuelbaptista.com/pdf/063_CemiterioCentral.pdf) [consultado a 21/11/2020]

- Coutinho, B. M. dos S. G. (2012). *Há Morte Nas Catacumbas? Um Estudo Sobre Turismo Negro*. Aveiro. (Dissertação de Mestrado - Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro) Disponível em: [https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10167/1/Dissertacao\\_Belmira\\_Coutinho.pdf](https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10167/1/Dissertacao_Belmira_Coutinho.pdf) [consultado a 21/11/2020]
- Decreto-Lei n.º 123/2011 de 29 de setembro de 2011, (2011). Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Justiça. Diário da República n.º 249/2011, Série I de 2011-12-29, 5481 - 5490.
- Decreto-Lei n.º 44/220 (1962). Normas para a construção de Cemitérios. Diário do Governo n.º 48/1962, Série I de 1962-03-03, 195-20.
- Decreto-Lei n.º 11/98 (1998). Reorganização do Sistema Médico-legal. Legislação Régia n.º 20/1998, Série I-A de 1998-01-24, 274-291.
- Decreto-Lei n.º 4/807; n.º 4/808 (1918). Autorização para a Contratação de um Empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos Destinado à Construção de um Edifício para a Morgue. Diário do Governo n.º 201/1918, Série I de 1918-09-16, 1691 - 1691
- DGC. (1890). *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis existentes até 31 de maio de 1890*. Lisboa. Cemitério do Alto de São João.
- Desconhecido (1880). *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas*, 291. Lisboa.
- Dias, V. M. L. (1963). *Cemitérios, Jazigos e Sepulturas*. Coimbra. Edição do Autor Coimbra Editora Lda.
- Diogo, A. M. (2017). Património Cemiterial: Entre a Materialidade e o Espírito do Lugar In *Revista MemoriaMedia - Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 1–7. Disponível em: [https://memoriamedia.net/pdfarticles/PT\\_memoriamedia\\_review\\_Cemiterios.pdf](https://memoriamedia.net/pdfarticles/PT_memoriamedia_review_Cemiterios.pdf) [consultado a 02/03/2021]
- Diversos. (1889) Suspeita de Crime. *Diário de Notícias*, 1. Lisboa
- Diversos. (1889) Suspeita de Crime. *Diário de Notícias*, 1. Lisboa
- Diversos. (1889) Autopsia. *Diário de Notícias*, 1. Lisboa.
- Diversos. (1978). Miguel Bombarda. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 871-872. Vol. 5. Lisboa. Lisboa Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.
- Douglas, D. (2017). *Death, Ritual and Belief: The Rhetoric of Funerary Rites* (3ª ed.). Londres. Bloomsbury Publishing.
- Fanzeres, G. C. (1910). *Inhumação e Cremação: Ligeiro Estudo sob os pontos de vista Hygienico e Medico-Legal*. (Dissertação Inaugural - Escola Médico-Cirúrgica do Porto). Typographia Universal. Disponível em: [https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/17219/3/144\\_9 EMC\\_I\\_01\\_P.pdf](https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/17219/3/144_9 EMC_I_01_P.pdf) [consultado a 26/12/2020]

- Ferreira, J. M. S. (2009). *Arquitetura Para a Morte: A Questão Cemiterial e seus Reflexos na Teoria da Arquitetura*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Flores, F., Catroga, F., Troufa Real, J., Costa, F., & Valente, A. (1999). *Os Cemitérios de Lisboa: entre o Real e o Imaginário*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.
- Fontes, J. L. I., Oliveira, L. F., Tente, C., Farelo, M., & Martins, M. G. (2016). Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes In *III Colóquio A Nova Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes - FCSH*. Lisboa. IEM – Instituto de Estudos Medievais. Disponível em: <https://iem.fcsch.unl.pt/section.aspx?kind=noticia&id=303&kind=noticia&id=303> [consultado a 14/11/2020]
- Franco, A. M. L. (2016). *Proposta de Musealização de Arte Sacra: Projeto para a Exposição Temporária* (Dissertação de Mestrado - Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa). Disponível em: <https://docplayer.com.br/72790134-Proposta-de-museizacao-de-arte-sacra.html> [consultado a 11/10/2020]
- Garnel, M. R. L. (2003). Da Régia Escola de Cirurgia à Faculdade de Medicina de Lisboa, 539-650 In *A Universidade de Lisboa. Séculos XIX-XX, vol. II*. Lisboa. Tinta da China. Disponível em: [https://www.academia.edu/3681545/Da\\_Escola\\_R%C3%A9gia\\_de\\_Cirurgia\\_%C3%A0\\_Faculdade\\_de\\_Medicina\\_de\\_Lisboa](https://www.academia.edu/3681545/Da_Escola_R%C3%A9gia_de_Cirurgia_%C3%A0_Faculdade_de_Medicina_de_Lisboa) [consultado a 19/07/2021]
- Geertz, C. (2003). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro. LTC.
- Gomes, A. M. (2019). O Cemitério dos Prazeres e a Liberalização da Morte. In *A Morte: Leituras da Humana Condição - Atas do I Congresso Internacional sobre a Morte*, 179–202. Lisboa. Paulinas.
- Gomes, F. (1874). À Beira da Sepultura do Professor Dr. Abel Jordão In *Jornal Da Sociedade de Ciências Médicas*, 209–210. Lisboa.
- Goulão, M. J. (2015). A Morte na Arte Ocidental: Luz e Escuridão, Memória e Ocultação In *Revista Do Agrupamento de Escolas Alcaides de Faria nº 3*, 78–85. Barcelos. Disponível em: [https://www.academia.edu/41114869/A\\_morte\\_na\\_arte\\_ocidental\\_luz\\_e\\_escurid%C3%A3o\\_mem%C3%B3ria\\_e\\_oculta%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/41114869/A_morte_na_arte_ocidental_luz_e_escurid%C3%A3o_mem%C3%B3ria_e_oculta%C3%A7%C3%A3o) [consultado a 31/10/2020]
- Guarisch, A. (2020). *Necropsia: Um Heroico Passado e um Futuro Desafiador*, 1–8. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portugues.medscape.com/verartigo/6505429> [consultado a 10/01/2021]
- Gulczynski, J., Izycka-Świeszewska, E., & Grzybiak, M. (2009). Short history of the autopsy: Part I. from prehistory to the middle of the 16th century In *Polish Journal of Pathology*, Vol. 60, nº 3, 109–114. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20069503/> [consultado a 31/10/2020]
- Homero. (2009). *Íliada*. Lisboa. Cotovia.

- Humphreys, S. C., & King, H. (1982). *Mortality and Immortality: The Anthropology and Archaeology of Death*. Cambridge. Academic Press Inc.
- João, M. T. D. (2011). Do templário ao funerário no Egito Antigo: o exemplo do Ritual de Abertura da Boca In *Anais Do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*, Vol. 53, nº 9, 1689–1699. São Paulo. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300882652\\_ARQUIVO\\_Anpuh\\_SP\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300882652_ARQUIVO_Anpuh_SP_2011.pdf) [consultado a 21/10/2020]
- Jones, G. M. S. & Burnay, R. (1891). Relatório Sobre um Caso de Medicina Legal. *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*, 2ª série, tomo I, 49-55. Lisboa.
- Jorge, R. (1885). *Hygiene Social Applicada á Nação Portuguesa*. Porto. Civilização Editora.
- King, L. S., & Meehan, Marjorie, C. (1973). A History of the Autopsy in *Culture, Medicine and Psychiatry*, Vol. 73, 513–544. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1904067/pdf/amjpathol00249-0259.pdf> [consultado a 29/12/2020]
- Lei nº 47/2004 (2004) Aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Diário da República n.º 195/2004, Série I-A de 2004-08-19, 5379 - 5394
- Lei nº 17 de agosto. (1899). Direção Central - 1ª Repartição. *Coleção Oficial de Legislação Portuguesa*. Diário do governo n.º186, de 21 de agosto, 327-328.
- Louis XVI (1776). Déclaration du Roi Concernant les Inhumations, 313.
- Loureiro, M. A. S. (1977). *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo. Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município.
- Maia, R. L., Nunes, L. M., Caridade, S., Sani, A. I., Estrada, R., Nogueira, C., Fernandes, H., & Afonso, L. (2016). Autópsia In *Dicionário - Crime, Justiça e Sociedade*. Lisboa. Edições Sílabo.
- Martínez, M. L. (2004). El legado de Hipócrates In *Bioética - Centro De Referencia Juan Pablo II*, 8-9. Disponível em: <http://www.cbioetica.org/revista/41/410809.pdf> [consultado a 15/01/2021]
- Martins, P. (2009). Evolucionismo em Portugal na segunda metade do século XIX: Problemas de Conceptualização e Receção In *Diacrítica, Filosofia e Cultura*, nº 23, 399–431. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/47945> [consultado a 04/08/2021]
- Mattoso, J. (1992). O Culto dos Mortos na Península Ibérica (Séculos VII a XI) In *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13–38. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa.
- Monteiro, H. M. G. (2015). *Contaminantes Emergentes em Cemitérios: Avaliação Exploratória* (Dissertação de Mestrado - Instituto Superior de Engenharia do Porto) Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/8038> [consultado a 29/10/2020]

- Morin, E. (1970). *O Homem e a Morte* (2ª ed.). Mem-Martins. Publicações Europa-América.
- Mundry, P. (2016). Reflexões sobre a Medicina Romana In *Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos*, 179–193. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/romanitas/article/view/15173> [consultado a 30/10/2020]
- Musgrave, J. (1990). Dust and Damn'd Oblivion: A study of Cremation in Ancient Greece in *The Annual of the British School at Athens*, nº 85, 271–299. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable> [consultado a 29/10/2020]
- Nogueira, R. de S. (2013). *Quando um Cemitério é Patrimônio Cultural* (Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss321.pdf> [consultado a 02/01/2021]
- Oliveira, B. R. F. (2009). *Cemitérios: Impacte nas Águas Subterrâneas* (Dissertação de Mestrado - Universidade de Aveiro). Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/630/1/2009001297.pdf> [consultado a 02/01/2021]
- Oliveira, G. (2013). O Museu como um Instrumento de Reflexão Social In *Midas: Museus e Estudos Interdisciplinares*, 2, 1–16. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/222> [consultado a 05/09/2021]
- Oliveira, M. M. (2007). *In Memoriam, na Cidade* (Tese de Doutoramento - Universidade do Minho).
- Pedrosa, A., Figueiredo, F. P., Azevedo, J. M. M. de, & Tavares, A. O. (2014). Geologia Ambiental Associada a Cemitérios: Estudo de Caso na Região Centro de Portugal In *Comunicações Geológicas*, 101, 1037–1041. Disponível em: [https://www.lneg.pt/wp-content/uploads/2020/03/92\\_2957\\_ART\\_CG14\\_ESPECIAL\\_II.pdf](https://www.lneg.pt/wp-content/uploads/2020/03/92_2957_ART_CG14_ESPECIAL_II.pdf) [consultado a 01/12/2020]
- Pereira, A. T., Botelho, L. S., & Soares, J. (2006). *A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e os Seus Presidentes (1835-2006)*. Lisboa. Fundação Oriente.
- Purificação, M. M. L. da. (2009). *A Vivência do Tempo na Idade Média, no Livro das Posturas Antigas de Lisboa* (Dissertação de Mestrado - Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/28485> [consultado a 29/03/2021]
- Queiroz, F. (1998). Cemitérios Oitocentistas Portugueses: os Museus da Morte In *Separata da Revisa Museu*, IV, nº 7, 89–106. Disponível em: [http://www.franciscoqueiroz.com/Cemiterios\\_oitocentistas\\_portugueses\\_os\\_museus\\_da\\_morte.pdf](http://www.franciscoqueiroz.com/Cemiterios_oitocentistas_portugueses_os_museus_da_morte.pdf) [consultado a 28/10/2020]
- Repolho, S. (2008). *Sousa Martins: Ciência e Espiritualismo*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Rijo, D. M. M. (2017). A Envolvente da Morte no contexto das Crises de Mortalidade em Lisboa: (2.<sup>a</sup> Metade do Séc. XVI – inícios do Séc. XVII) In *Revista Da Faculdade de Letras - História*, Vol. 7, 98–119. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/2635/2425> [consultado a 12/09/2021]
- Rinaldi, A. (2018). *O Mágico e o Demoníaco: Figurações, Práticas e Efeitos na Escrita Literária Portuguesa dos Séculos XIII e XIV* (Dissertação de Doutoramento - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/79818> [consultado a 09/03/2021]
- Sanches, A. N. R. (1756). *Tratado da Conservação da saúde dos Povos*. Paris. Casa de Bonardel e Du Beux - Mercador dos Livros.
- Sanches, J. D. (1940). *Belém e Arredores Através dos Tempos*. Lisboa. Livraria Universal Editora.
- Santo, M. A. S. do E. (2020). *O Espaço Cemiterial Moderno: Um estudo comparativo entre Abney Park e Conchada* (Dissertação de Mestrado - Universidade de Coimbra) Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93925> [consultado a 09/03/2021]
- Santos, J. C. (1988). A Morgue e a Morte In *Separata Da Revista: Povos e Culturas. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa*, 491–510. Lisboa.
- Santos, M. S. S. (2017). Virtópsia e sua aplicabilidade em Portugal In *Instituto De Ciências Biomédicas Abel Salazar*, Vol. 51, nº 9 (Dissertação de Mestrado - Universidade do Porto).
- Silva, A. de M. (1949). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Editorial Confluência.
- Silva, F. A. V. C. (2018). Mundo Funerário Romano sob o Prima da Cremação. In *Universidade de Coimbra. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra*.
- Silva, P. S. S. (2014). *Os Vestígios no Local do Crime e sua Relevância Médico-Legal face aos Intervenores Extra-hospitalares*. Universidade do Porto.
- Silveira, P. R. (2015). *Fundamentos da Medicina Legal*. Lumen Juris.
- Sousa, G. de V. e. (2009). *Arte e Sociabilidade no Porto Romântico*. Porto.
- Sousa, M. A. S. (2005). A arte médica em Roma antiga nos “De medicina” de Celso. *Ágora. Estudos Clássicos Em Debate*, 0(7), 81–104.
- Toynbee, A. J. (1971). *Death and burial in the Roman world* (The Johns Hopkins University Press (Ed.)). The Johns Hopkins University Press.
- Trancas, B., & Santos, N. B. (2007). Ética, conhecimento e psiquiatria - Em De Medicina de Aulo Cornélio Celso. *Acta Medica Portuguesa*, 20(5), 431–437.

- Vaquerizo, G. (2001). *Funus Cordubensium: Costumbres Funerarias en La Cordoba Romana* In *Seminario de Arqueología en la Universidad de Córdoba*. Córdoba. Edita Seminario de Arqueología, Universidad de Córdoba.
- Vieira, A. T. (2017). Natureza e Medicina na História Natural de Plínio, O Velho. *Calíope: Presença Clássica*, June.
- Vieira, D. N. (2009). Forensic Medicine and Forensic Sciences in Portugal. *The Bulletin of Legal Medicine*, 14(1), 40–47. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/305206986\\_Forensic\\_Medicine\\_And\\_Forensic\\_Sciences\\_in\\_Portugal](https://www.researchgate.net/publication/305206986_Forensic_Medicine_And_Forensic_Sciences_in_Portugal) [consultado a 15/06/2021]
- Weaver, K. D. (2020). Religions and the Autopsy. *Medscape*, 1–15. Disponível em: <https://emedicine.medscape.com/article/1705993-overview> [consultado a 02/08/2021]
- Xisto, B. (2012). “Assunto encerrado”? *Atitudes Contemporâneas perante a Morte e a Cremação em Lisboa* (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural - Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7984?locale=en> [consultado a 21/01/2021]

## **Apêndices**

## **I. Modelo da Ficha de Inventário.**

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL DE LISBOA  
NÚCLEO MUSEOLÓGICO

---

**Título:**

**Coleção:**

**Categoria:**

**Número de Inventário:**

**Número de Fotografia:**

**Proprietário:**

**Localização atual:**

**Anterior:**

**Geral:**

**Dimensões: (h x l x e, em cm):**

**Biografia/Trajectoria**

**Descrição física do item:**

**Fotografias**

## II. Modelo da Ficha de Inventário Preenchida

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL  
NÚCLEO MUSEOLÓGICO

---

**Título:** Senhora (nome)

**Coleção:** Fotografia

**Número de Inventário:** 684

**Número de Fotografia:** 684; 684a; 684b; 684c; 684d; 684e.

**Proprietário:** Não há informação.

**Datação:** 1917

**Localização atual:** Cemitério de Carnide -Edifício dos Serviços Administrativos –  
Sótão – Caixa 680 a 695

- **Anterior:** Cemitério de Carnide
- **Geral:** Divisão de Gestão Cemiterial

**Dimensões: (h x l x e, em cm):**

- **Com Moldura:** 14x9x1,1
- **Sem Moldura:** 19,7x14,7x1,5

**Biografia/Trajectoria:** Não há informação.

**Descrição física do item:**

- Tem uma identificação do local do estúdio fotográfico: *Foto Raúl Lisboa - R. da S<sup>o</sup> do Monte, nº8 A Graça.*
- A peça está bem conservada, sem manchas.
- Tem uma inscrição na parte traseira: *5969 (?) L-10-7-917. (nome) oferece a (nome) com a maior dedicação e estima.*



### III. Processo de inventariação do espólio fotográfico da Divisão de Gestão Cemiterial



Fig. 13 - Processo de inventariação do espólio fotográfico realizado durante o Estágio Curricular, de Jéssica Tomaz, 2020

#### IV. Fotografias do Túmulo do Dr. Abel Jordão.

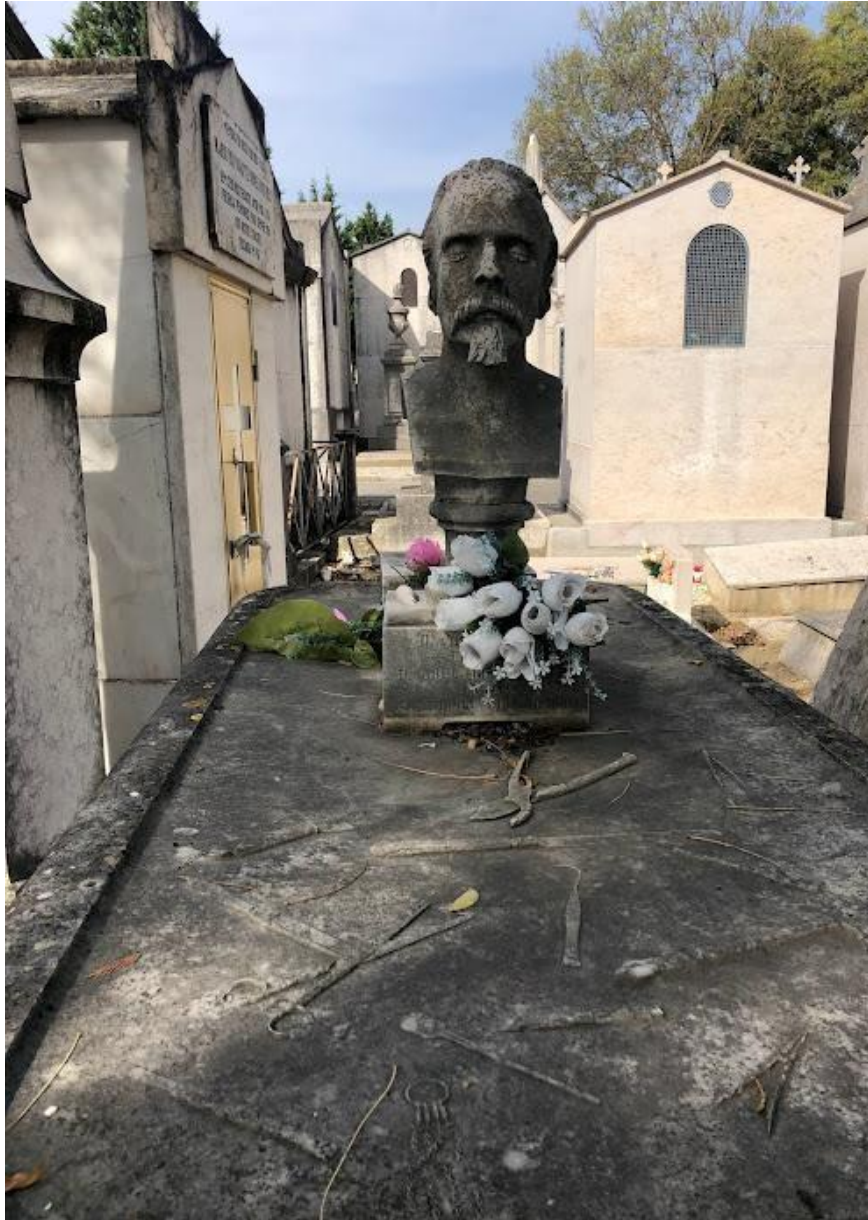


Fig. 14 – Túmulo do Dr. Abel Jordão no cemitério do Alto de São João. Fotografia de Jéssica Tomaz,

2021

## V. Percurso Expositivo para o Núcleo Museológico do Cemitério do Alto de São João

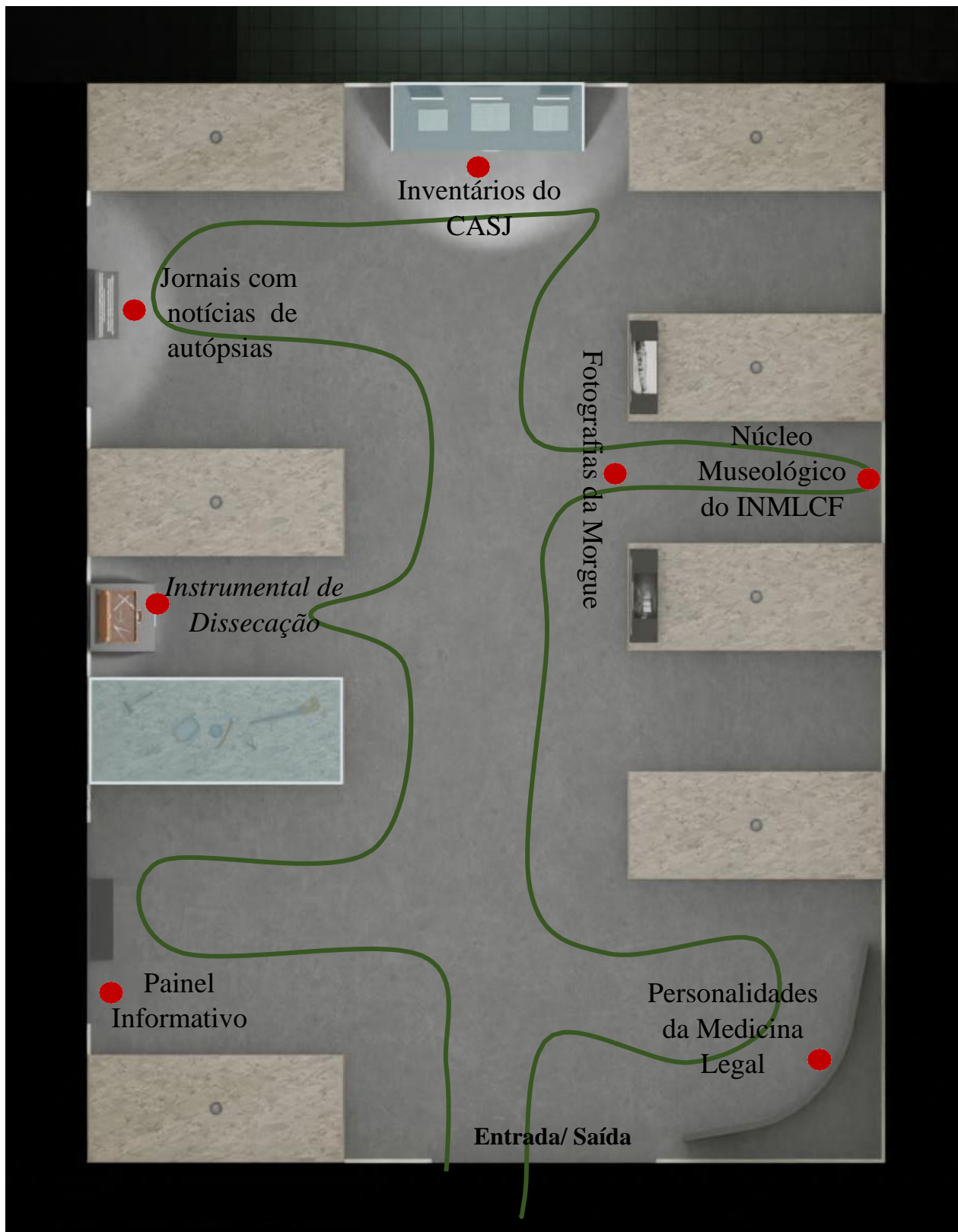


Fig. 15 – Proposta de percurso expositivo (com vista em 3D). Da autoria de Jéssica Tomaz, 2021

## **Anexos**

I. *Instrumental de Dissecação*, Francisco Moita Flores.



Fig. 16 – *Instrumental de Dissecação*. Fotografia da autoria de Francisco Moita Flores em *Cemitérios de Lisboa: Entre o Real e o Imaginário* (1993)

II. **Jornal Diário de Notícias, 20 de fevereiro de 1889.**

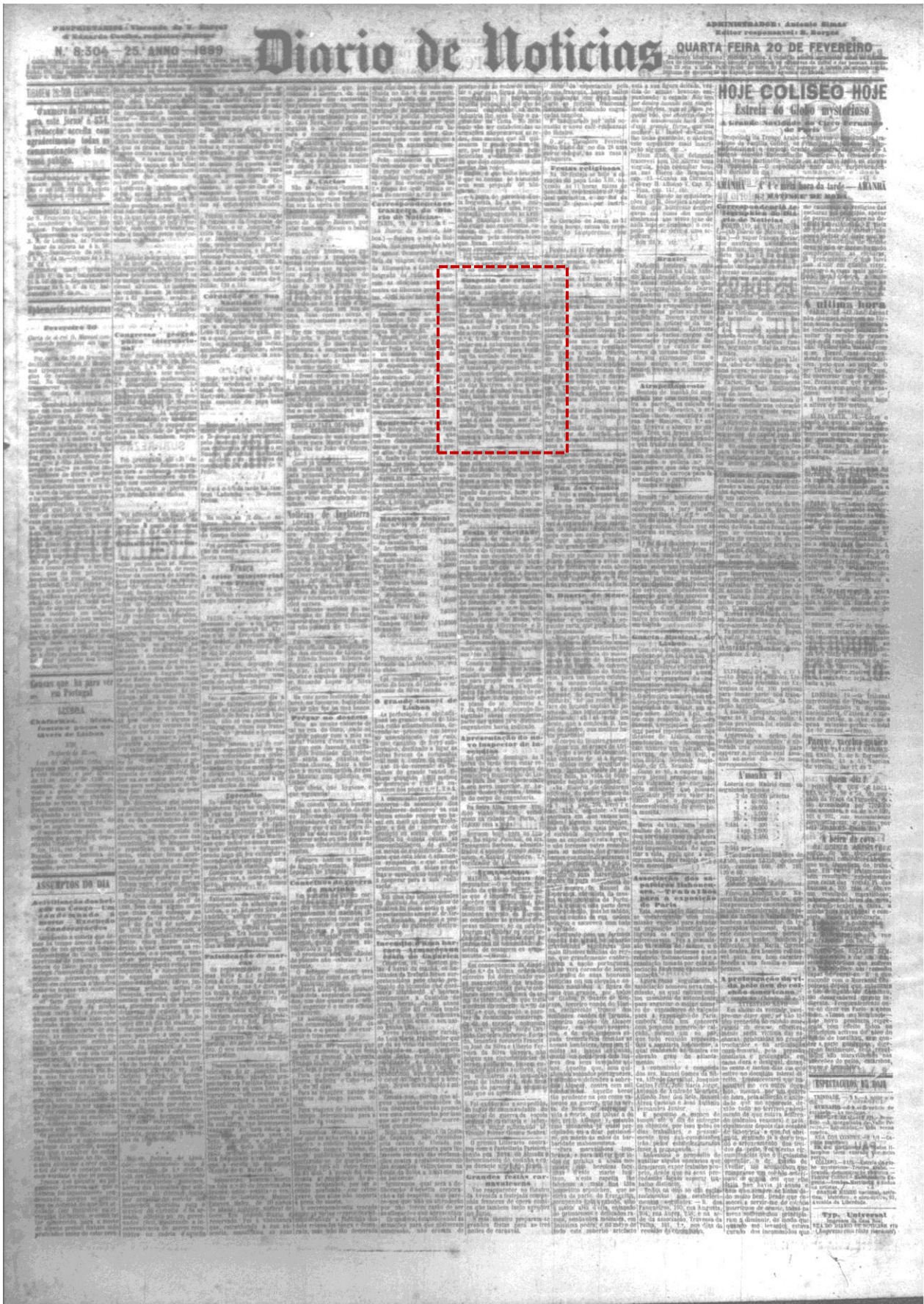


Fig. 17 – Jornal Diário de Notícias, 20 de fevereiro de 1889, com destaque para a notícia sobre a autópsia de Albertina

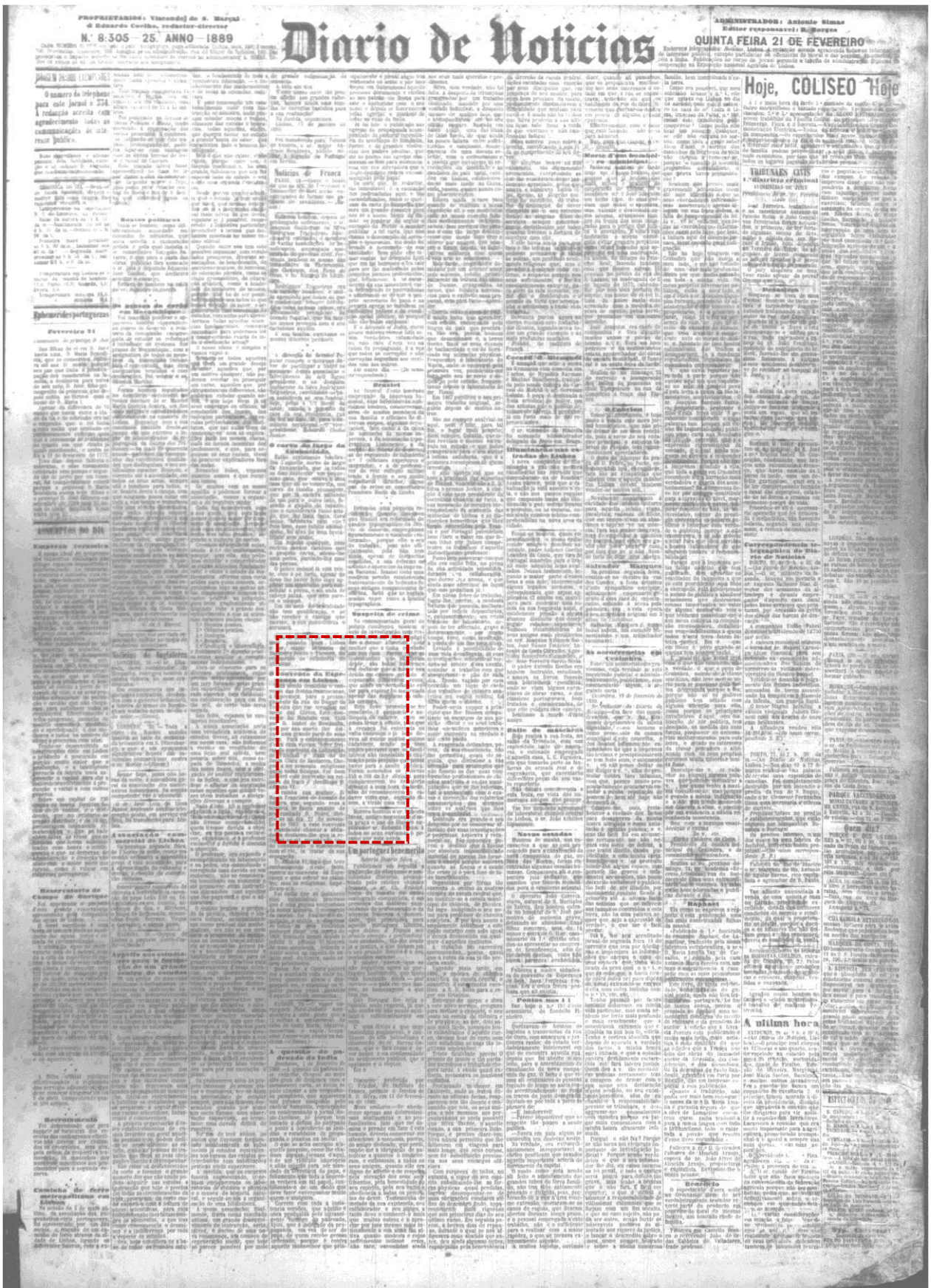


Fig. 18 – Jornal Diário de Notícias, 21 de fevereiro de 1889, com destaque para a notícia sobre a autópsia de Albertina

#### IV. *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, 1891*

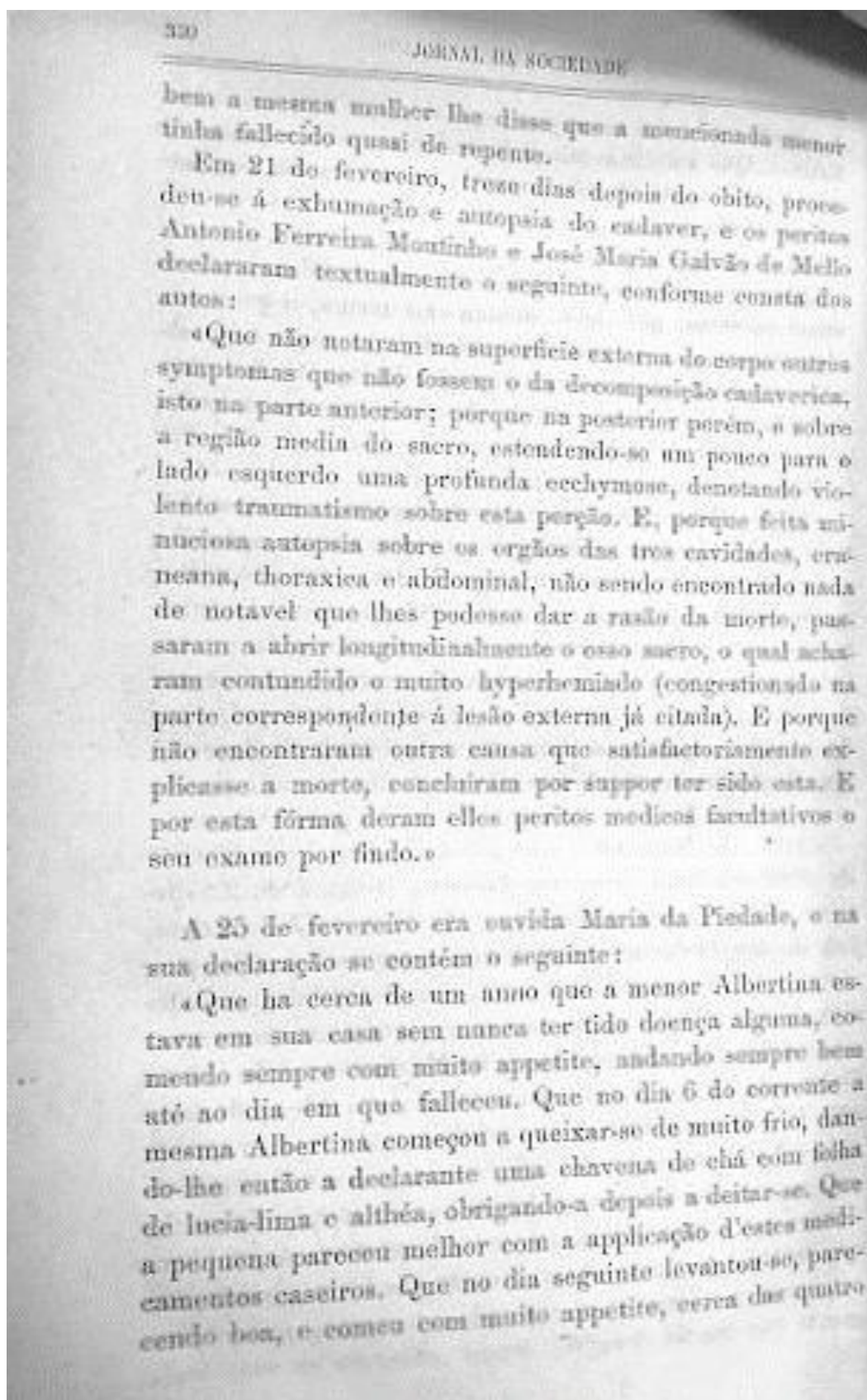


Fig. 19 – *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas, 1891*, com destaque para a notícia sobre a autópsia detalhada de Albertina 99

V. **Inventário do Cemitério do Alto de São João (1890)**

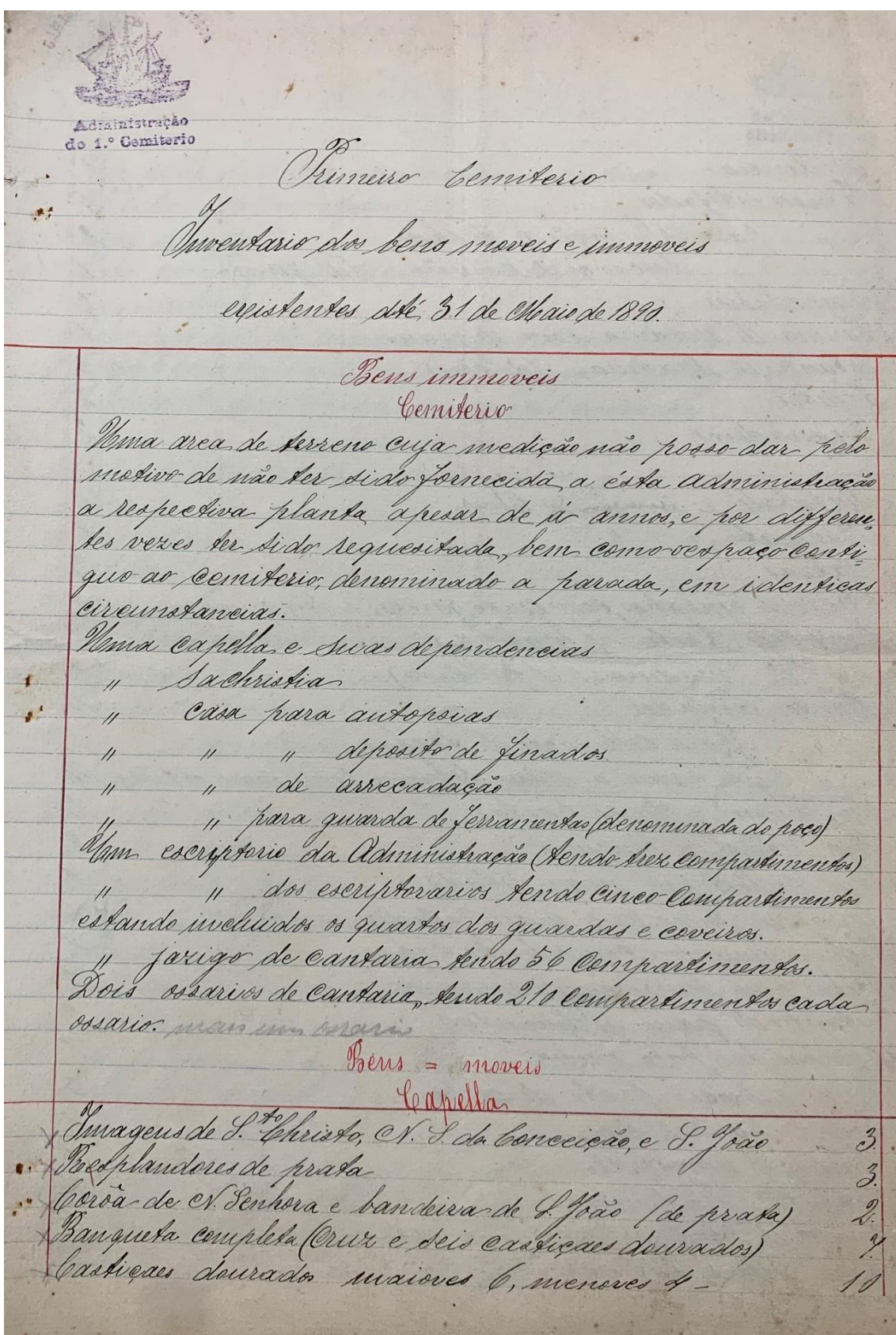


Fig. 20 – Inventário do Cemitério do Alto de São João, 1890 © Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa

## VI. Inventário do Cemitério do Alto de São João (1893)

Officio nº 2, de 8 de Janeiro de 1891	9,000
1 Guarda-vento de Casquinha	22,500
1 Mesa de Casquinha para autópsias (robante)	6,000
<p><i>Inventário dos bens moveis e immoveis existentes até 31 de Agosto de 1893.</i></p> <p>Uma area de terreno, cuja medida não pode dar, bem como o espaço contiguo e em frente do Cemiterio deno- minado a parada, em idênticas Circunstancias</p>	
1 Capella e suas dependencias	
1 Sacristia	
1 Casa para autópsias	
1 ditos " arrecadação de objectos	

Fig. 21 – Inventário do Cemitério do Alto de São João, 1893, de Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa

2 Esquifes, sendo um pequeno

*Casa das autópsias, (arruado) (1-2)*

1 Mesa de pedra	
1 Armario de mármore com portas de metal	
1 Caixa com instrumentos p <sup>o</sup> autópsias	
2 Bacias de arame	
1 Lapidz de ferro com haste	2,050
1 Lavatorio de ferro com jarro e bacia (inutilizado)	
3 Frascos de vidro	
1 Lavatorio de ferro com bacia, balde, e regador	
1 Secretária de mogno com étagers	15,000
1 Cadeira para secretária (de braços)	5,500
<i>Administração (vide p<sup>o</sup> 15)</i>	
1 Secretária de mogno	50,000
1 Mesa de escrever	18,000
1 Estante de mogno (guarda-livros)	12,000
2 Armarios	28,000
2 Sinteiros	4,590

Fig. 22 – Inventário do Cemitério do Alto de São João, 1893 – Inventário da Casa de Autópsias, de Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa

## VII. Inventário do Cemitério do Alto de João (1895)

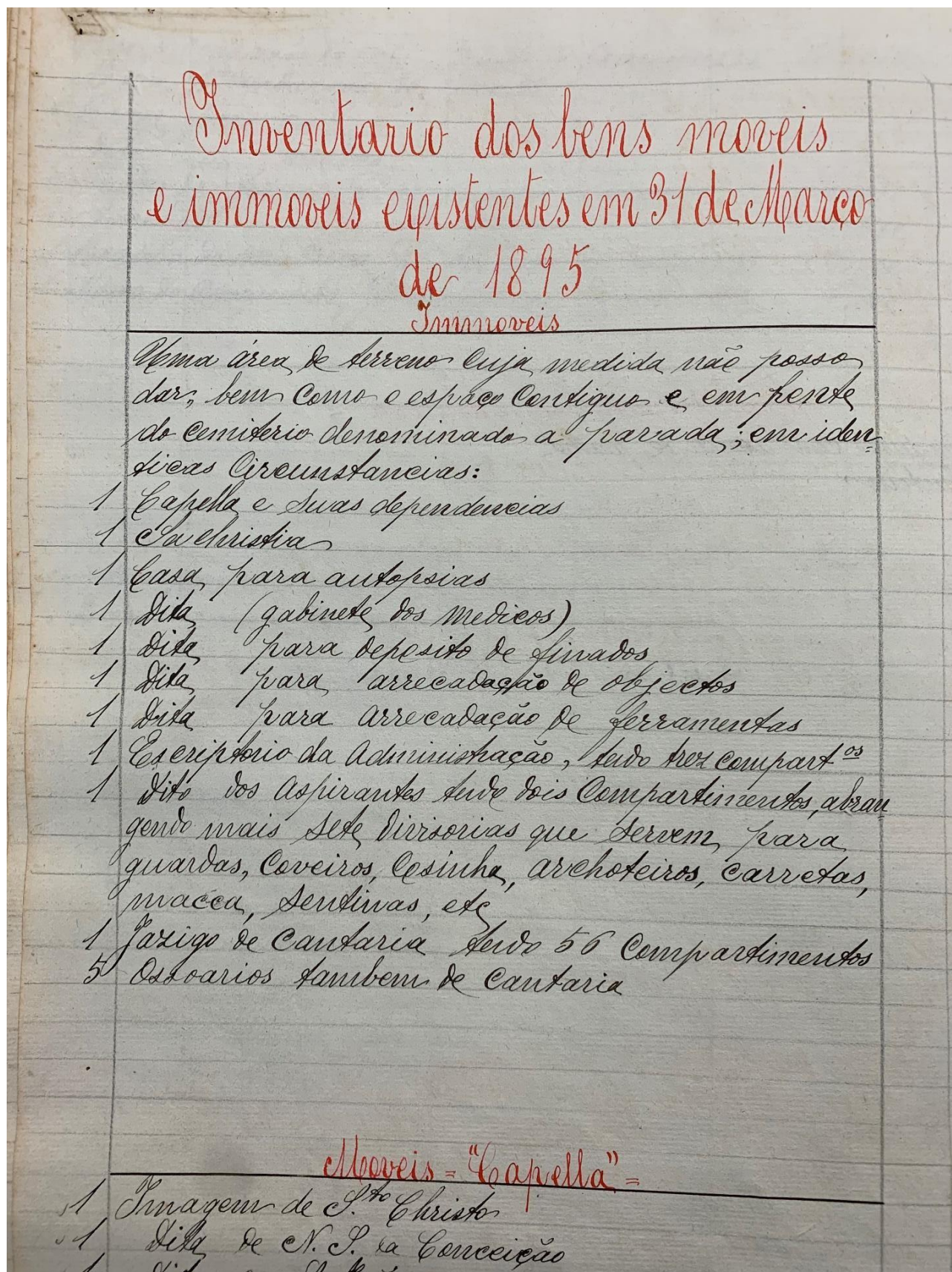


Fig. 23 – Inventário do Cemitério do Alto de São João, 1895, de Divisão de Gestão Cemeterial da Câmara Municipal de Lisboa

**VII. Antigo Edifício da Morgue de Lisboa, de Eduardo Portugal**

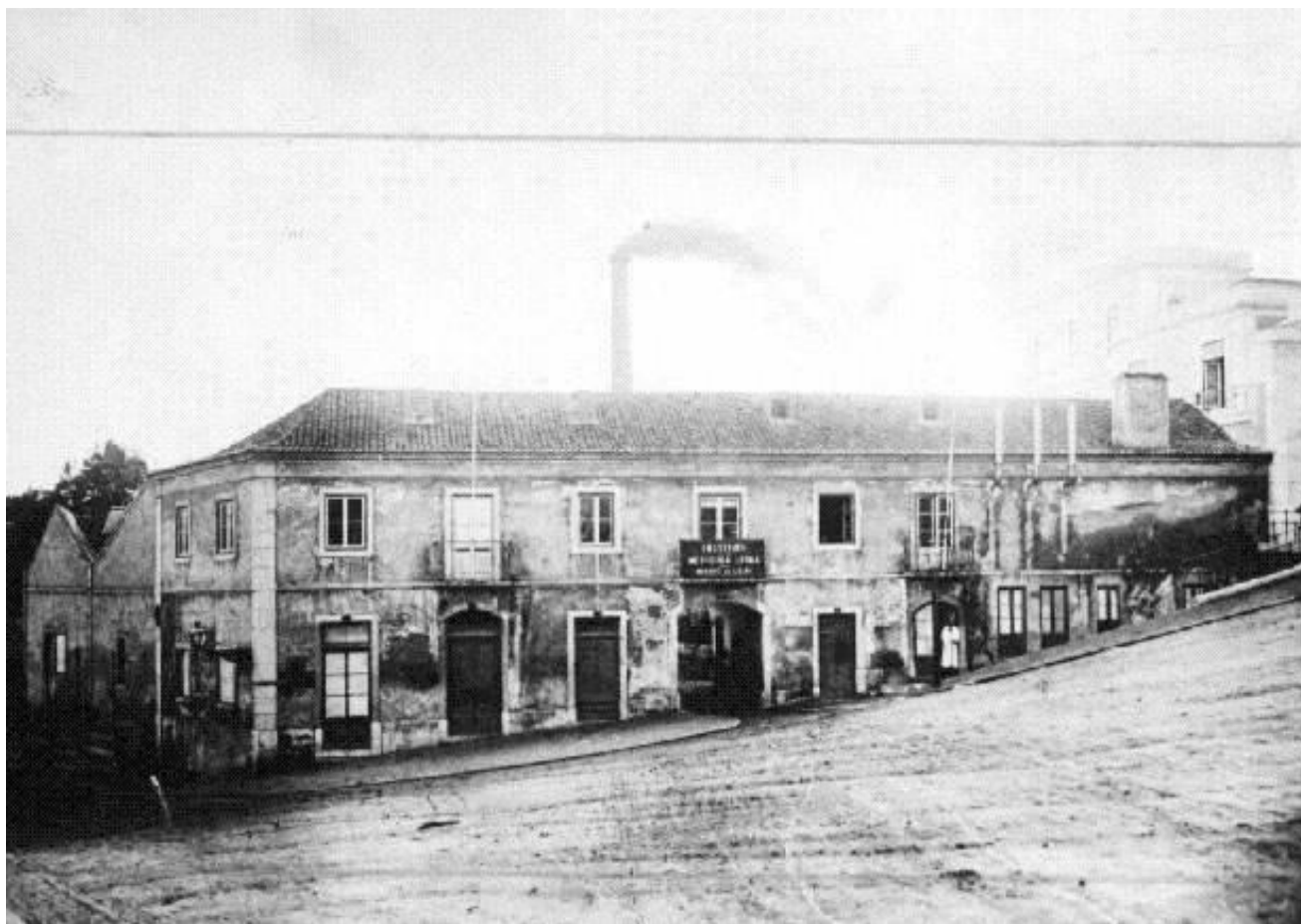


Fig. 24 – Instituto de Medicina Legal: Antigo Edifício da Morgue de Lisboa. Fotografia da autoria de Eduardo Portugal, pertencente ao Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico

**IX. *Sala de Morgue*, de autor desconhecido.**



Fig. 25 – Sala de Morgue (entre 1890 e 192-). Fotografia da autoria de Eduardo Portugal, pertencente ao Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico